



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO

ECOTURISMO DA BAHIA: UM ESTUDO DE CASO NA  
BRASILÉIA.

Dissertação de Mestrado

Florianópolis

2004

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO

ECOTURISMO DA BAHIA: UM ESTUDO DE CASO NA  
BRASILÉIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Rolf Hermann Erdmann, Doutor.

FLORIANÓPOLIS

2004

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO

ECOTURISMO DA BAHIA: UM ESTUDO DE CASO NA  
BRASILÉIA.

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de Julho de 2004.

---

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof. Rolf Hermann Erdmann, Dr.

Orientador

---

Prof. Bruno Hartmut Kopittke, Dr.

---

Prof. Francisco A. Pereira Fialho, Dr.

Dedico este trabalho aos meus  
filhos Fabrício e Luciana, como  
recompensa do sacrifício da  
minha ausência.

O autor.

## AGRADECIMENTOS

Ao Todo-Poderoso Deus de Abraão, por haver me ungido com o Espírito de Inteligência, de Conhecimento e de Temor do Senhor.

À Sofia Alves de Souza, minha mãe e conselheira-mor, que me acolheu, alimentou e confortou...

Ao Prof. Dr. Bruno Hartmut Kopittke, pelos importantes registros que contribuíram para a qualidade deste resultado.

Ao Prof. Dr. Rolf Hermann Erdmann, meu Orientador, por haver traçado a estrada com um norte bem sinalizado para este resultado.

Ao Prof. Nelson Cerqueira, Diretor Geral da FIB e ao Prof. M.Eng. Juliano Zaffalon Gerber, Secretário do PPGE/UFSC, por todo o apoio institucional.

A você, que esteve perto para colaborar, na certeza deste resultado. Em especial aos colegas, corpo discente e administrativo da FIB, das Faculdades POLIFUCS e FACDESCO.

Ao Conselho Regional de Administração na Bahia, na pessoa do presidente e querido Mestre João Eurico Matta; a vocês Maribel, Sandra, Pitombo e outros!

São tantos agradecimentos! Ao Érico Pina Mendonça Júnior, Inez Garrido e Reinaldo Dantas da SCT; ao Prof. Dr. Múleka-Dítoka wa Kalenga, Profa. Dra. Zeny Duarte, Prof. Dr. Egnaldo Pelegrino e dezenas de inominados!

O autor.

## RESUMO

PEDRO FILHO, Flávio de São. Ecoturismo na Bahia: um estudo de caso na Brasília. Florianópolis, 2004. 185 páginas. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, com ênfase em Gestão de Negócio, do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil).

Orientador: Prof. Rolf Hermann Erdmann, Doutor.

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa qualitativa, elaborada através do estudo de caso, com abordagem exploratório-descritiva. Traz revisão de literatura à luz da teoria do ecodesenvolvimento, tratando do PRODETUR e de outros programas de intervenção na Região da Brasília, que compreende Salvador e o seu entorno (Baía de Todos os Santos e Costa dos Coqueiros). Procura interpretar as relações indivíduo/natureza/qualidade de vida, na forma como este trinômio se processa naquele espaço. Para tanto, descrevem-se fatos, levanta dados, apura os efeitos das ações sobre os produtos ou atrativos ecoturísticos e aponta os mais significativos impactos. Focalizando a possível parceria para o desenvolvimento sustentado, faz consideração sobre a estrutura do atual sistema residentes-empresendimentos do *cluster* turístico instalado naquele espaço geográfico, constituindo o Paradoxo da Brasília para a Ciência da Administração do Turismo. No apanhado comparativo entre a teoria e a prática vivenciada pelos envolvidos no processo de intervenção, conclui que não houve obediência satisfatória aos preceitos para o ecodesenvolvimento, o que motivou as conseqüências identificadas no presente trabalho. Dentre estas conseqüências é possível citar a afronta aos preceitos para o Ecodesenvolvimento, a insatisfação dos residentes em vilarejos pueris como Porto Sauípe, a identificação do uso irracional dos atrativos ou produtos ecoturísticos, com variadas formas de impactos negativos, efeitos estes que invalidam a ação planejada naquela Região.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento do Ecoturismo. Produtos ecoturísticos. Impactos do ecoturismo. Paradoxo da Brasília.

## **ABSTRACT**

PEDRO FILHO, Flávio de São. Ecotourism in Bahia: a case study in Brasília. Florianópolis, 2004. 185 pages. Master Thesis in Production Engineering with emphasis on Business Administration, Graduate Program of Production Engineering of the Federal University of Santa Catarina (Brazil).

Supervisor of Master Thesis: Professor Rolf Hermann Erdmann, Ph.D.

The current study is the result of a qualitative case study research within a descriptive-exploratory viewpoint. It reviews the literature under the perspective of development theory focusing on PRODETUR and other intervention programs in the Region of Brasília that comprises Salvador and its surroundings, Baía de Todos os Santos and Costa dos Coqueiros. It attempts to interpret the relationships amongst the individual, nature and quality of life in the way this trinomial evolves in that space. So as to, one describes facts, collects data, and scrutinizes the effects of actions on the ecotourism productions or attractions pointing out the most significant impacts. Focusing the possible partnership towards sustainable development, this study ponders the structure of the current system of resident-enterprise of the tourist cluster developed in that geographic space turning out to be the Paradox of Brasília for the Science of Tourism Administration. By comparing theory and practice lived by the people involved in the intervention process it concludes that the norms for ecodevelopment have not been followed satisfactorily revealing consequences. Among these consequences, it is possible to mention the affront against the rules for ecodevelopment, the dissatisfaction of the residents in villages such as Porto Sauípe, and the identification of irrational use of ecotourist attractions or products, all of them with different forms of negative impacts whose effects invalidate the action plan in that Region.

Key words: Tourism, Ecotourism Planning, Ecotourist Products, Impacts of Ecotourism, Paradox of Brasília.

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa .....	14
1.2 O problema de pesquisa .....	15
1.3 Objetivos .....	18
1.3.1 Objetivo Geral .....	18
1.3.2 Objetivos Específicos .....	18
CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA .....	19
2.1 Ecodesenvolvimento .....	22
2.2 A teoria do ecodesenvolvimento .....	23
2.3 A aplicação da teoria do ecodesenvolvimento .....	24
2.4 Conceitos suplementares .....	27
CAPÍTULO III – METODOLOGIA .....	51
3.1 Natureza da Pesquisa .....	52
3.2 Pressupostos da Pesquisa.....	53
3.3 Delimitação da Pesquisa.....	54
3.4 Coleta, Tratamento e Análise dos Dados .....	54
3.5 Limitações da pesquisa .....	58
3.6 Seminários e Eventos .....	59
CAPÍTULO I V – ANÁLISE DO ECOTURISMO NA BRASILÉIA .....	62
4.1 O planejamento do ecoturismo na Brasília.....	62
4.1.1 Os envolvidos no planejamento na Brasília.....	62
4.1.2 Breve histórico do processo de planejamento ecoturístico na Brasília .....	81
4.1.3 Programas de intervenção para o ecoturismo na Brasília .....	81
4.2 Os Produtos ou atrativos ecoturísticos da Brasília .....	92
4.3 Os Impactos do ecoturismo na Brasília .....	118
4.3.1 Impacto Social .....	118
4.3.2 Impacto Econômico .....	124
4.3.3 Impacto Ambiental .....	136
CAPÍTULO V – APRECIÇÃO CRÍTICA DA INTERVEÇÃO PLANEJADA .....	141
CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS .....	164
ANEXOS .....	175
Questionários .....	176
Ofício do CRA/BA .....	184
Relatório final PRODETUR (capa).....	185

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Praia de Baixo.....	28
Figura 2	Salvador – Vista panorâmica.....	29
Figura 3	Corredeiras do Ronco.....	30
Figura 4	Tartaruga-cabeçuda.....	30
Figura 5	Dunas em Mangue Seco.....	31
Figura 6	Festa junina em Cachoeira.....	31
Figura 7	Reestrutura Organizacional da SCT.....	71
Figura 8	Ecoturista em pousada estilizada.....	78
Figura 9	Fazenda em São Francisco do Conde. ....	79
Figura 10	Dunas de Mangue Seco (II).....	93
Figura 11	Vila de Mangue Seco.....	93
Figura 12	Município do Conde - meio ambiente intocado.....	94
Figura 13	Zona Urbana de Esplanada.....	95
Figura 14	Vila de Sauipe no Município de Entre Rios. ....	96
Figura 15	Lazer na Costa dos Coqueiros.....	97
Figura 16	Orla Marítima de Camaçari.....	98
Figura 17	Estuário do Rio Joanes, no Município de Lauro de Freitas.....	99
Figura 18	Salvador, Capital do Estado da Bahia – Centro Histórico.....	100
Figura 19	Salvador, Capital do Estado da Bahia – vista aérea.....	100
Figura 20	Reisado, no Município de São Francisco do Conde. ....	100
Figura 21	Bonecos e Cabeçorras.....	101
Figura 22	Canoagem no Rio Subaé. ....	103
Figura 23	Museu da Ordem 3ª do Carmo, no Município de Cachoeira.....	104
Figura 24	Praça Ignácio Tosta, no Município de São Felix.....	105
Figura 25	Entardecer na enseada em Saubara.....	106
Figura 26	Tradicionais Caxixis em Maragojipe.....	107
Figura 27	Nazaré das Farinhas – Centro Histórico.....	108
Figura 28	Vista aérea de Nazaré.....	108
Figura 29	Enseada de Jaguaripe.....	109
Figura 30	Clube Med, em Itaparica.....	110
Figura 31	Velejamento em Vera Cruz. ....	111
Figura 32	Vista aérea de Salinas da Margarida ....	112

Figura 33	Centro Comercial de Salinas da Margarida.....	113
Figura 34	APN, representando 40,5% dos produtos ou atrativos.....	116
Figura 35	Brasiléia em Perspectiva. ....	117
Figura 36	Excluído do PRODETUR.....	118
Figura 37	Manguezal improdutivo.....	123
Figura 38	Exploração imobiliária ( I ).....	124
Figura 39	Exploração imobiliária ( II ).....	124
Figura 40	Denúncia contra turismo desordenado.....	125
Figura 41	Complexo de Sauipe. ....	125
Figura 42	Vila sem infra-estrutura.....	125
Figura 43	Expansão de favelas.....	125
Figura 44	Pescadores em Praia do Forte. ....	134
Figura 45	Mulher rendeira em bilros.....	134
Figura 46	Sede da FIB, em Salvador.....	135
Figura 47	Canal lança poluentes na BTS.....	138
Figura 48	Dejetos lançados na Reserva Ecológica.....	138

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Brasiléia, população residente estimada.	67
Tabela 2	Brasiléia, número de desempregados.	68
Tabela 3	Grupos empresariais e investimentos.	75
Tabela 4	Número de hóspedes estrangeiros, Brasiléia, 1991 – 1999.	77
Tabela 5	Produto / Atrativo no Município de Jandaíra.	93
Tabela 6	Produto / Atrativo no Município do Conde.	94
Tabela 7	Produto / Atrativo no Município de Esplanada.	95
Tabela 8	Produto / Atrativo no Município de Entre Rios.	96
Tabela 9	Produto / Atrativo no Município de Mata de São João.	96
Tabela 10	Produto / Atrativo no Município de Camaçari.	97
Tabela 11	Produto / Atrativo no Município de Lauro de Freitas.	98
Tabela 12	Produto / Atrativo no Município de Salvador.	98
Tabela 13	Produto / Atrativo no Município de São Francisco do Conde.	100
Tabela 14	Produto / Atrativo no Município de Madre de Deus.	101
Tabela 15	Produto / Atrativo no Município de Candeias.	102

Tabela 16	Produto / Atrativo no Município de Santo Amaro.....	102
Tabela 17	Produto / Atrativo no Município de Cachoeira.....	103
Tabela 18	Produto / Atrativo no Município de São Félix. ....	104
Tabela 19	Produto / Atrativo no Município de Saubara.....	105
Tabela 20	Produto / Atrativo no Município de Maragojipe.....	106
Tabela 21	Produto / Atrativo no Município de Nazaré.....	107
Tabela 22	Produto / Atrativo no Município de Jaguaripe.....	108
Tabela 23	Produto / Atrativo no Município de Itaparica.....	109
Tabela 24	Produto / Atrativo no Município de Vera Cruz.....	110
Tabela 25	Produto / Atrativo no Município de Salinas da Margarida.....	112
Tabela 26	Resumo dos Produtos / Atrativos Ecoturísticos. ....	113
Tabela 27	Comparativo da População Analfabeta.....	119
Tabela 28	Brasiléia, comparativo na taxa de desemprego.....	121
Tabela 29	Composição da Renda na Brasiléia.....	126
Tabela 30	Movimento de Navios e Mercadorias.....	128
Tabela 31	Movimento de passageiros, cargas e correio no aeroporto.....	129
Tabela 32	Brasiléia: Receitas Correntes por Município.....	131
Tabela 33	Empresas Constituídas.....	132

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Brasiléia, Comparativo no desemprego estimado.	121
Gráfico 2	Movimento de Passageiros.	129
Gráfico 3	Movimento de Cargas.	129
Gráfico 4	Movimento de Correios.	129
Gráfico 5	Brasiléia, percentual representativo do número de empresas.	133
Gráfico 6	Representação percentual da população.	139

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Etapa de em Planejamento em TYLER (2001) X Planejamento PDOMS (1973).	153
Quadro 2	Etapa de em Planejamento em TYLER (2001) X PDUS (1978)	153

Quadro 3	Etapa de em Planejamento em TYLER (2001) X PROG. VIVER MELHOR (2000).	154
Quadro 4	Focos de Sistemas em SWARBROOKE (2000) X Planos (PDOMS, PDUS e PVM)..	154
Quadro 5	Recomendações em INSKEEP et al. X Planos.....	155
Quadro 6	Fases de Planejamento em SWARBROOKE (2000) X Planos. ....	155
Quadro 7	Etapas de Planejamento TYLER (2001) X PNMT (2001).....	156
Quadro 8	Etapas de Planejamento em TYLER (2001) X PRODETUR (1992). ....	156
Quadro 9	Etapas do Planejamento em TYLER (2001) X PRODESU (2001).....	157
Quadro 10	Foco de Sistemas em SWARBROOKE (2000) X Planos.....	157
Quadro 11	Recomendações em GUN & INSKEEP X Planos (PNMT, PRODETUR e PRODESU)	158
Quadro 12	Fases do Planejamento em SWARBROOKE (2000) X Planos.....	158
Quadro 13	Comparativo entre Teoria x Prática do Cluster Ecoturístico.....	159
Quadro 14	Comparativo de medidas após o PRODETUR.....	160

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental.
BTS	Baía de Todos os Santos.
BAHIATURSA	Empresa de Turismo Sociedade Anônima.
CONDER	Companhia de Desenvolvimento da RMS.
CRA	Centro de Recursos Ambientais
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento.
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo.
FABS	Federação das Associações de Bairro de Salvador.
FACDESCO	Faculdades do Descobrimento.
FEA	Faculdade de Economia e Administração.
FIB	Faculdade Integrada da Bahia.
IH	Instituto de Hospitalidade.
LN	Litoral Norte.
OMT	Organização Mundial do Turismo.
ONCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

ONG	Organização não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PDOM	Plano Diretor da Orla Marítima de Salvador.
PDUS	Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador.
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
POLIFUCS	Unidades de Ensino de Ciências da Sociedade.
PRODESU	Programa de Desenvolvimento Sustentável.
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia.
RIMA	Relatório de Impacto do Meio Ambiente.
RMS	Região Metropolitana de Salvador.
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
SUDETUR	Superintendência de Desenvolvimento do Turismo.
SUINVEST	Superintendência de Investimento em Pólos Turísticos.
UNESCO	United Nations for Educat. Social and Cultural Organizations.
USP	Universidade de São Paulo.

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

A região de Salvador e o seu entorno, incluindo a Baía de Todos os Santos e a Costa dos Coqueiros (LN), vem passando por profundas transformações sociais, econômicas e ambientais, decorrentes da intervenção para o desenvolvimento do turismo na Bahia. Ali estão reunidos a população residente na expectativa de progresso, o meio ambiente de beleza ímpar e os demais interessados na exploração das riquezas naturais.

Os documentários acessados poderão confirmar, com o estudo de fatos a serem tratados nesta tarefa, se existe um cenário convidativo para investimentos desordenados. É que, tanto os documentos preliminares como os fatos denunciados nos primeiros estudos, apontam a exclusão dos residentes nas decisões; esta exclusão se reverte no abismo eclético e se opõem a sustentabilidade, como poderá ser conferido neste trabalho. Tal questão poderá vir a constituir o que se denominará cientificamente de “Paradoxo da Brasília”, para a Administração do Turismo.

Este trabalho segue ao encontro de fatos que permitam compreender o processo de intervenção ecoturística da Região da Brasília, de acordo com objetivos definidos aqui. Após o Capítulo I, que trata da proposta desta pesquisa, este estudo traz o Capítulo II, com a revisão de literatura e uma teoria a ser focalizada; o Capítulo III refere-se ao tratamento metodológico estruturado de conformidade com as recomendações orientadas por uma linha de pesquisa; no Capítulo IV é analisado o ecoturismo na Brasília, formulando estudo sobre o planejamento do ecoturismo, os produtos ou atrativos ecoturísticos e os possíveis impactos. O Capítulo V traz uma apreciação crítica da intervenção planejada. Este trabalho apresenta a Conclusão com apanhado sobre verdades emergentes; em seguida traz as Referências Bibliográficas e os Anexos.

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Conforme prévias de RUSCHMANN (1997), no seu trabalho intitulado Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente, bem como

CORIOLOANO (2000), no seu trabalho denominado O Desenvolvimento na Escala Humana, BENI (1998), com a sua Análise Estrutural do Turismo e BOEIRA (2000), com a sua publicação via Internet intitulada Ecologia Política e Ecodesenvolvimento, a qualidade de vida e a sustentabilidade coincidem com ecoturismo adequadamente planejado. Todos estão de acordo em resguardar os interesses sócioambientais estratégicos, como forma de assegurar a durabilidade da referida atividade econômica. Daí justificar um estudo, através de fatos, conferindo o ecodesenvolvimento na Brasília, possibilitando uma discussão responsável no eixo da relação organizacional do turismo com o meio ambiente.

## 1.2 O PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo GIL (1994), um problema é uma questão que se encontra sem solução e que se torna objeto de discussão em uma área científica. A questão da intervenção na Brasília deverá ser objeto de discussão no campo das Ciências Sociais Aplicadas, inobstante a indiferença e a omissão no tratamento do turismo sustentável naquela Região. Ficou patente, nas prévias para constituição deste trabalho, que diversos estudos sérios encontram-se retidos nas gavetas de repartições e prateleiras de bibliotecas. Mas é evidente a falta de coragem dos pesquisadores em defenestrar uma realidade conjuntural oriunda da decisão daqueles que lhes pagam o seu trabalho. São relatórios, pareceres e insertos significativos que denunciam a desorganização do turismo na Bahia.

Para KERLINGER (1980, p. 35), um problema mostra uma situação pendente de discussão, investigação, decisão ou solução. É como se pretende tornar substantivo nesta pesquisa, conhecendo a desordem caótica em sua grandeza, apropriando fatos para discuti-los através de análise, investigando o seu histórico para que sirva, na medida do possível, como elemento de discussão e solução para o equilíbrio desejado pelos envolvidos no processo de intervenção para o turismo na Região estudada. Considera-se assim o caráter social deste trabalho.

A solução pretendida no presente trabalho é responder se as intervenções planejadas, objetivando a exploração dos produtos e atrativos ecoturísticos na Brasília, satisfazem às recomendações teóricas e às prescrições de uma Teoria no campo das Ciências Sociais. Como se caracterizam as possíveis pendências quanto à satisfação dos preceitos teóricos no processo de intervenção para

implementar o ecoturismo na Brasília? Estas pendências necessitam serem arroladas, como recomendo em GIL (1999).

O arrolamento poderá ser iniciado aqui, com problematização da questão do planejamento ecoturístico. Para tanto, buscou-se conhecer o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia e outros programas na Região da Brasília. Providenciou-se levantar intervenções programadas ou aleatórias, como a referente ao Pólo Petroquímico de Camaçari, para a indústria petroquímica baiana; a referente ao arquipélago Fernando de Noronha, para o turismo ecológico nordestino; a referente à invasão em Mangue Seco e Morro de São Paulo, para o ecoturismo desordenado nas praias da Bahia; e a referente a Costa do Descobrimento, para investimento internacional no litoral baiano.

Conforme CASTANHEIRA (1977), no modelo de intervenção para implantação do Pólo em Camaçari, buscaram a integração com as comunidades de Dias D'Ávila, Camaçari e demais municípios do entorno. Ficaram registradas as medidas prévias como cursos, seminários, palestras de integração e outros tipos de procedimentos. Construíram a inter-relação social entre os residentes e as organizações fabris a serem assentadas no complexo industrial. Desenharam sistemas de cadastro, treinamentos, capacitação, transporte, com *network* e demais procedimentos fundamentais.

Estudo em TEIXEIRA (2001), trata da intervenção planejada no arquipélago Fernando de Noronha. Focaliza o sistemático controle para a integração entre os residentes, os visitantes e meio ambiente intocado. Serviu como referência, já que esta providência salvaguardou os recursos naturais da destruição pelo turismo desordenado. Ainda de acordo com TEIXEIRA (2001), foi elaborado um plano de gestão do ecoturismo e desenvolvimento sustentável do espaço, que foi consolidado no mês de Abril de 2001; encontra-se, até o encerramento do presente trabalho, em fase de conclusão da implementação adaptativa, conforme relatório do gênero apropriado para este estudo. Crítica a esta intervenção planejada aponta que o meticuloso processo de ajuste e adequações, exige, como em toda atividade ecoturística, uma elasticidade no prazo da sua concretização. Foram estruturados programas especiais, inclusive de educação ambiental, que retroalimentam a conservação da biodiversidade no referido Arquipélago.

Formas de intervenção aleatória foram investigadas, através de levantamentos em estudo do gênero, apropriado nos documentários em acervo do Centro de Recursos Ambientais. Referindo-se especificamente ao ecoturismo na Bahia, foram conhecidos variados reflexos sociais, econômicos e políticos, tendo o Estado socorrido os espaços contra a degradação irreversível, ao implementar Áreas de Preservação Ambiental, com custos adicionais. O vilarejo denominado Mangue Seco, situado na divisa dos Estados da Bahia com Sergipe pode ser uma referência; este sítio passou por dano ambiental na época na famosa telenovela “Tieta do Agreste”, do romance de Jorge Amado, produzida pela Rede Globo de Televisão. A mídia acelerou a visita pública com sobrecarga no vilarejo, resultando em princípio de assoreamento. Pronta atuação dos organismos ambientalistas do governo baiano bloqueou o avanço da situação caótica, ao criar ali uma Área de Proteção Ambiental (BAHIA, 2001).

Foi efetuada observação *in loco* para estudo do gênero no Morro de São Paulo e no vizinho arraial da Gamboa, ambos na Ilha de Tinharé, ao sul da Baía de Todos os Santos. Constatou-se que o consumo exasperado já desfigura os atrativos naturais e, caso não haja imediata medida de contenção, as conseqüências serão desastrosas. Vale registrar o recente processo de favelização que avança no vilarejo de Boipeba, situado naquela redondeza, prenunciando mais invasões para toda a Região, enquanto os interessados anunciam a crescente valorização imobiliária e a possibilidade de indenização pelos espaços ocupados desordenadamente.

Também foram considerados, através de apropriação *in loco* para estudo do gênero, o efeito da intervenção para investimentos internacionais no Arraial D`Ajuda, no vilarejo de Trancoso e em outros sítios da Costa do Descobrimento. Constata-se que nestes espaços turísticos o desmando segue sem registro; não seria diferente, já que ficam próximos do histórico município de Porto Seguro, berço do Brasil, cuja denúncia da desordem poderá prejudicar o *merchandising* turístico governamental. O efeito desenvolvimentista local tem causado transtornos consideráveis aos residentes; a falta de um monitoramento compatível remete à possibilidade de desastre resultante do turismo de massa. Similares vêm sendo os problemas, mas o particular nesta área é relacionado à segurança pública, pois corjas de meliantes forasteiros, ali recorrem à prática dos mais diversos tipos de delitos, tirando o cotidiano de paz dos residentes e dos visitantes.

Na Costa do Descobrimento o processo transcorre à sorte dos eventos, sem qualquer metodologia, mesmo porque não foi conhecido um planejamento de ações no PRODETUR (1992) que concebeu a intervenção turística. No geral, a pronta demanda vem dos reclames pelo retardo de soluções pelo equilíbrio, *versus* a expectativa sem cronograma na Região da Brasiléia.

Caberá conhecer as ações para a integração dos fatores da nova conjuntura, sob a ótica de uma teoria, sob a qual será formulada uma pergunta. E a pergunta formulada é: a intervenção efetuada na Brasiléia é compatível com os princípios da sustentabilidade?

### 1.3 OBJETIVOS

A primeira estratégia no presente estudo é tomar os fatos estruturais, analisar a intervenção pelo PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia e outros programas voltados para o interesse na área turística na Região da Brasiléia, na hipótese de que o benefício para uma elite resulta na insatisfação da maioria, com reflexos que podem ser conhecidos. A segunda estratégia é focalizar o planejamento, os produtos ou atrativos ecoturísticos e os impactos ocorridos a partir do programa. Para responder à questão formulada são propostos um objetivo geral e três objetivos específicos.

#### 1.3.1 OBJETIVO GERAL

O presente estudo visa explicar o processo de intervenção ecoturístico - Econômico na Brasiléia e sua relação com a sustentabilidade.

#### 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever o processo de planejamento ecoturístico para região da Brasiléia.
- ✓ Listar os produtos ecoturístico da Brasiléia.
- ✓ Caracterizar os impactos sociais, econômicos e ambientais na Brasiléia.

## CAPÍTULO II

### REVISÃO DE LITERATURA

Este Capítulo trata da fundamentação conceitual e teórica. Evidências apontam que a intervenção turística na Brasília engloba questões populacionais e envolvem variáveis de políticas sociais, econômicas e ambientais. O tratado ecológico para o ecodesenvolvimento seria uma corrente para o adequado fundamento da questão, já que as teorias matemáticas e as teses liberais não se ajustam ao problema, embora ofereçam substancial apoio na investigação no eixo do turismo e meio ambiente para o desenvolvimento sustentável. Aqui, um suplemento literário abrange conceitos para a compreensão do turismo e do processo de planejamento do ecoturismo; outro oferece suporte à caracterização de produtos ou atrativos ecoturísticos; um terceiro sustenta a interpretação de impacto decorrente do ecoturismo. Uma evolução conceitual será tratada neste Capítulo.

De acordo com IGNARRA (1999), a Organização Mundial de Turismo (OMT), conceitua Turismo como sendo o deslocamento voluntário e temporário do indivíduo, em tempo de permanência superior a 24 horas, quando efetua pernoite, deixando divisas provenientes do seu gasto. Este deslocamento pode ocorrer por vários motivos, formando a classificação para turismo - cultural, religioso, aventura, negócios, desportivo, terceira idade, eventos, ecológico e outros. O motivo para o turismo não é suficiente; o viajante deverá estar influenciado pelas empresas turísticas, pelo núcleo emissor e receptor e pelo governo; também terá que dispor de renda e de tempo livre.

Para GOELDNER et al. (2002), Turismo é a soma dos fenômenos e relações oriundas da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs. Segundo eles, é um composto de atividades e setores que proporcionam viagem, incluindo empresas de transporte, hospedagem, alimentação, compras, entretenimento e outros serviços de hospitalidade. É também a soma das despesas dentro das fronteiras de um país ou local, considerando o conceito econômico.

A EMBRATUR (2003), não difere no conceito goeldneriano ao aplicar uma visão estritamente mercantilista do turismo. Para este organismo, o Turismo é um conjunto de transações, como a compra e venda de bens e serviços ao visitante.

GAUDENZI (2003) afirma que, para discorrer sobre o turismo na Bahia, não se pode omitir evolução de fatos históricos, quando ainda beirava a insipiência, inobstante o potencial físico predominante. Para ele, o pragmatismo começou com a implantação da taxa municipal de turismo em 1951 e a adoção de medidas, como a criação de organismos como o Conselho de Turismo de Salvador, Diretoria Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo, sem desdobramento, e a Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador – SUTURSA, entre os anos de 1953 e 1954. Nesta época o turismo era de baixo desempenho, com precário acesso aéreo ou rodoviário, existia maior carência de mão-de-obra e a rede hoteleira de melhor qualidade era de apenas três hotéis. Com a criação da Secretaria de Assuntos Municipais em 1966, vinculou-se a ela o Departamento de Turismo, para elaborar um plano de fomento ao turismo e supervisionar as estâncias hidrominerais. Ao criar a BAHIATURSA em 1968, limitou-se as suas atividades à construção e ampliação de hotéis e pousadas. Esta seria a fase histórica-conceitual de turismo na Bahia.

O atual conceito do turismo baiano encontra-se atrelado ao conceito de *cluster*. É que o governo da Bahia vem providenciando um *Cluster* de Entretenimento, através da SCT, a fim de atender às necessidades dos que se deslocam. Pretende envolver os principais interessados do ramo turístico, conforme apropriado neste estudo teórico inicial.

Segundo PORTER (2003), *cluster* é uma concentração geográfica de empresas e instituições que se relacionam em um setor industrial particular. No caso da Bahia, são as Zonas ou Pólos Turísticos que se fundem com interessados envolvidos e formatam a estrutura de turismo. Nesta fusão encontram-se os provedores especializados, universidades, associações empresariais, organismos governamentais e outras estruturas que darão suporte ao entretenimento, educação, informação, investigação e apoio técnico. Este conceito em turismo é inovador no Brasil e, segundo os gestores na SCT, permite, teoricamente, os seguintes agrupamentos cuja prática poderá ser conferida neste estudo:

- ✓ acesso e fornecimento de dados relativos à mão-de-obra, bens públicos, serviços e informação;
- ✓ cooperativismo que redundará em menor custo no desenvolvimento da inovação;

- ✓ rapidez na comunicação em benefício da competitividade, habilidade e incentivo à inovação;
- ✓ possibilidade de *links* atualizados entre as empresas, para aceleração da inovação.

Foi estudado o *Cluster* Turístico da Bahia, com sede em Salvador que vem operando desde agosto de 2002. É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que reúne lideranças empresariais do setor turístico, cultura e entretenimento, ao lado dos organismos governamentais. O *Cluster* é entidade aberta direcionada para a qualidade do turismo e a sua participação é decisiva no desenvolvimento econômico do Estado. Enfatiza a quebra de paradigmas e incentiva relacionamentos para servir com benefícios mútuos. Conforme anotação preliminar, os associados do Cluster desejam pactuar no planejamento estratégico do turismo sustentado desenhado pelo Estado, mediante o balizamento teórico dos seguintes princípios:

- ✓ promoção do turismo sustentado, baseado na preservação ecológica, geração de emprego e desenvolvimento sociocultural e econômico na região;
- ✓ mapeamento do inter-relacionamento entre iniciativa privada e o governo, para a promoção de políticas públicas, potencialização de ações isoladas, aprimorando da cooperação e do intercâmbio de tecnologias;
- ✓ desenvolvimento, monitoração estratégica e integração.

O *Cluster* visa alinhar interesses entre os associados e o setor público na Bahia em geral e em particular na Brasília. Neste sentido busca evitar desperdício de esforços enquanto atrai vantagens para todos. Para isso pretende oferecer:

- ✓ posicionamento Estratégico e Planejamento de *Marketing*, em conjunto com as autoridades governamentais;
- ✓ *networking* através de uma rede de relacionamento criada para mudança de modelos mentais dos envolvidos, reduzindo retrabalho, dinamizando oportunidades, compartilhando e coordenando esforço;

- ✓ infra-estrutura e investimentos para facilitar a captação de novos equipamentos turísticos e culturais, atrair fontes alternativas fundamentais para o turismo sustentável;
- ✓ mobilização e articulação da sociedade, através do conhecimento das estratégias implementadas, educação da população, qualificação dos recursos humanos, incentivos a programas sinérgicos que otimizem o turismo em geral e em particular o próprio *Cluster*. Nesta oferta inclui a tendência a dessazonalização de calendários de eventos, tendendo unificar os eventos na Bahia, inclusive os de natureza cultural.

Os registros elencados nesta base conceitual propiciam a busca de fundamentação para que se compreenda não apenas o estado da arte, como também a orientação para a pesquisa. Em face de indicações como preservação ecológica, turismo sustentável e conhecimento, pareceu oportuno trazer sobre o ecodesenvolvimento.

## 2.1 ECODESENVOLVIMENTO.

Segundo TAYRA (2002), o conceito de ecodesenvolvimento fora lançado pelo canadense MAURICE STRONG, em 1972. Concebe que o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissoluvelmente vinculados; devem ser tratados mediante a dinâmica do conteúdo, das modalidades e da utilização do crescimento. Concebe também três critérios fundamentais a serem obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Ainda de acordo com TAYRA (2002), os preceitos do ecodesenvolvimento foram formulados em 1986, por IGNACY SACHS, autor da Teoria do Ecodesenvolvimento que estabelece como princípios básicos:

- ✓ a satisfação das necessidades básicas;
- ✓ solidariedade com as gerações futuras;
- ✓ participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
- ✓ elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- ✓ programas de educação.

Referindo-se ao desenvolvimento sustentável, SACHS (apud CORIOLANO, 2000) afirma que *todo desarrollo digno de este nombre debe tener como objetivo la justicia social, respetando la naturaleza y buscando la eficacia económica, pero, sin que estas dos preocupaciones se conviertan en un fin en sí.*

A literatura sobre turismo sustentável aponta a concretização de programas destinados à redução de impactos negativos sobre as populações em alguns países, que o fazem de modo corporativista e clientelista. Porém, programas direcionados às amarras eleitorais fundem interesses partidários e têm como conseqüências os reiterados fracassos. Nesta sorte estão municípios com potencial ecoturístico, porém em dificuldade para a implantação de programas como o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

## 2.2 A TEORIA DO ECODESENVOLVIMENTO.

De acordo com BOEIRA (2000), a Teoria do Ecodesenvolvimento é baseada em três correntes de pensamento. A primeira é a corrente estatocêntrica, através da qual a gestão do meio ambiente, como o ecoturismo a ser tratado neste estudo, encontra-se separada da política promocional do crescimento econômico. Focaliza caracteres normativo e técnico, através dos quais o Estado funde-se com a política, assumindo o poder para gerenciar o ecossistema. As idéias liberalizantes passaram a confluir com tal corrente, tendendo a invalidá-la, fazendo emergir a teoria da elite de poder, com destaque para as cúpulas do executivo, do mercado e das forças emergentes.

A segunda corrente é a mercadológica, através da qual o empresariado lidera as políticas da sustentabilidade. Grupo de vanguarda como o *Business Council for Sustainable Development*, propõe a redução de custos governamentais com a gerência ambiental e a auto-regulação empresarial. Neste caso, embora o Estado ainda exerça influência por meio das políticas setoriais, mantém parceria com o empresariado alheio ao seu dever socioambiental. Surge aqui uma elite empresarial subjacente tratada em BOEIRA (2000).

A terceira corrente é a comunitária, que surge da pressão social de natureza ambientalista, através das ONG ou terceiro setor. Dá ênfase à política ética, defende a diversidade cultural, a vida, os direitos sociais difusos, o exercício da cidadania local, nacional, transnacional e global. É onde surgem os conceitos de

espaço criados pelo voluntariado, por meio do pluralismo e em defesa democrática dos interesses coletivos, de acordo com BOEIRA (2000).

É possível que a intervenção para o ecoturismo englobe a política ambiental acima da ecologia política. Outrossim, não resta dúvida que a questão interliga aspectos transeitoriais harmonizados na direção do ecodesenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, por exemplo. Aqui entram o combate à poluição, através de ajuste de conduta, o planejamento participativo, a economia ecossetorial, como a formação de *cluster* de entretenimento, objetivando a harmonia na relação homem-natureza-qualidade de vida. Como resultado, surge a visão inter, trans e multidisciplinar levada em consideração desde o diagnóstico racional, pelo planejamento participativo, desenvolvimento comunitário e até o controle das ações dos envolvidos com o ecoturismo. Esta seria a mesma visão transmoderna perseguida pelos interessados no equilíbrio da gestão em BOEIRA (2000).

A Teoria do Ecodesenvolvimento inclui a visão sistêmica, com a qual busca paradigmas que garanta a compreensão da complexidade que envolve as suas variáveis. Nesta visão holística, o ecoturismo participativo é a correlação de força do cidadão, de sorte que a interdependência das partes complementa o conceito do todo, para o desenvolvimento social, econômico e ambiental em BOEIRA (2000).

Esta teoria focaliza estratégias para o desenvolvimento das comunidades nos processos produtivos integrados, com atenção para as potencialidades do residente. A revalorização do lugar se inicia com as atividades planejadas, enfatizando o desenvolvimento sócio cultural dos grupos, fazendo acontecer conciliação de interesses entre o desenvolvimento social e cultural. No caso em enfoque, as comunidades de vocação ecoturísticas seriam focalizadas em suas potencialidades para o seu próprio desenvolvimento em CORIOLANO (2000).

### 2.3 A APLICAÇÃO DA TEORIA DO ECODESENVOLVIMENTO.

De acordo com CORIOLANO (1996), a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), ocorrida em 1987, sob a presidência de GRO HARLEM BRUNDTLAND e MANSOUR KHALID, apresentou um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por Relatório *Brundtland*. Este Relatório conclui que o desenvolvimento sustentável é o que satisfaz as

necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas deve ser aplicada para promover o desenvolvimento sustentável, como:

- ✓ limitação do crescimento populacional;
- ✓ garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo.
- ✓ preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- ✓ diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologia com uso de fontes energéticas renováveis;
- ✓ aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologia ecologicamente adaptada;
- ✓ controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- ✓ atendimento das necessidades básicas de saúde, escola e moradia.

Foi com base na Teoria do Ecodesenvolvimento, que *La Cumbre de la Tierra*, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, conhecida como ECO 92, consolidou entre as nações os princípios básicos do desenvolvimento sustentável. Porém, os sistemas políticos sociais de países em desenvolvimento não vêm efetivando a construção destes benefícios, até porque essa jamais foi a sua intenção, senão veja-se a evidente discrepância dos extremos sociais desde CORIOLANO (1996). Destarte, a investigação da intervenção para o ecoturismo na Brasília será investigada com base na Teoria do Ecodesenvolvimento. Entra na pauta deste estudo, a interpretação histórica sobre a consistência do desenvolvimento planejado de CORIOLANO (1996), a partir do PRODETUR, centrando na estratégia de desenvolvimento sustentável em SACHS (1986), que visa à promoção da harmonia entre o homem e a natureza, através da aplicação das seguintes recomendações:

- ✓ sistema político com efetiva participação dos cidadãos no processo de decisão;

- ✓ sistema econômico competente para gerar excedentes e conhecimentos técnicos com bases constantes e confiáveis;
- ✓ sistema social capaz de resolver diferenças resultantes do desenvolvimento desigual;
- ✓ sistema produtivo que preserve a base ecológica do desenvolvimento.
- ✓ sistema tecnológico de solução alternativa;
- ✓ sistema administrativo baseado na flexibilidade e na autocorreção.

Os conceitos difusos poderão ser analisados, já que donativos como Cesta Básica, Vale Gás, Cartão Alimentação, Bolsa Escola e outros, seriam desnecessários se a justiça igualitária for concedida nos princípios da sustentabilidade. Tais considerações descem a este trabalho, de modo a interpretar os envolvidos na nova ordem de mudança, atrelada a um processo de planejamento para o turismo, como o PRODETUR. É possível verificar a convalidação entre a intervenção do PRODETUR e de outros programas de intervenção na Brasília, os princípios da Teoria do Ecodesenvolvimento, a orientação pelas medidas sugeridas no Relatório Brundtland, as prescrições conceituais e as prioridades do desenvolvimento sustentável em SACHS (1986), citadas por ARAÚJO (2001), que são:

- ✓ a satisfação das necessidades básicas da população, com educação, alimentação, saúde, lazer, etc;
- ✓ a solidariedade para com as futuras gerações, em preservar o meio ambiente que a elas será legado;
- ✓ a participação da população envolvida, na consciência de conservar o ambiente, fazendo cada um a sua parte;
- ✓ a preservação dos recursos naturais;
- ✓ a elaboração de um sistema social que garanta o emprego, segurança social e respeito a outras culturas, com erradicação da miséria, do preconceito e do massacre às populações oprimidas;
- ✓ a efetivação dos programas educativos.

## 2.4 CONCEITOS SUPLEMENTARES.

Agregados conceituais ingressam no presente estudo, suplementando o que se refere especificamente ao ecoturismo. Sendo esta uma área diretamente relacionada ao desenvolvimento sustentável, cabem referências a estudiosos comprometidos com o turismo e meio ambiente, como manda a boa ética.

- Conceitos para o planejamento ecoturístico.

Arrazoados de estudiosos na área de negócio ecoturístico serão trazidos a este contexto. Merece registro o conceito de SROUR (apud RUSCHMANN,1997), quando se refere à forma de ocupação das riquezas e comenta sobre a responsabilidade social, afirmando a necessidade de parceria entre os agentes produtivos e os residentes. Invoca a conservação não predatória. Mostra também a necessidade de participação de todos nas decisões do planejamento, induzindo aos primeiros ensaios sobre a instauração do processo decisório coletivo.

Levantamento apontou SLACK (1997), oferecendo excelente visão adaptável ao planejamento ecoturístico. Tratou de estratégias, discorreu sobre projetos e capacidade de carga, arranjo físico e fluxo. Reuniu elementos funcionais para a formulação de tarefa estruturada. Ofereceu subsídios prescritivos para o equilíbrio. Encerrou com proposições para a reflexão dos envolvidos com ecodesenvolvimento.

Para ALENCASTRO (apud LEMOS, 2001), é possível a construção de métodos de intervenção planejada. Para ele, os que somente se preocupam com o lucro, geralmente tendem a ter menos consciência do grupo; ficam fascinados com a preocupação monetária e, portanto, pouco importa para eles o que ocorre com a comunidade e muito menos com a sociedade. Oferece posicionamento relevante para intervenção, implantação de estrutura e estratégia de ajuste entre a atividade turística e o Ser Ambiental.

Para o IBAMA (2001), o Ser Ambiental pode ser natural ou artificial (IBAMA, 2001). O Ser Ambiental natural é o intocado, inexplorado pelo homem e geralmente selvagem (Figura 1); o Ser Ambiental artificial é o construído através dos recursos da engenharia, nas técnicas de urbanismo e dos ajustes arquitetônicos que caracterizam um *design* metropolitano (Figura 2). Este é um

conceito relativo, pois um indivíduo oriundo do ambiente selvagem poderia qualificar uma metrópole como sendo uma selva de pedras.

**Figura 1: Praia de Baixo.**



**Foto de Artur Ikishima  
Arquivo BAHIATURSA.**

**Figura 2: Salvador – Vista Panorâmica**



**Foto de Artur Ikishima.  
Arquivo da BAHIATURSA**

Assim é que, sendo o ecoturismo um ramo econômico desenvolvido sobre o Ser Ambiental, a sua atividade deve se ajustar ao meio selvagem, ou ao *design* urbano traçado pela arquitetura ambiental. Estudo em IBAMA (2001) sugere a possibilidade de intervenção que recupera um adaptativo do ambiente natural, a uma forma temática compatível, apoiada pelos ambientalistas modernos; produto de estudos de impactos ambientais detalhados em relatórios técnicos, estas formas temáticas são usuais quando se pretende implantar empreendimentos cujos modelos dependam da conservação ou preservação dos espaços naturais, como os parques temáticos, jardins botânicos e ecoresortes. Entrariam nesta análise as áreas de preservação e as de conservação, como as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas. Os parques biológicos, os jardins e demais áreas verdes construídas devem igualmente ser considerados para utilização no lazer das massas; também os sítios históricos existentes no âmbito da pesquisa, muitos dos quais tombados como Patrimônio da Humanidade, definem a cultura que não pode ser excluída da atividade ecoturística hodierna, conforme IBAMA (2001).

Referindo-se a sustentabilidade e modelo de gestão na formação do produto turístico Praia do Forte, SILVA (2002: 25), afirma que o desenvolvimento sustentável seria não só a utilização racional dos recursos naturais, levando-se em conta suas limitações, mas uma relação equitativa no que tange aos aspectos econômicos e sociais. É possível, portanto, estabelecer forma de exploração em padrões que atendam às limitações e a equidade. Segundo os estudos referentes ao limite de uso dos espaços naturais em IBAMA (2001), ficou esclarecida que a forma de utilização compatível é aquela que atende aos princípios normativos prescritos na legislação ambiental. Conforme ainda o IBAMA (2001), algumas áreas são de influência ecológica e socioeconômica; o seu uso pode trazer alteração ao processo ecossistêmico. Assim, a atividade de ecoturismo exige prévio Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto do Meio Ambiente - RIMA para as medidas mitigadoras e de equilíbrio; exige, ainda, um plano de manejo, principalmente quando se tratar de áreas de preservação permanente.

Aprofundamento dos estudos sobre o Ser Ambiental permitiu conceitos dos seus atributos. Os atributos abióticos (Figura 3) são os referentes à biota, ou seja, a terra, paisagens montanhosas, clima e território, rios, lagos, grutas, cavernas, que servem de abrigo aos demais atributos; os atributos bióticos (Figura 4) são a fauna, a flora e demais formas livres de vida existentes sobre a biota. Os atributos estéticos

(Figura 5) possuem valor ecológico, são gravados pela beleza e esplendor incomuns e caracterizam-se como próprios para cada ambiente, sendo convidativos à contemplação, fotoimagem e registros cinematográficos. Os atributos culturais (Figura 6) dizem respeito à história natural, antropológica, científica e da informação para as massas humanas e suas gerações (IBAMA, 2001).

**FIGURA 3: Corredeiras do Ronco.**



Foto de Aristides Alves.  
Arquivo da BAHIATURSA

**FIGURA 4: Tartaruga-cabeçuda**



Fonte: [http://www.projetotamar.com.br/ta\\_espe.asp](http://www.projetotamar.com.br/ta_espe.asp)

**Figura 5: Dunas em Mangue Seco.**



**Foto de Aristides Alves.  
Arquivo da BAHIATURSA**

**Figura 6: Festa Junina em Cachoeira.**



**Foto de Artur Ikishima.  
Arquivo da BAHIATURSA.**

Continuando estudo sobre o Ser Ambiental em IBAMA (2001), foi possível interpretar o domínio dos demais espaços naturais, como as áreas protegidas, por exemplo. Estas áreas podem ser federais, estaduais ou municipais. Algumas se constituem em patrimônio da humanidade, como a Mata Atlântica, Floresta Amazônica e outras áreas de significado internacional e, por isso, tombadas pela ONU. Estas áreas protegidas incluem as áreas jurisdicionais, como Litoral Brasileiro

e a Baía de Todos os Santos, ambas situadas na Brasília. Possuem características naturais de relevância, são instituídas pelo poder público, possuem limite definido, onde é implementado o regime de gestão especial.

Referindo-se ao planejamento na atividade turística, como o ecoturismo ora em estudo, TYLER (2001) cita GETZ (1987), quando este traz quatro abordagens tradicionais, que serão consideradas: impulsionista, econômica-industrial, física-espacial e a abordagem comunitária.

TYLER (2001) refere-se também a HALL (1995), quando este trata destas mesmas abordagens, acrescentando a abordagem sustentável que servirá de escopo básico da presente tarefa investigativa. Em linhas gerais, estas abordagens possuem as seguintes características, conforme tratadas em HALL (apud TYLER, 2001:25) a seguir *ipse litere com grifo nosso*:

***Impulsionista:*** *atitude simplista de que o planejamento turístico é sempre bom e proporciona, automaticamente, benefícios para os anfitriões. Os moradores das destinações turísticas não estão envolvidos na tomada de decisões, no planejamento e no processo político do desenvolvimento turístico.*

***Econômica-industrial:*** *turismo como um meio de promover o crescimento e o desenvolvimento em áreas específicas. O planejamento enfatiza os impactos econômicos do turismo e sua utilização eficiente para criar renda e empregabilidade para determinadas regiões e comunidades.*

***Física-espacial:*** *o turismo é tratado como tendo uma base ecológica e, conseqüentemente, seu desenvolvimento deve ter por base certos padrões espaciais, capacidade ou limitações que minimizariam o impacto negativo do turismo no ambiente físico.*

***Comunitária:*** *ênfase no contexto social e político no qual o turismo ocorre. Defende um maior controle local sobre o processo de desenvolvimento.*

***Sustentável:*** *uma forma integrada de planejamento turístico que procura garantir, em longo prazo e com o mínimo de deterioração de recursos, de degradação ambiental, de rompimento cultural e de instabilidade social, a segurança dos moradores. Tal abordagem tende a integrar características das tradições econômicas, físico-espaciais e comunitárias.*

Com base nestas abordagens, é possível focalizar o planejamento ecoturístico na Brasília, estudando os agentes apontados em HALL (apud TYLER, 2001). Porém, quando o turismo é direcionado para o desenvolvimento, como se vislumbra nos primeiros estudos na Região da Brasília, haverão de ser tratados outros agentes encontrados em COOPER et al. (2001), que são: os produtos ecoturísticos, a forma como redistribuem a renda, a mão de obra, a atuação empresarial, a organização do *trade*, o protecionismo e a forma como o turismo interage com as demais indústrias.

Desta forma, vale registrar desde COOPER et al. (2001), que o desenvolvimento haverá de ser estrategicamente organizado, com fundamentações sólidas coordenadas entre os setores. Este processo não afasta a previsão dos conflitos oriundos das percepções dos envolvidos. Muito menos a avaliação das vantagens e desvantagens que se catalisam para o um planejamento. Desta mesma sorte, os produtos ecoturísticos deverão ser focalizados na sua característica própria de abrangência e diversidade, possibilitando uma variedade mais ampla dos mesmos, uma vez que é o próprio ecoturista quem dimensionará de modo extraordinário tais produtos. Seria uma observação macroscópica para apreciação em caráter microscópico, como se advém de uma possível crítica. A visão não será diferente com relação ao agente “renda” que define o desequilíbrio global no confronto entre países ricos e pobres; tem significativa importância no turismo em áreas de menor impulso industrial, como é possível ocorrer nos sítios balneários da Brasília. Ali o fluxo turístico poderá representar maior renda, conforme COOPER et al. (2001;235).

Com referência à mão-de-obra, os países desenvolvidos a oferecem com qualidade, enquanto em países em desenvolvimento existem representativos índices de desempregados e o turismo poderá ser uma oportunidade nestes sítios; inobstante, o turismo exigirá a importação de profissionais qualificados para o turismo internacional, pois a competitividade demandará questionamentos com referência à satisfação do visitante estrangeiro, como poderá ser conferido na região da Brasília.

A atuação empresarial é relacionada à qualificação para os núcleos de viagens e de hospitalidade, podendo não representar demanda de “recursos educacionais” ou “qualificação” para estes dois núcleos; mas COOPER et al. (2001:237) adiciona que a falta de qualificação não redundará maior perda, uma vez

que poderá ocorrer rápida adaptação com treinamento na própria empresa que explora o turismo, capacitando os desempregados e os oriundos dos setores de pesca e agricultura, como poderá ser conferido neste estudo.

A organização do *trade* em COOPER et al. (2001:238) é visto através de cadeias de empresas com características de *Cluster*; esta providência cria soluções em treinamento de pessoas, segurança nos investimentos e economia em grande escala; esta visão poderá ser conferida no presente estudo, conhecendo os envolvidos no processo de planejamento ecoturístico na Brasília. Por último, o estudo em COOPER et al. (2001:238) trata do protecionismo necessário para enfrentar crises, como a monetária ocorrida nas décadas 60 e 70 na Malásia, bem como a resultante do terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América.

#### Como focalizar a ética e a regra prescritiva na relação de parcerias

Consoante ao que vem sendo tratado em trabalhos recentes de PROVINCIALI (2000), é exigível conhecer a relação das comunidades ecoturísticas com as áreas ambientais frágeis, e as parcerias empresariais que se dão à exploração dos produtos ecoturísticos ali disponíveis, como matéria prima de sua atividade. Tal relação têm sido tratada como fator decisivo quando considerada, além da ética, a responsabilidade social e ecológica na intervenção turística. Por outro lado, os estudos iniciais apontam a tutela política e institucional exercida pelo poder público, com considerável influência no processo de planejamento, não apenas pela decisão por um plano de intervenção, envolvendo investimentos, disciplina normativa, controle ambiental e outras funcionalidades, como também como agente multiplicador do fluxo turístico, através do *merchandising* que implementa, por meio de organismos como a BAHIAATURSA, SCT, EMTURSA e outros.

Portanto, é com base nas características da abordagem sustentável em TYLER (2001) que o presente estudo focalizará a intervenção na Brasília. Este trabalho tratará de analisar os envolvidos neste processo fincando pilares no Ser Ambiental, nos residentes, nos órgãos públicos, nos empresários e nos visitantes. É este um entendimento que pareceu mais adequado, para tratamento dos

comprometidos no processo de intervenção, como se depreende do mister que já vinha sendo configurado desde autores como PROVINCIALI (2000).

A ação planejada em WESTERN (apud LEMOS, 2001), deve evitar, em linhas gerais, o investimento arrojado que pouco representa socialmente, ou se opõe radicalmente à estrutura de vilarejos pueris. A orientação seria a de suprimir empreendimentos que tendem a gerar lucros astronômicos às custas da miséria local, inviabilizando a permuta.

No caso específico da Brasília, evidências apontam que os espectadores residentes confiam nos objetivos empresariais, enquanto ficam na ansiedade de participar mutuamente da grandiosidade dos investimentos; a demora da integração cria insatisfação decorrente desta expectativa.

Para WESTERN (apud LEMOS, 2001), é possível a formulação de planos fundamentais, encorajando ao pacto conservantista de apoio infra-estrutural, com retorno garantido aos demais usuários do Meio Ambiente – que é o único produto comum a todos. Aqui entram os conceitos de associativismo, preservacionismo e conservantismo, essenciais para uma política justa de bem estar comum.

#### O suporte para a informação no processo de planejamento na Brasília.

RUSCHMANN (1997) é sensível com as conseqüências do turismo sobre o Ser Ambiental. Reflete acerca da corrida exploratória, sem avaliar previamente um plano de manejo sustentável. Oferece base para o processo de gestão equilibrada do meio ambiente. SWARBROOKE (2000), completa a lógica deste processo, quando aponta itens essenciais para estruturar informação sobre uma comunidade ecoturística; constitui, desta forma, o suporte fundamental para o manejo referido em RUSCHMANN (1997). Para SWARBROOKE (2000), a gestão da informação é essencial para suprir variáveis do convívio social, por exemplo. Na busca de eficácia de resultados, orienta procedimentos úteis contra os transtornos nos processos gerenciais de planejamento, organização, direção e controle da gestão ecoturística. Analisa-se desta forma o histórico e depois os efeitos dos programas intervencionistas na Brasília.

Análise histórica do primórdio das ações indica que a preocupação pelo turismo sustentado na Região focalizada acompanha um histórico sinuoso. A questão imobiliária sempre foi um entrave para o processo de planejamento. As

áreas naturais vinham sendo utilizadas para criação bovina; depois passaram ao uso na construção civil, sempre confrontando os interesses ambientais que redundariam na desqualificação dos espaços de valor turístico em TYLER (2001). Ocorreu tratamento válido para as informações durante o processo de planejamento turístico na Brasília?

#### Caracterização da decisão pelo planejamento ecoturístico na Brasília.

TYLER (2001) lembra GUNN (1994) e INSKEEP (1991), quando se refere aos caracteres de racionalidade e prescritibilidade em planejamento turístico. Focaliza aspectos fundamentais, como os processos políticos, sociais e culturais que afetam a tomada de decisão no turismo. É possível que a interpretação da forma como a ação planejada interfere no Ser Ambiental, nos Residentes e nos demais envolvidos (empresariado, poder público e outros integrantes do sistema como todo), exija estudo das características, como dos aspectos fundamentais do processo para conferir a validação da decisão na sua totalidade. Daí o confronto entre as concepções teorizadas; permitirá a confirmação do estado da arte quanto à compatibilidade dos propósitos intervencionistas planejados. O conjunto das informações sistêmicas, desde as fases iniciais até os planos revisores, importa em decisões compatíveis. Estas decisões pelo planejamento turístico na Brasília obedecem a regras procedimentais prescritivas? A resposta poderá ser alcançada através de Quadros que apresentados neste estudo.

Segundo TYLER (2001), as decisões importantes para o planejamento turístico são tomadas por políticos, planejadores e outros interessados no assunto. Não foi diferente na intervenção planejada para o turismo na Brasília, quando o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura e Turismo, resolveu implementar programas voltados para o turismo sustentado. Não é possível o residente ficar no cenário à parte, pois é ele o principal interessado nas decisões; a exclusão contraria recomendações teóricas trazidas ao contexto do presente estudo e os efeitos poderão ser conferidos nesta tarefa.

#### Fases do planejamento sustentável para o turismo na Brasília.

Referindo-se à prescrição em TYLER (2001), o presente trabalho buscará compreender a eficácia dos programas de intervenção. Para isso

serão identificadas as características da intervenção a partir das fases do planejamento, de modo a conhecer o turismo sustentável na Região focalizada. É possível conhecer as fases do processo de planejamento ecoturístico na Brasília, verificando se elas seguem bases teóricas. O que se afirma sobre a validação destas fases para o planejamento turístico?

TYLER (2001) não exclui COOPER et al. (1993) ao tratar das fases do planejamento. TYLER (2001) reafirma o processo básico de planejamento, com as etapas de “definição de objetivos” (I), “análise” - incluindo a demanda e oferta (II), “opções de investimento” (III), “desenvolvimento de plano” (IV), *feedback* – relacionando o plano final aos objetivos através de monitoramento (V). Estas cinco etapas serão tratadas neste estudo. INSKEEP (1991), GUN (1994) e MURPHY (1995) são lembrados em TYLER (2001), quando este vem a se firmar nos objetivos e processos de planejamento eficaz nos seus resultados. Os Quadros que são apresentados neste estudo apontam o confronto entre as fases do plano e a base teórica tratada aqui.

SWARBROOKE (2000) oferece procedimentos técnicos fundamentais para o planejamento turístico sustentável. Aliados às recomendações tratadas em COOPER et al. (1993), estes procedimentos possibilitam a configuração das fases discutidas entre os comprometidos com o equilíbrio em RUSCHMANN (1997). O estudo das fases do planejamento sustentável na Brasília em SWARBROOKE (2000) busca avaliar os atrativos ecoturísticos, localizar e atribuir conceito dos atrativos avaliados, planilhar estes atrativos prevendo a oferta turística e, finalmente, selecionar as zonas de acordo com aqueles valores para planificar os pólos ecoturísticos. Para estas atividades de planejamento, SWARBROOKE (2000) recomenda cinco fases:

**Fase de inventário do patrimônio ecoturístico.** Reúne todos os atrativos e as facilidades, registrando informações coordenadas através de um trabalho de levantamento, com classificação hierárquica por atrativos. Este trabalho é possível através de observação e análise, pois os atrativos geram motivações de um visitante deixar sua habitação e se dirigir para conhecer determinado patrimônio turístico. A enquete ao visitante também pode ser considerada.

**Fase de delimitação de zonas e áreas ecoturísticas.** Aponta as formas de agrupamento das atividades ecoturísticas, mapeando a localização geográfica.

Necessário conhecer a subdivisão dos atrativos, que são os naturais, histórico-culturais, os originários da tradição e manifestação popular, e as realizações técnicas de caráter científico que são programadas em calendário local.

**Fase de registro dos atrativos ecoturísticos por zona ou área.** É registrado em uma planilha, com exatidão, cada atrativo. Necessário conhecer as ofertas Turísticas - as naturais, histórico-culturais, as manifestações da tradição popular, as realizações técnicas e científicas programadas e ainda, os registros de congressos, feiras, seminários, exposições e realizações desportivas, artísticas, culturais e gastronômicas.

**Fase de seleção de zonas prioritárias.** Nesta fase devem ser devidamente inventariadas as zonas, por ordem hierárquica, considerando a diversidade de cada categoria de uma zona ou área ecoturística.

**Fase da análise do meio físico.** Neste momento seleciona-se cada zona, definindo os pólos regionais em determinado raio de influência, núcleos de comunicação, equipamentos e as zonas produtivas de artesanato, agricultura, aventura, náutica, ecologia e outros.

Os procedimentos técnicos configurados em SWARBROOKE (2000) podem ser suplementados para o planejamento ecoturístico. Por isso, quando se referem às decisões que influenciam nos envolvidos com o planejamento, GUNN (1994) e INSKEEP (1991) citados em TYLER (2001), apóiam a adequação do processo para garantir a ação estratégica. Intensificam para que se observe o ajuste dos planos à racionalidade e prescritibilidade sistêmica. Recomendam trazer para estes sistemas as informações sobre os equipamentos e serviços turísticos como os meios de hospedagem (estabelecimentos hoteleiros classificados ou não e extra-hoteleiros do tipo *campings*, colônias de férias, pensões, casas de família e hospedarias), sistema de alimentação (restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, casas de chá e confeitarias, cervejarias, casas de suco e sorvetes), sistema de entretenimento (como áreas de recreação, instalações desportivas, parques de diversão, clubes, pistas de patinação, *motocross*, *bicicross*, estádios e ginásios esportivos, marinas, mirantes, estabelecimentos noturnos, cinemas e teatros); e outros serviços que irão compor a gestão dos espaços urbanos, completando o

cenário que o turista deseja usufruir durante a sua permanência. Completam esta análise, os conceitos de qualidade e utilidade dos produtos ou atrativos que serão estudados em item próprio desta tarefa.

Análise do *layout* destes equipamentos em GUNN (1994) e INSKEEP (1991) citados em TYLER (2001), apontam para sensível melhoria em favor do turismo na Brasiléia; primeiro no Centro Histórico de Salvador e depois na Costa do Sauipe, incluindo os sítios selecionados para o receptivo na Região. Porém, é comprovado que a intervenção contempla apenas os núcleos do *cluster* de entretenimento, porquanto os vilarejos permanecem absolutamente fora desta proposta de melhoramento, trazendo insatisfação para os residentes, conforme aponta o estudo do gênero.

SWARBROOKE (2000) encerra com as informações que envolvem a infra-estrutura de apoio ao turismo, para um planejamento adequado e completo. São as informações básicas sobre o município, como: sistema de transporte e comunicação (estradas, acessos, serviços de transporte, telefonia, radio e televisão); sistema de segurança (delegacias de polícia, bombeiros, salvamento); sistema de saúde (equipamentos médicos e hospitalares); sistema de acesso aos serviços urbanos (de limpeza, sinalização, recuperação do patrimônio arquitetônico e monumental). A profissionalização no turismo é outro ponto básico. A diversificação e modernização da oferta também são fundamentais, para que venham a gerar atrativos no ramo de atividade.

Para SWARBROOKE (2000), o planejamento suficiente busca conhecer o sistema de informação do mercado turístico (demanda turística atual, os mercados potenciais, o perfil do turista, a concorrência, a motivação do município, a formação do profissional do *trade*, o volume de negócios e os indicadores econômicos). Será apreciada, neste estudo, a substancialidade dos programas de intervenção na Região da Brasiléia considerando a sua validação para o turismo sustentável, oferecendo os Quadros dos pontos tratados em SWARBROOKE (2000). TYLER (2001) não contraria COOPER et al. (1993) no detalhamento das fases para o planejamento no turismo. Estas fases da intervenção turística na Brasiléia foram comparadas com o detalhamento em TYLER (2001), que são: detalhamento de objetivos, análise, opções de investimento, desenvolvimento de plano e *feedback*.

As primeiras intervenções foram estudadas e permitiram os resultados expostos nos Quadros adjuntos a esta tarefa; permitem caracterizar o momento

histórico do planejamento para o turismo naquela Região. Foi possível apontar as etapas do planejamento e os pontos de evidência, onde estão as características de cada etapa ou fase e a natureza de sua validação para o turismo na Brasília. É possível constatar, através de Quadros analíticos, os elementos para estudo comparado quanto a informações para o planejamento turístico em SWARBROOKE (2000). O estudo comparativo permite afirmar que, embora aqueles planos tenham refletido no histórico sobre o planejamento turístico na Brasília, eles não satisfazem integralmente a modelos específicos de intervenção para o turismo planejado. Necessário que se conheça os principais programas intervencionistas.

Compreendendo as fases do planejamento turístico nas primeiras intervenções na Brasília.

COOPER et al. (1993) prescrevem sobre um planejamento básico benéfico para os envolvidos com o ecoturismo (residentes, visitantes, empresários, etc.). Para os mesmos, o processo deverá atentar, primeiramente, para a definição dos objetivos. Na primeira fase da intervenção planejada na Brasília evidencia-se equívoco entre as transações imobiliárias do Plano da Orla Marítima de Salvador, prevendo o turismo emergente e a conseqüente invasão indiscriminada em áreas preserváveis. Estudo da primeira fase ou etapa, que é a de definição de objetivos, confirmará se houve rompimento literal com as prescrições recomendadas pelos autores ora referidos. O Plano pretendia a gestão dos espaços na metrópole que avançava para o turismo emergente; porém as lacunas insuperáveis permitiram um urbanismo sem critérios, conforme apropriado através de estudo do gênero.

COOPER et al. (1993), focalizam a segunda etapa de um planejamento turístico, que é a de análise, incluindo a demanda, oferta, opções de investimento. Esta fase não foi identificada no Plano da Orla Marítima de Salvador. Constata-se que a insipiência sobre conceito de mercado turístico levou a implantar “barracas de praia” nos pontos preferidos dos turistas na Capital; pareceu uma fórmula para justificar a intervenção desprovida de objetivo bem definido, que também poderá ser conferida neste trabalho. Uma inadequada etapa de análise crítica manteve insatisfações desde os serviços de atendimento precários até falta de higiene naqueles pontos freqüentados pelos turistas. Será possível verificar se este lapso levou à desmoralização do plano aplicado na orla de Salvador. A análise crítica das ações poderia melhorar o cenário, trazendo o mínimo necessário para a demanda e

consumo com qualidade. De acordo com apanhado de observador daquele processo de ocupação da orla em Salvador, o resultado desta falta de análise crítica foi além. Para não se envolver com detritos, sanitário mal tratados, serviços sem higiene e degradação de atendimento nas barracas implantadas na orla marítima de Salvador, as famílias passam a procurar o Litoral Norte da Bahia, na busca de praias desertas à época, incrementando a corrida exploratória para o turismo no litoral da Brasiléia. A insatisfação identificada através de depoimentos obtidos confirma a inexistência da análise crítica ao Plano; foi possível conferir as evidências sob dois pontos que convalida o julgamento: não foi encontrado um programa de ajuste para enfrentar o colapso da intervenção e a gestão do solo na orla marítima de Salvador ainda encontra-se sob pendência de diretrizes normativas.

A terceira etapa de planejamento, a fase de desenvolvimento de plano, ficou prejudicada pela “invasão” identificada através de estudo do gênero. Por conseqüência, a última fase, a do *feedback*, etapa relacionada ao comparativo entre o resultado final e os objetivos, tornou-se nula em face da evidente falta de monitoramento. A conseqüência foi de transtornos e ineficácia dos planos, como se experimenta até os dias atuais, desde Salvador até Mangue Seco, no extremo litorâneo apontado no mapa incluído neste estudo. Exceção para as providências de ajuste trazidas após o PRODETUR, principalmente no que se refere à restauração do Centro Histórico de Salvador, tratada em tópico específico deste estudo. Neste momento se pretende saber se as fases dos planos iniciais de intervenção estão validadas pelas prescrições teóricas. Os Quadros oferecidos neste estudo apontam este confronto.

#### Quanto às primeiras intervenções planejadas para o turismo na Brasiléia.

Foi possível conhecer, nos acervos da Biblioteca da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Salvador, um Plano Diretor da Orla Marítima, datado de 1973. O plano estendia um projeto imobiliário desde o bairro do Porto da Barra, na Capital Salvador, até a Vila de Açú da Torre, localidade próxima do Povoado de Praia do Forte (como é indicado na Figura 35 - Brasiléia em Perspectiva, página 117). Previa o turismo crescente como se vê nos dias atuais. Também foi conhecido o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDUS), datado de 1978. Ambos evidenciam premissas para os impactos ambientais

negativos com a urbanização da orla marítima; tanto que o PDUS (1978) recomendava:

[...] providências inadiáveis que, se não forem adotadas, permitirão que a especulação imobiliária produza um modelo de ocupação semelhante àquele, hoje existente, entre a Barra e Pituba, e que, ameaçadoramente, avança em direção a Itapuã.

Como se depreende do excerto ora selecionado, os atrativos a serem oferecidos aos visitantes recebidos em Salvador já vinham sendo comprometidos na sua qualidade há décadas. Uma breve análise do Plano Diretor da Orla Marítima e do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador indica que a sua concretização não visava impedir a devastação de sítios de valor ecoturístico, o que torna difusa a interpretação dos reais objetivos da intervenção. Confronto de conceitos obtidos junto a populares residentes, que testemunharam todo o processo de ocupação na orla marítima, deu conta de publicações em jornais da época, denunciando o que denominavam de “invasões de colarinho branco” - pessoas carentes se apropriavam de áreas nobres para devolvê-las em seguida à burguesia ascendente, em troca de favores ou de razoáveis importâncias monetárias. Desta sorte, é possível afirmar que estes Planos não incluíam estudo de manejo compatível em RUSCHMANN (1999) e nem programas de erradicação das favelas que já se afluavam por toda a Metrópole, confrontando a gestão de espaços turísticos em TYLER (2001). Mas comportavam empreendimentos imobiliários que prenunciavam o difícil controle no uso do solo, como se vê até os dias atuais. Não resta dúvida que essa falta de compromisso ideológico para com os espaços naturais, tendem a comprometer com intensidade os atrativos que motivariam uma política de gestão espacial para o turismo, contrariando as recomendações tratadas desde RUSCHMANN (1999) até TYLER (2001). Os efeitos da intervenção encontram-se nos Quadros deste estudo, apontando a respectiva validação para o turismo sustentável.

#### Da aceitação do planejamento na Brasília.

TYLER (2001) traz HALL (1994), quando este questiona o produto final do planejamento e defende a consulta local para que este processo se faça relevante, não apenas para a classe dominante, como também para os residentes. Sob este

ângulo, o presente estudo trará a importância dos programas na Brasília com os reflexos no cotidiano dos residentes – teoricamente os principais beneficiários; tenta também interpretar as evidências que apontam para um *top-down planning* na vernácula inglesa, ou planejamento de cima para baixo, como se imposto à população residente.

Considerações em WESTERN e ALENCASTRO (apud LEMOS, 2001) descem a este trabalho. Eles entendem que os conservacionistas, turistas e demais envolvidos, não devem usufruir a natureza às custas dos residentes. Devem estar associados, participando no processo de planejamento como também se reporta COOPER et al. (1993). Devem manter híbrida parceria, orientada para uma política justa e equilibrada para o interesse de todos em HALL (1994). O presente estudo apontará o reflexo da intervenção programada para o turismo na Região da Brasília, desde a criação dos planos, até a identificação dos ajustes circunstanciais. Existe validação para um planejamento do tipo *top-down planning* ou seja, decidido do topo para atingir a base piramidal da comunidade interessada na Brasília?

- Classificação dos produtos ou atrativos turísticos.

Em países que primam pela conservação dos atrativos existentes na natureza, a corrida exploratória aos sítios naturais encontra limite na legislação e no planejamento do uso da terra, conforme COOPER et al. (2001). Sejam em áreas líquidas ou não, observação no local estudado aponta que a luta é insana para a preservação, através da instituição de APA e para a conservação do patrimônio natural, com uma fiscalização eficiente; é possível afirmar que estes dois eixos vêm sendo severamente pressionados, já que a presença de numerosos banhistas enseja a busca dos demais atrativos naturais da Região da Brasília. Entra neste quadro os possíveis impactos sócio-econômico-ambientais que, no presente estudo, serão tratados à parte.

COOPER et al. (2001) referem-se a Atrações Turísticas por agrupamentos, apontando aquelas “Presentes na Natureza” e as que são “Artificiais”. As Atrações Presentes na Natureza, segundo os citados autores, englobam o clima, vegetação, florestas, paisagens, animais selvagens. As de natureza Artificial são produtos da história e cultura popular, incluindo os parques temáticos e demais centros de entretenimento construídos e oferecidos aos turistas.

COOPER et al. (2001) apontam características para os Produtos Artificiais, estabelecendo-lhes as de natureza Cultural, como a religião, cultura moderna, museus, galerias de arte, arquitetura e sítios arqueológicos; as de natureza Tradicional, como sendo o folclore e a cultura animada; e, finalmente, os Eventos, como as atividades esportivas e as culturais do calendário local. Tal observação enseja gestão de espaço, que evite a superlotação e, por conseguinte, detenha a degradação nos sítios desses atrativos. Os referidos autores registram a tentativa de estabelecer uma distinção entre “Atrativos Naturais” e “Produtos Artificiais”. Justamente aqui, os atrativos e os produtos entram em confluência, a mesma considerada no presente estudo, na busca por um inventário do patrimônio turístico que foi exposto ao processo de planejamento na Brasília.

Ao tratar sobre o *marketing* turístico, MIDDLETON (2002) afirma que o produto turístico é um composto que engloba todas as experiências que o viajante passa, desde o seu deslocamento até o momento do seu retorno. Para este autor, as unidades produtivas de bens e serviços turísticos têm uma visão restritiva sobre os produtos que oferecem ao turista, excluindo os componentes válidos que influenciam na decisão pela compra. Constata-se que, ao depreender acerca da visão em MIDDLETON (2002), os produtos ecoturísticos, por estarem presentes na natureza, terão os seus compostos associados à qualidade ambiental. Entra aqui um conceito de utilidade, pois o patrimônio natural é de fato utilizado na Brasília para o entretenimento dos visitantes.

As “atrações no destino e o meio ambiente” encabeçam na lista dos cinco principais componentes tangíveis por MIDDLETON (2002); e aqui, o mesmo inclui as “Atrações Naturais” – paisagem, mar, praias, clima, flora e fauna; “Atrações Construídas” – infra-estrutura, como a Estrada do Coco e Linha Verde que atravessa a Brasília; arquitetura histórica, como o medieval Castelo Garcia D`Ávila no vilarejo de Praia do Forte; parques e jardins existentes na metrópole Salvador; “Atrações Culturais” – a história e folclore da Brasília, inclusive a arte culinária, dança e as festas populares difundidas no calendário regional; “Atrações Sociais” – costumes, modo de vida dos residentes, a língua e o “acento” ou “sotaque” do popular.

Não há como negar que a classificação em COOPER et al. (2001), para os produtos ou atrativos turísticos, converge para a classificação em MIDDLETON (2002). Uma mera variação é predominante, apenas na forma como ambos apresentam. O segundo classifica em produtos naturais, atrações construídas,

culturais e sociais. O primeiro classifica como as atrações “Presentes na Natureza” e os “Produtos Artificiais” – desdobrando estes produtos em Culturais, Tradicionais e Eventos; esta classificação pareceu mais apropriada para o presente estudo.

- Conceitos para produto ecoturístico.

KREG & HAWKINS (1995), admitem que o ecoturismo explodiu no mundo das viagens e conservação, como se fosse um *Tsunami* (terremoto). Embora a ciência do ecoturismo remonte a chegada das massas aos Parques de *Yellowstone* e *Yosemite*, no Brasil é hoje a atividade preferida das elites consumistas que amam o meio ambiente exótico. O produto ecoturístico para KREG & HAWKINS (1995), são as de paisagens exuberantes, que motivam os visitantes a gastar bastante nos lugares por onde chegam; assim, os visitantes transformam a atratividade ecoturística em produto e logo em forte representação na economia local, como poderá ser conferido neste trabalho, no item próprio.

KREG & HAWKINS (1995), também tratam da venda do produto ecoturístico, através de uma indústria ampla e em crescimento. Para eles, uma das principais vantagens do ecoturismo é a de proporcionar um impulso que favorece tanto a expansão da conservação quanto o desenvolvimento do turismo. Sob o aspecto da conservação, acreditam que o ecoturismo é o benefício mais facilmente vendido e, assim, é com frequência incorporado nas decisões sobre o uso da terra. Enfocam o ecoturismo em padrão certificável, baseado em paradigmas absorvidos de países que se anteciparam e permitiram a construção destes referenciais, como a Inglaterra, Suíça e Costa Rica.

Conforme ANDRADE (1998), produto ecoturístico é um composto de bens e serviços diversificados, relacionados entre si, como os atrativos, equipamentos, serviços, infra-estrutura turística, unindo a expectativa de demanda, oferta, setores primários, secundário e terciário da produção econômica. Esta inter-relação é tratada por EGRI & PINFIELD (1998), que utilizam a abordagem sistêmica que para focalizar a produção ecoturística. Para estes, as atividades das organizações são dependentes dos sistemas social, econômico, cultural, político e técnico; esses sistemas fornecem conhecimento e tecnologia que serão processados, objetivando provisão de valor para a sociedade usuária dos serviços ecoturísticos. Abrem idealizadores multidisciplinares de confluência adaptável. Aqui, os estabelecimentos

implantados – núcleos residenciais, resorts, parques temáticos e outros, são organizações dependentes da formação sociocultural e econômica local. Os envolvidos usufruem destas organizações comunitárias locais, adquirindo delas os insumos e produtos, na parceria de troca e integração no lazer com o nativo, de acordo com o modo de vida deles próprios. É como nas organizações comerciais e de serviços das Zonas Turísticas, para a atividade de pesca artesanal, realização de eventos folclóricos, fornecimento de comidas típicas e outras produções domésticas.

Desde TRIGO (1996), já seria possível um agregado de valor com reflexo na atividade do ecoturismo. Sinalizava aos profissionais do setor para que multipliquem a diversificação de produtos ou atrativos ecoturísticos. Lembrava que, na falta de inovação, a clientela iria buscar novos sítios de lazer e entretenimento. Explicava a possibilidade de Cadeia Produtiva no ecoturismo moderno. Incluía a restauração de espaço degradado, reutilizado para a composição de novo atrativo ecoturístico local. Estendeu sua visão, focalizando as expansões rurais cultivadas, com participação direta dos naturalistas. Aqui os aldeões participarão embelezando as suas chácaras e sítios particulares; os produtores domésticos se preparam para oferecer a sua parcela; é complementado desta forma o cenário ecoturístico da produção local, endereçada ao consumo dos turistas e residentes. Todos passam a comprar e vender os seus produtos, integrando uma estrutura configurada no desenho ecoturístico ou *cluster*, como poderá ser comparado neste estudo. TRIGO (2001), volta a tratar dos multiplicadores da produção ecoturística subjacente; cita BILL GATES, quando este afirmou que as atividades de negócios talvez diminuam, mas as de lazer crescerão, pois as pessoas poderão tirar férias trabalhando.

Inobstante a visão conceitual apropriada até aqui, teorizando sobre produtos turísticos, optou-se em trazer COOPER et al. (2001) e MIDDLETON (2002), porquanto apontam os produtos turísticos melhor correlacionados com a realidade estrutural da Região da Brasília, conforme poderá ser conferido no estudo do gênero apresentado nesta tarefa, através do item próprio deste trabalho.

- Conceitos para impactos da intervenção.

COOPER et al. (2001), manifestam-se sobre o impacto ambiental do turismo. Para eles, qualquer forma de empreendimento industrial, como o turismo, está associada a impactos. Também MENEZES (1979:11), subsidiou conceito sobre

impacto econômico positivo, pela adição de renda aos residentes, decorrente das compras efetuadas por turista. COOPER et al. (2001), referindo-se a impacto econômico negativo do turismo, cita, por exemplo, a migração de mão-de-obra das áreas geográficas rurais para as urbanas, com todas as implicações econômicas contra ambas as áreas, como poderá ser conferido neste trabalho. A primeira área perde uma unidade de trabalho produtiva enquanto a outra demandará de infraestrutura adicional, como saúde, educação e outros.

Para GOELDNER et al. (2002), os visitantes são geradores de impacto econômico positivo para um local, pois criam competitividade, emprego, divisas, renda e receita decorrente de impostos. Portanto, à luz destas teorias, serão levantados os impactos positivos e negativos ocorridos a partir da intervenção planejada na Região da Brasília.

ALCOBAS (apud BISOLLI, 1998), apóia novas estruturas organizacionais, com processos de compartilhamento de informação avançado, como se pretende efetuar neste estudo ao tratar os produtos ou atrativos (eco) turísticos predominantes na Brasília. Refere-se ao *marketing* institucional, baseado em imagens de produtos ou de atrativos ecoturísticos, como as que poderão ser conferidas nesta tarefa, para fins de consistência material. São os folderes, DVD, fotoimagem e outros recursos visuais explorados, que registram informações não apenas para o mercado, como também para estudo como poderá ser efetuado aqui. Segundo ele, a exposição de panoramas degradados afasta os turistas; portanto não poderiam ser qualificados para a venda ou para reconhecimento de valor em estudo como este.

Referindo-se ao turismo sustentável na Vila de Praia do Forte, situada na Brasília, SILVA (2002:25) afirma o caráter holístico e globalizado, com a utilização racional dos recursos naturais em suas limitações, na relação eqüitativa do aspecto socioeconômico. Este caráter holístico requer uma metodologia que direcione um trabalho consistente, assegurando a interpretação dos fatos relacionados ao enfoque proposto. As evidências apontam que o equilíbrio poderia ser encontrado entre a geração de renda em MENEZES (1979), a conservação em RUSCHMANN (1997) e o bem estar de todos em LEMOS (2000), mantida a preservação.

A questão referente aos impactos do turismo leva em consideração abordagens intrínsecas relacionadas ao próprio funcionamento do turismo. Estas abordagens são direcionadas pelas características das destinações. COOPER et al. (2001) oferecem características que poderão ser levadas em consideração para o

estudo destes impactos. Ao referir ao fato de que estas destinações são amálgamas, eles afirmam que o agente receptor ou anfitrião reúne as atrações, as hospedagens, o comércio de alimentos, serviços e de entretenimento; para o acesso a estas destinações, o turista terá infra-estrutura como estrada, transporte e terminais; outros serviços auxiliares vêm em apoio ao turismo, como os oferecidos por organizações locais relacionadas à agências de viagens, operadoras de turismo e serviços especiais contratados, como interpretes, guias locais e encomendas de *souvenirs*; desta sorte, os primeiros estudos indicam na Brasília a preferência dos ecoturistas pelo exótico e natural, com mar aberto, calor e bastante banho.

Os referidos autores tratam das experiências culturais que o visitante encontrará nestas destinações; referem-se às disposições esboçadas pelos turistas britânicos na Era Vitoriana, em preferir visitar os abatedouros ingleses e os esgotos parisienses; na Brasília os primeiros estudos indicam a preferência dos visitantes pelos terreiros de macumbaria, iguaria baiana e casarios históricos. Os autores tratam também da inseparabilidade do turismo, que é um produto consumido ali mesmo onde se encontra; por isso mesmo o produto turístico, como o ecoturístico, é perecível em função da pressão de carga que recebe, requerendo uma sazonalidade que ampare os atrativos contra a destruição ou descaracterização do seu lúdico.

Por fim, COOPER et al. (2001) referem-se à utilização múltipla, quando o que atrai o visitante também serve ao residente e aos demais interessados; desta forma, o que um ecoturista deseja ver é o mesmo objeto que um trabalhador residente pretende mostrar a ele para assim obter o seu sustento; supõe-se a predominância de um pacto das partes. Além do mais, o ecoturista tende a ser os usuários mais recentes do que é oferecido pelas destinações, mas também o menos respeitado, considerando que no local os espaços são compartilhados com atividades como a pesca, a geração de recursos energéticos e outras atividades que resultam em interesses em comum dos envolvidos. No caso da Brasília, os primeiros estudos indicam que os visitantes em sítios como Porto Sauípe, se envolverão com as marisqueiras e as artesãs residentes, sempre que se deslocarem do Complexo Hoteleiro para utilizar os balneários onde os residentes têm o seu lazer e a oportunidade de comércio ambulante.

Como se depreende das características referidas em COOPER et al. (2001), para o julgamento das possíveis impactações sobre o turismo em geral e, em

particular, sobre o ecoturismo em estudo, pareceu oportuno apontar os impactos positivos ou negativos nas relações turísticas. No caso específico da Brasília, ocorreu uma intervenção objetivando o turismo ecológico ou a exploração dos produtos ou atrativos existentes na Região. É possível identificar como a intervenção refletiu positiva ou negativamente para prevalecer o objetivo proposto e, para tanto, considera-se reflexos, sociais, econômicos e ambientais. Nesta conduta de raciocínio, um estudo poderá conhecer se os residentes reúnem atributos que satisfaçam aos conceitos que encantam ao visitante. Será possível também identificar os reflexos que a intervenção exerce sobre estas populações residentes.

COOPER et al. (2001:201) afirmam que na literatura sobre o impacto social do turismo, o tema é tratado de forma parcial, concentrando maior atenção aos impactos negativos. Porém pareceu oportuno nesta tarefa apontar os pontos positivos e os negativos, adotando os métodos de bases sociológicas sugeridas pelos referidos autores. Poderá ser verificada se os residentes estão preparados para a atividade, conhecendo quanto a educação, saúde, segurança, empregabilidade e da sua organização como residente. Para tanto será efetuado um estudo dos impactos seguindo esta ordem.

COOPER et al. (2001:201) critica o método de aferição dos impactos econômicos do turismo em geral. Enquanto afirmam o exagero no estudo dos impactos negativos, os estudiosos geralmente tendem a supervalorizar os impactos positivos. Se, por um lado, a expectativa de ganho é caracterizada, por outro lado estão as vantagens para as partes envolvidas, em justaposição equilibrada.

Portanto, seguindo uma orientação em COOPER et al. (2001), o tratamento seguirá pelo comprometimento do uso das disponibilidades, excluindo modelos matemáticos de análise e interpretação. A ênfase no tratamento *ad hoc* pareceu satisfazer aos propósitos desta tarefa. É possível interpretar o conceito econômico como é formulado pelos envolvidos, conhecendo o receptivo, o fluxo das riquezas após a intervenção planejada, a geração da receita para os municípios envolvidos no processo de intervenção, a representação das obras civis ocorridas para o turismo, as características quanto a um plano alternativo em face a possíveis adversidades, como responde quanto ao surgimentos de empresas após a intervenção e a característica da mão-de-obra para um ecoturismo de qualidade.

O desempenho da atividade social e econômica em determinado sítio turístico resultará em impactação sobre o meio ambiente, como se conclui do estudo

em COOPER et al. (2001:183), que inclusive aborda sobre o turismo sustentável como o ecoturismo ora tratado. Focalizam os impactos previstos pela OECD (*Organization for Economic Co-operation and Development*), como grandes construções de *resorts*, por exemplo, os resíduos gerados por estes empreendimentos e destruição da atratividade ambiental, dentre outros fatores. Indicam impactos positivos e os negativos também, sugerindo a Metodologia AIA (Avaliação de Impacto Ambiental), baseada na previsão de conseqüências dos empreendimentos turísticos a serem implantados, como os estudos oferecidos pelo PRODESU. A Metodologia AIA se baseia nos itens de *Green* sobre os impactos turísticos. COOPER et al. (2001:189), traz a lista de itens de *Green* reimpressos pelos *Annals of Tourism Research*, volume 17, Green et al. *Applications of the Delphi technique in tourism*, página 270-9, com permissão de Elsevier Science. São os itens referentes ao ambiente natural e ao ambiente construído.

Os itens do ambiente natural inclui três que serão considerados: Mudança de composição da fauna e flora (migração de animais e a mudança de extensão para instalação de complexos turísticos ou residenciais); erosão (danos à margem de rios, no caso em estudo, os espelhos d' água existentes na Região) e impacto visual (decorrente do lixo e detrito).

Com relação aos itens do ambiente construído, quatro serão considerados neste estudo: impacto visual (crescimento de áreas construídas), infra-estrutura (fornecimento de nova infra-estrutura); forma urbana (mudança nos usos residenciais por substituição de casas para hotéis e etc.); restauração (restauração e preservação de prédios históricos).

Caberá conhecer quanto às respostas positivas ou negativas. Para tanto, focalizando a metodologia AIA, optou-se por tomar estudo quanto à preservação da natureza explorada, a consciência ecológica das autoridades que implementam liderança sobre a população interessada, identificação da forma do tratamento de lixo, detritos e do saneamento na região estudada e quanto ao rearranjo populacional na metrópole. Diversos outros elementos poderiam entrar neste estudo para aprofundamento na análise. Entretanto o presente estudo se limita a estes apontamentos, uma vez que pareceram suficientes para satisfazer aos objetivos propostos nesta tarefa.

## CAPÍTULO III

### METODOLOGIA

Este Capítulo trata dos meios a serem utilizados para a cognição durante o processo deste trabalho, de modo a validar os procedimentos de pesquisa, através do confronto entre os fatos coletados, a teoria apontada e o seu caráter holístico. DEMO (1995: 67), refere-se a antimetodologia, que cumpre papel insubstituível “na luta indócil contra a petrificação do método”, tentando acompanhar no tempo a “realidade também indócil”, alegando que “a atividade científica envelhece e torna-se árida”; e ainda cita FEYERABEND, quando este diz que “as violações são necessárias para o progresso”.

O presente estudo impôs uma metodologia que fizesse fluir o saber na construção do conhecimento, como as demais propostas desta natureza. Este fato sinalizou o autor deste trabalho para escolher entre dois métodos: o Método da Pesquisa-Ação em THIOLENT (1998), já testado anteriormente, ou o Método do Estudo de Caso em BRESSAN (2000), ambos recomendáveis nas Ciências Sociais Aplicadas.

THIOLENT (1998), entende que a metodologia é a disciplina relacionada à epistemologia ou à filosofia da ciência; segundo ele, o seu objetivo consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Nas vias que propõe o mesmo, foi possível aqui um experimento inicial utilizando o método da pesquisa-ação, considerando a sua “natureza argumentativa ou deliberativa de procedimentos explicitamente reconhecida”, ao contrário da concepção da pesquisa tradicional, na qual são valorizados critérios lógico-formais e estatísticos.

A pesquisa-ação em THIOLENT (1998), é um tipo de pesquisa social de base empírica. É concebida e realizada em estreita associação a uma ação ou resolução de problema coletivo. Ali, os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Inobstante, esta via pareceu incompatível com a corrente doutrinária orientada nas

investigações em Administração aplicada ao Turismo, de caráter etnográfico, como no contexto ora esculpido. A própria complexidade do processo investigativo impôs a reestruturação do método nesta tarefa, de maneira a contemplar exigibilidades da linha de pesquisa na Engenharia de Produção. Foi uma estratégia para alcançar padrões metodológicos geralmente aceitos e critérios científicos que atendessem à abordagem proposta. Sejam consideradas algumas argumentações sobre o Método do Estudo de Caso, posto que pareceu o mais recomendável para esta tarefa.

Para LEENDERS & ERSKINE (1973), um caso é a descrição de uma situação administrativa, envolvendo geralmente problema ou decisão. É trabalhado sob o ponto de vista do envolvido com o problema ou decisão, permitindo acompanhar passos e analisar processo. Neste estudo, a situação administrativa é a intervenção na Brasília, enfocando os envolvidos com o processo de planejamento para usufruir o produto ecoturístico, identificando alguns impactos. Apóia-se em situações reais ou fatos, opiniões e preconceitos. É um elo de conexão entre a experiência vivenciada, o esforço do pesquisador em compreender o processo e o resultando a ser apresentado. Baseando-se em BRESSAN (2000), da FEA/USP, o método do Estudo de Caso em pesquisa social é o mais apropriado para algumas situações em Administração. Embora exponha o investigador a críticas comuns ao método, oferece significativa oportunidade à Ciência da Administração, pois possibilita estudo de difícil abordagem por outro método qualitativo. É fundamental quando o fenômeno de estudo é complexo ou amplo e não pode ser tratado fora do seu contexto natural, como é o estudo do ecoturismo na Brasília. Portanto, o Método do Estudo de Caso se consagra mais compatível para a investigação do Ecoturismo da Bahia, a partir das intervenções planejadas, no cenário da Região da Brasília, como proposto no presente trabalho.

### 3.1 NATUREZA DESTA PESQUISA.

Segundo SILVA (2001), a Engenharia de Produção está caracterizada como a engenharia de métodos e procedimentos. Ao buscar um método que trate cientificamente sobre o processo de intervenção para o turismo sustentado, a natureza deste trabalho estará enquadrada nas características do Centro de

Pesquisa; ao encontrar um procedimento para o tratamento do objeto investigado, se reforçam as bases para a seriedade do estudo, integrando pessoas e recursos para a produtividade dos resultados consignados aqui.

Através de uma abordagem interdisciplinar, a natureza deste trabalho é centrada nas Ciências Sociais Aplicadas em geral, e em particular nas Ciências Humanas, como as ciências da organização, ligando a Administração do Turismo a aspectos sociológicos, econômicos e ambientais. Trazem destas áreas do conhecimento as informações oriundas da revisão da literatura. Portanto, tendo em vista as recomendações do Centro de Pesquisa, utilizou-se de técnicas e procedimentos de natureza qualitativa, na linha exploratório-descritiva, seguindo orientação procedimental da Engenharia de Produção em SILVA (2001), para o preparo deste trabalho.

### 3.2 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.

A revisão bibliográfica permitiu o delineamento de um plano de utilização sustentável dos atributos que informa neste trabalho. Alguns pressupostos foram ora considerados, e serão expostos neste tópico, antes da entrada no cerne da questão científica.

- ✓ Pressuposto 1: conforme preceitos teóricos, o planejamento ecoturístico não pode e não deve ser elaborado à revelia dos envolvidos naturais do processo. Teoricamente, o poder público não deve assumir a orientação de diretrizes, excluindo os residentes, e muito menos decidir sobre o plano de vida que as populações residentes deverão seguir. É possível que a quebra de paradigmas da sustentabilidade reverta-se em perda dos investimentos, insatisfação do residente e visitante, inversão de valores éticos e outros. Nesta circularidade, a insatisfação é denunciada reiteradamente, tendo o “Jornal A Tarde”, de 16/11/2003, publicado que a Construtora Odebrecht desvinculou-se recentemente do Complexo de Sauipe, o mais arrojado empreendimento turístico sul-americano, situado na Brasília; ao vender 91,2% de sua participação à PREVI - Previdência Privada dos Funcionários do Banco do Brasil, lhe restou um

prejuízo superior a 8,8% neste negócio, conforme noticiado e registrado para este estudo.

- ✓ Pressuposto 2: Possibilidade de integração dos envolvidos para estruturar o ecodesenvolvimento. O ecoturismo gera receita para os municípios e fixa o indivíduo na terra, impedindo o êxodo para a metrópole. Conhecidos os pontos positivos e negativos da intervenção para o ecodesenvolvimento, é possível conhecer as vantagens e desvantagens resultantes deste tipo de atividade, conforme evidências inicialmente constatadas e consideradas para este trabalho.
  
- ✓ Pressuposto 3: O produto ecoturístico ou atratividade existente permite a sua industrialização dentro de critérios. O residente se soma aos visitantes na busca de lazer e entretenimento sobre a natureza pura, com apoio dos demais interessados no resultado de uma parceria equilibrada, dentro do pacto conservantista e de preservação, conforme conceitos preliminares levantados aqui.

### 3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.

No ponto de vista procedimental esta pesquisa está centrada no estudo de caso do ecoturismo na Brasília, focalizando o planejamento da intervenção, os produtos ou atrativos ecoturísticos levantados e o impacto da utilização deste, sob a ótica das apropriações levantadas neste trabalho.

### 3.4 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.

Este estudo é apoiado em uma tipologia de coleta de dados baseada em SILVA (2001). Efetuou-se conferência de documentos arquivados em vários organismos, busca de recortes e publicações divulgadas em jornais e revistas especializadas, levantamento em relatórios que contivessem elementos sobre o assunto pesquisado, bem como a busca de imagens que comprovasse a atratividade ecoturística.

O trabalho de pesquisa exigiu também preparo anterior. Assim, foram ouvidas pessoas, para o estudo exploratório, efetuou-se entrevistas com os dirigentes de organizações, aplicou-se questionários com perguntas abertas. Estes materiais passaram por análise. Algumas abordagens prescreveram discussão com profissionais das áreas do turismo e de meio ambiente. Este trabalho inclui ainda as seguintes providências:

- ✓ Pesquisa Bibliográfica – Seguindo orientação procedimental em SILVA (2001), o autor apropriou conceitos, doutrinas, referências e citações capazes de fortalecer as suas afirmações e registros nesta tarefa, através de leitura e pesquisas bibliográficas. A utilização do *Computer & Control Abstract* em SILVA (2001), através da Biblioteca Universitária da UFSC, foi de significativa importância nesta tarefa. Foi ainda importante o Banco de Dissertações e Teses da Biblioteca da UFSC, que ofereceu exemplares de trabalhos produzidos nesta Instituição, trazidos como referência para o presente estudo. Foi significativo o apoio recebido de outros Centros Universitários, como a Biblioteca da Faculdade Integrada da Bahia - FIB, com acervo atualizado, inclusive Revistas Técnicas diversas. Este trabalho recebeu ainda as contribuições das Bibliotecas da UNIFACS, UCSAL/Pós Graduação, FACTUR e do Instituto de Geociências da UFBA, quatro instituições que lecionam turismo e meio ambiente, no nível de graduação e pós-graduação; foi possível conhecer diversas outras dissertações e teses em áreas afins.
  
- ✓ Aplicação de entrevista orientada por questionário. Não foi possível a montagem de uma equipe para a coleta de informações sobre o objeto pesquisado; as informações de natureza descritiva foram obtidas através da aplicação de questionários nos grupos de foco. Grupos de foco, para efeito deste trabalho, são aqueles situados entre os envolvidos no processo de intervenção na Brasília. Para a aplicação destes questionários levou-se em consideração os fatores críticos de clareza, abrangência e aceitabilidade recomendados em REA (2000). Para atender ao fator de clareza, buscou-se evitar ambigüidades e a quesitação foi formulada com suficiência. Deste modo, se fez possível a extração de

informações claras. O fator de abrangência foi atendido com a restrição da quesitação sobre o objeto pesquisado no eixo da relação indivíduo x meio ambiente e sustentabilidade, respeitando-se a capacidade intelectual dos entrevistados. Desta maneira, um entrevistado dirigente de organismo do poder público não recebeu o mesmo nível de quesitação de um residente que tem a profissão de pescador. A aplicação direta do questionário requereu também a prévia apresentação do trabalho a ser realizado após os registros conseguidos através das quesitações. Esta providência buscou a credibilidade exigida para um trabalho da natureza proposta. Foi mencionados o PPGE/UFSC e o curso *strictu sensu* em desenvolvimento. Outra providência significativa foi a seleção da base para a amostra; selecionou-se representantes comprometidos com a relação do ecoturismo, meio ambiente e qualidade de vida. Foram trazidos a presidente da associação dos moradores da Vila Porto Sauípe, o diretor social da federação de associação de moradores de bairros de Salvador, o representante do SUDETUR, o diretor executivo da BAHIATURSA, a Diretoria do *Ecoresort* Praia do Forte, atores turistas na capital e ecoturistas em trânsito em diversos vilarejos, como Vila de Mangue Seco, Vila de Sauípe, Morro de São Paulo e Itaparica. Estes entrevistados fortaleceram conceituação para a compreensão relativa ao processo decisório da intervenção, além de afirmar vertentes sobre o planejamento e os efeitos, bem como em referência ao uso do produto ou atrativo ecoturístico e sobre o impacto do ecoturismo. O tempo de aplicação das quesitações demandou entre os meses de Fevereiro e Outubro de 2002. Houve colaboração dos envolvidos em atender às quesitações orientadas nos questionários, registrando entretanto uma significativa tendência pelo *marketing* sempre que era entrevistado um dirigente vinculado aos organismos de turismo.

- ✓ Observação Direta - O autor visitou diversos espaços ecoturísticos (naturais e artificiais), para constatação de fatos relacionados direta e indiretamente com o objeto desta pesquisa, como os usos e costumes locais, a cultura predominante, a obra artesanal e o método da organização do trabalho de apoio ao ecoturismo.

- ✓ Visitas Técnicas – O autor efetuou inspeção e coleta de informações sobre o Ser Ambiental, os indivíduos e sua cultura, modo de vida e confluência diretamente relacionada com o objeto pesquisado. Através de visitas técnicas, tornou-se possível completar uma linha de raciocínio sobre a realidade de cada situação focalizada. Trabalhou com este procedimento no Eco-Resort Praia do Forte, Complexo Turístico de Sauípe, Ilha de Tinharé (Morro de São Paulo), Costa do Descobrimento (Porto Seguro, Arraial da Ajuda e Trancoso), Pólo Petroquímico de Camaçari (verificação do processo de integração planejada).
  
- ✓ Observação *in loco* – O autor efetuou viagens de reconhecimento e realizou vários deslocamentos, quando pode apreciar cenário correlacionado com o objeto deste trabalho. Foi possível conhecer diversos vilarejos e povoados situados ao longo do contexto geográfico definido da pesquisa. Relaciona a metrópole Salvador e seus distritos situados nas ilhas da BTS (Ilha de Itaparica e outras), Morro de São Paulo (Ilha de Tinharé), Costa dos Coqueiros (Praia do Forte, Vila Porto Sauípe, Vila do Sauípe, Subaúma, Tonso, Baixio, Jangada, Palame, Mangue Seco).
  
- ✓ Catalogação de registros – O autor efetuou anotações catalogadas, por origem, apropriando junto à banco de dados e fontes de informações, sediadas em organismos públicos e privados diversos, como IBGE, SEI, Banco do Nordeste (referente a investimentos), Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (sobre o PRODETUR), BAHIAATURSA (sobre PNMT e turismo em geral), Jornal A Tarde (sobre registros relativos ao ecoturismo e impacto na Brasiléia). Os registros de dados oriundos do IBGE, SEI, foram selecionados de acordo com os exercícios relativos à intervenção do PRODETUR; não foram encontrados dados estatísticos estruturados nos organismos do *trade* e por isso o levantamento nos citados órgãos foi de significativa importância. Vale ressaltar a divergência de números nos dois organismos. Por exemplo, dados relativos a educação divulgados pelo Jornal a Tarde veio a confirmar os números da SEI pois o IBGE não relacionou os números relativos a Vila Porto Sauípe, localidade tomada por referência.

- ✓ Levantamentos através da Internet. Como recomenda GOELDNER (2002), foram levantadas informações e colhidos dados eletrônicos, tendo o cuidado de conferir e catalogar devidamente a fonte. Seguindo orientação procedimental de SILVA (2001), foram providenciadas diversas informações através da Internet com Acesso Público, utilizando-se o *www* – *Word Wide Web* (rede de alcance mundial) para envio e recebimento de mensagens, principalmente entre o pesquisador e o Centro de Pesquisa. O *E-mail (eletronic mail)* foi de significativa utilidade neste trabalho, com ênfase no período seguinte ao cumprimento dos créditos regulares e início da investigação para este resultado.
  
- ✓ Análise dos Dados - Como procedimento para a análise dos dados, o autor adotou duas fases. Na primeira fase, constituiu conceitos oriundos das fontes originárias; efetuou a apropriação para o trabalho, buscando exemplificação que interpretasse o estudo do gênero; analisa o funcionamento da rede administrativa do turismo sustentado, busca caracterizar informações sobre o processo de planejamento para a intervenção na Brasília, com ênfase no PRODETUR; apura as questões relacionadas aos envolvidos neste processo, identifica os produtos ou atrativos ecoturísticos e os impactos positivos e negativos resultantes das ações planejadas. Na fase seguinte os dados são considerados para alimentar a pesquisa e a dissertação passa a ser escrita.

### 3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.

Dentre as limitações, merece registro o excesso de informações desestruturadas que o autor enfrentou ao longo deste trabalho. Considerável ainda a tendência pelo *marketing* institucional, lançada pelos entrevistados governamentais, quando a pesquisa precisava de qualificação lógica para tratamento científico. Outra limitação, a referente ao equilíbrio entre a realidade conjuntural e o desejo de trazer o belo para um cenário racional a ser trabalhado. O autor preferiu seguir pela interconexão de fatos e atributos de significado para a pesquisa proposta.

### 3.6 SEMINÁRIOS E EVENTOS.

Foram registrados a participação do autor em diversos seminários e eventos relacionados direta e indiretamente com o ecoturismo, promovidos por diversos organismos do *trade* na Bahia. Serviram para a cognição sobre o universo do estudo, tendo o autor documentado os seguintes:

- ✓ Seminário sobre Mineração e Meio Ambiente. Promovido no Salão de Convenções do Sol Bahia Atlântico de Salvador, pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, oportunidade em que foi possível conhecer a complexidade, envolvendo exploração mineral, enquanto era exposta a tímida abordagem ambiental. Na ocasião os participantes foram convidados a participar de uma visita técnica às reservas de material cerâmico no Município de Dias D'Ávila; esta visita técnica permitiu, dentre outros: avaliação para a integração da produção cerâmica, modelação artesanal e a indústria de médio porte para atender empreendimentos ecoturísticos; constatação da demanda reprimida deste tipo de produção; defasagem de mercado; forma de utilização da cerâmica na construção de resorts e hotéis do *cluster*.
- ✓ Encontro de Cultura e Turismo. Promovido no Centro de Convenções da Bahia, pela Secretaria de Cultura e Turismo, oportunidade em que foi possível conhecer os atores para o *cluster* de entretenimento. Desenhou as ações para a companhia das artes prevista no modelo a ser sugerido neste trabalho. Identificou-se a dança e a arte popular, em todas as suas variedades; identificou-se a forma e os meios de aplicar a cultura popular como fonte de emprego e renda.
- ✓ 11º Encontro Regional Brazoa Nordeste. Promovido no Centro de Convenções da Bahia, pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, ocasião em que foi efetuada uma visão crítica de conceitos sobre o uso dos espaços naturais para a edificação de pontos de lazer e entretenimento, atrelados ao ecoturismo nas suas diversas formas e modalidades, como o ecoturismo náutico, parques temáticos, esportes aquáticos e outros tipos de negócio.

- ✓ I Seminário Sobre o Chile. Promovido no Salão de Convenções do Tropical Hotel da Bahia, pela Fênix Operadora Turística, em associação com importantes organismos do trade internacional, como *First Premium Travel*, *Hyatt Regency Santiago*, *Sky Portillo Chile*, *Majestic Hotel*, *Cruce de Lagos*, *Fenix & Valle Nevado*, *Hotel del Lago Resort & Casino* e *Fundador Hotel*. Foram projetados filmes atualizados sobre a indústria ecoturística do Chile, permitindo ao autor efetuar avaliação do modelo comparado.
  
- ✓ Seminário sobre o papel do Turismo na Viabilização dos Corredores Ecológicos. Empreendido em Salvador, pelo Instituto de Educação Superior/Núcleo de Desenvolvimento Sustentado, em parceria com o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia e UNESCO/Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Foram levantadas questões ambientais sustentadas, como a que identificou a falta de conexão entre o programa de corredores ecológicos desenvolvido pelo governo federal, com a programática ecoturística implementada no Estado da Bahia. As abordagens do encontro foram “O corredor Central da Mata Atlântica: conjuntura atual da implementação do Projeto e compatibilização com as Políticas Públicas”; “A política de Turismo do Estado da Bahia para o desenvolvimento sustentável: O PRODETUR como vetor”; “Desenvolvimento da territorialidade local: aspectos sócio-culturais do turismo no Estado da Bahia”; “Experiência vivenciada do atual modelo de Turismo do Estado da Bahia: o caso da Costa do Descobrimento”. O evento permitiu a construção de idealizadores sobre os danos que o avanço imobiliário traz para a área preservada.
  
- ✓ VII MERCOVALE – Encontro de Negócios nos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Este evento foi empreendido pela Vale Parcerias, com a promoção do Governo da Bahia, Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, Ministério da Integração Regional e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. No encontro foram abordados diversos temas diretamente relacionados ao interesse da pesquisa implementada. Mereceu destaque o Ecoturismo e Esportes de Aventura como Oportunidade de Negócio, bem como a Mesa de Negócio, quando o autor pode contribuir junto às diversas Cooperativas e Prefeituras que foram buscar

consultoria em ecoturismo sustentável. Foram relevantes as palestras proferidas pelo empresário Arnaldo Leite, Gestor do SEBRAE e Henrique Ruas Pereira Coelho, Secretário do Turismo, ambos no Município de Bonito; trataram de um case de sucesso. Como resultado destas palestras, o autor trouxe de referência a intervenção no Município de Bonito, onde o equilíbrio na atividade ecoturística constitui a principal fonte de renda, e pode ser classificado como referencial para o estudo ora implementado. Merecido registro para as observações referentes à falta de orientação pela qual vêm padecendo os cooperativados dos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba; a maioria deles se dedica à produção de hortifruticultura e agroindústria; também se dão à atividade pesqueira organizada, com criatório estruturado de tilápias com qualidade, que vendem aos diversos interessados, porém sem uma tecnologia de exportação. As primeiras observações apontaram que a falta de técnica de comércio facilita a entrada no cenário de diversos “atravessadores” inescrupulosos; estes se apropriam da produção alheia, por preço irrisório, auferindo para si grandes percentagem de lucro com a revenda irregular dos produtos, conseguidos das cooperativas que eles submetem aos seus interesses; eles aplicam a coação, ameaça ou tráfico de influência política, para obstruir obtenção de créditos ou escoamento de safra. Tais obstrutores se anunciam como a solução do problema comercial entre as cooperativas e o mercado consumidor; entretanto no entendimento do autor eles são causadores do atraso econômico da região, razão porque a real situação merece estudo sociológico à parte, para a geração de novas perspectivas direcionadas aos produtores regionais; esta intercorrência parece não diferir do que vem ocorrendo com o ecoturismo na Brasília, merecendo conferir as peculiaridades.

- ✓ Oficina de Planejamento em Educação Ambiental – 2004, oferecida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Foi possível, através desta oficina, a apropriação de elementos importantes para a elaboração de propostas de intervenção no ecoturismo; dando ênfase à educação ambiental de residentes e visitantes, estes idealizadores abrem perspectivas na construção de ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida, estética ambiental para cidades e outras formas de atitudes conservacionistas e preservacionistas.

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DO ECOTURISMO NA BRASILÉIA.

Neste capítulo serão tratados o planejamento do ecoturismo na Brasiléia, os principais envolvidos neste processo, com um histórico e análise do processo de planejamento. Primeiramente se questiona o que é planejamento e abre entendimento sobre o perfil dos envolvidos, identificando-os. Em seguida, apresenta os principais produtos ou atrativos ecoturísticos, objeto das ações para o turismo sustentado e da motivação dos interessados por esta modalidade de turismo. É possível que a inadequação de um planejamento estratégico favoreça formas de impacto, o que será objeto de estudo no encerramento deste trabalho.

#### 4.1 - O PLANEJAMENTO DO ECOTURISMO NA BRASILÉIA.

No âmbito desta pesquisa, o planejamento é o primeiro processo para a ação do negócio ecoturístico. Provoca nos envolvidos um comportamento proativo que melhora o desempenho institucional. Para VEAL (apud TYLER et al., 2001: 24), o planejamento pode ser visto como um processo decisório; então, será tratado neste tópico o processo decisório aplicado ao planejamento de ações voltadas para o turismo sustentado.

CHIAVENATO (1999: 259) também ofereceu subsídios para o tratamento do planejamento, e que foram considerados para propor reflexão na presente tarefa. Dentre as considerações levantadas está o detalhamento de objetivos, que será levado em consideração para as apropriações a serem trazidas a contexto.

##### 4.1.1 - Os Envolvidos no Planejamento Ecoturístico na Brasiléia.

Neste tópico serão tratados os envolvidos no planejamento do ecoturismo na Brasiléia, ou sejam, os sujeitos ativos e passivos que interagem sobre o objeto (turismo sustentável), resultando nas práticas de lazer, cultura e entretenimento na natureza (ecoturismo). Neste cenário serão identificados e estudados os seguintes

envolvidos: o Ser Ambiental, a População Residente, o Poder Público, o Empresariado e os Visitantes.

- O Ser Ambiental.

Para efeito deste estudo o Ser Ambiental é um sujeito passivo e primeiro envolvido no planejamento do ecoturismo na Brasília. É o meio ambiente ou espaço físico integral, que compreende a fauna, a flora e os demais componentes que caracterizam o ecossistema na sua grandeza. O Ser Ambiental na Brasília encontra-se no espaço geográfico mais líquido do nordeste brasileiro, com um total 9.751,8 Km<sup>2</sup> de extensão, aproximadamente, sob uma temperatura tropical média anual de 26° C, o que enfatiza o turismo em geral e em particular o ecoturismo (BAHIATURSA, 2000).

Após levantamento de informações pela Internet, através de domínio público, como recomendado em SILVA (2001), se fez possível indicar aqueles componentes do Ser ambiental; foi ainda possível compreender o grau de importância destes componentes no plano turístico participativo para o desenvolvimento sustentável na Brasília. Os fundamentos ora tratados, relativos ao Ser Ambiental, reforçam os alicerces que dão suporte ao planejamento integrado das ações para o ecoturismo na Região ora estudada, onde estão situados:

a) Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos – BTS. Esta APA foi criada através do [Decreto Estadual nº 7.595](#), de 05/06/1999. A Baía de Todos os Santos é um mar de 972 km<sup>2</sup> situado entre o Oceano Atlântico e o Continente. Sua grandeza deu nome ao Estado da Bahia, cuja história começa com a própria civilização brasileira. De acordo com o que consta em BAHIA (2000), foram as águas da BTS que permitiram que se chegasse do interior, através de inúmeras rotas nessa imensa hidrovia, o fundamental para a circulação de riquezas; em especial, a cana-de-açúcar e os gêneros alimentícios para o abastecimento da Capital. Inspirado nas embarcações portuguesas para pesca de sardinha, surge o saveiro e toda uma indústria náutica, para atender às necessidades de transporte, aquecendo o fluxo de indivíduos. Há alguns anos a Baía de Todos os Santos começou a sofrer violentos

impactos, que abalam seu equilíbrio e alteram profundamente o ecossistema útil para o ecoturismo, conforme estudo em PRODESU (2001).

b) Área de Proteção Ambiental Lago de Pedra do Cavalo, espelho d'água de importância turística no Recôncavo da Brasiléia. Esta APA foi criada através do Decreto Estadual nº 6.548, de 18/07/1997, pois a qualidade da água deste lago artificial depende, diretamente, do controle sobre o uso e ocupação do solo do seu entorno; principalmente na faixa de preservação permanente demarcada, pois evita a poluição e o assoreamento. Esta APA protege o sistema de abastecimento de água da RMS e de outras cidades do Recôncavo Baiano; controla, inclusive, o nível de água do Rio Paraguaçu, contendo as inundações dos municípios ribeirinhos, além de proporcionar embelezamento e lazer para a sociedade. Esta APA engloba os sítios turísticos de Cachoeira (Cidade Heróica) e São Félix, tratados neste trabalho; e ainda os municípios de Cruz das Almas (famoso pelas Festividades Juninas), Feira de Santana (Princesa do Sertão), Castro Alves, Muritiba, Cabeceiras do Paraguaçu (berço do poeta Castro Alves), todos estes de valor ecoturísticos, situados no entorno da Brasiléia; e os municípios de Conceição da Feira, Antônio Cardoso, Santo Estevão, Governador Mangabeira e São Gonçalo dos Campos. Esta APA possui uma extensão de 30.156 hectares, formada pela grande barragem, formação florestal, caatinga, matas estacionais e formações ciliares que virão a constituir roteiros de valor ecoturístico, como se depreende dos estudos em BAHIA (2000).

c) Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté. Esta APA localiza-se em Salvador, no bairro de Itapuã, na extremidade norte da cidade. Marcante pelas lagoas de águas escuras, intercaladas por dunas de areias brancas que compõem um cenário de rara beleza, muito procurado pelos visitantes turistas ou não. Esta APA foi criada pelo Decreto nº 351, de 22/09/1987, possui 1.800 hectares de extensão, onde abriga diversos animais e aves migratórias, que encontram no brejo da área a sua fonte alimentar e de abrigo, conforme os estudos em BAHIA (2000), Ali as dunas são móveis, semimóveis ou fixas, dependendo assim do tipo de vegetação presente, como restinga arbustiva ou herbácea; neste ecossistema são encontradas orquídeas, bromélias e diversas plantas endêmicas.

d) Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte. A Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte foi criada pelo [Decreto Estadual n.º. 1.046, de 17/03/1992](#), numa faixa litorânea de 10 quilômetros de largura, entre a praia e a Linha Verde, com 142 quilômetros de extensão, totalizando 142.000 hectares. De acordo ainda com estudos em BAHIA (2000), esta APA corta os municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios e Mata de São João, todos tratados neste trabalho, no tópico referente aos produtos ou atrativos turísticos; possui cenários de beleza exuberante, atualmente utilizada nas atividades ecoturísticas e de lazer, conforme apanhado para estudo do gênero.

e) Área de Proteção Ambiental Lagoas de Guarajuba. Esta APA foi concebida pela [Resolução CEPRAM n.º 387, de 27/02/1991](#) e foi criada pelo Decreto Estadual nº 387, de 27/02/1991, para a biodiversidade na região no município de Camaçari e na RMS; conforme estudo em BAHIA (2000), constitui-se de um sistema lagunar, onde se destaca a Lagoa de Guarajuba-Velado; apresenta várias formações vegetais associadas aos coqueirais, restinga arbórea e arbustiva, brejo, pântano e manguezal. Neste espaço de valor ecoturístico do Litoral Norte da Bahia, o ecossistema é representado pela avifauna, répteis, insetos e moluscos; no local é possível observar o gavião caramujeiro, que se alimenta do molusco aruá, abundante na região.

f) Área de Proteção Ambiental Joanes/ Ipitanga. A APA foi criada através do [Decreto Estadual N.º. 7.596, em 05/06/1999](#), objetivando a proteção dos Rios Joanes e Ipitanga, suas nascentes, zonas estuárias e represas, bem como os mananciais que abastecem a Região Metropolitana de Salvador, conforme estudo do gênero em BAHIA (2000). Esta APA possui uma extensão de 30.000 hectares, com variados ecossistemas, como os remanescentes da Mata Atlântica, manguezais, restingas, dunas e cerrados muito procurado por visitantes em ecoturismo na Brasiléia.

g) Área de Proteção Ambiental Rio Capivara. Esta APA foi criada através do Decreto Estadual nº 2219, de 14/06/1993. Está localizada no distrito de Abrantes, numa área de 1.800 hectares ao sudoeste do município de Camaçari, onde reúne atributos de beleza cinematográfica, nas margens do Rio Capivara e próximo da lagoa de Arembepe, isso entre a Estrada do Coco e a praia, no trecho situado entre

Interlagos e o Rio Jacuípe, conforme estudo em BAHIA (2000). A Área de Proteção Ambiental é típica do Litoral Norte da Bahia, formada por praias levemente escarpadas na direção do mar aberto, protegidas por arrecifes rasos; ao longo destas praias existe um cordão de dunas, com coqueiral, sistema lagunar paralelo à costa; o Rio Capivara com a sua variação de nível d'água e planície de inundação (BAHIA, 2000).

h) Área de Proteção Ambiental Mangue Seco. Esta APA foi criada através do Decreto Estadual nº 605, de 06/11/1991. Está situada no extremo oriente da Bahia, na fronteira com Sergipe (BAHIA, 2000). Esta APA possui 3.393 hectares de área, no município de Jandaíra, com ricos e diversificados ambientes, como dunas que representam 40% da área total, manguezais, restingas e pequenos charcos; neste espaço são encontradas as aves migratórias e diversas variedades de peixes e mariscos; destaca-se, ainda, na fauna terrestre, abundância de jacaré de papo-amarelo e preguiça coleira, dois animais ameaçados de extinção. Conforme estudo em BAHIA (2000), é um dos sítios mais procurados pelos ecoturistas no extremo litorâneo baiano.

i) Parques: Levantamento em estudo do gênero apontou os principais parques utilizados para o lazer e o entretenimento da população na metrópole. O Parque Joventino Silva, conhecido como Parque da Cidade, no bairro do Itaigara; Dique do Tororó, próximo ao centro de Salvador; Parque de São Bartolomeu e o Metropolitano do Pituaçu e outros situados na grande metrópole. Estes sítios de valor ecoturístico são freqüentados pelos residentes e visitantes.

j) Praças: Levantamento para estudo do gênero também apontou as principais praças de valor ecológico na Capital. O Passeio Público ou Palácio da Aclamação, Praça Dois de Julho, no bairro do Campo Grande; Praça da Piedade, no centro; Praça Nossa Senhora da Luz, bairro da Pituba. Estes sítios passaram por tratamento paisagístico, foram embelezados e transformados em local de valor ecoturístico na metrópole.

- A população Residente.

A população residente é também sujeito passivo de alguma forma envolvido no planejamento do ecoturismo na Brasília. Embora a maioria dos residentes estejam estabelecidos na Cidade do Salvador (Tabela 1), as ações planejadas envolvem com maior intensidade os residentes dos vilarejos situados na orla marítima da Brasília (Ilhas da Baía de Todos os Santos e litoral norte). Desta forma a Capital é a sede das decisões que afetam direta e indiretamente os residentes e demais envolvidos no planejamento do ecoturismo. Este trabalho buscou identificar a população residente de Salvador; para os demais municípios da Brasília, tomou por referência um vilarejo denominado Porto Sauípe. Significativos elementos foram coletados, merecendo registro a concentração populacional na Capital em detrimento aos demais municípios do entorno. Por exemplo, as edificações luxuosas na direção do Litoral Norte, criou um motivador de transferência dos prestadores para os locais de serviço. Resolveram permanecer próximos do trabalho, adotando um comportamento natural de oferta e demanda de bens e serviços. Enquanto estes condomínios procuram manter um padrão ambiental compatível com as recomendações, os bolsões de miséria passaram a rondar-lhes os limites. Observação direta efetuada para este estudo apresentou agregados do subemprego e desempregados da redondeza que passaram a avizinhar os residentes, no prenúncio cumulativo caótico. Passam a saturar a condição de vida daqueles que pretendiam afastar-se ao máximo do centro de Salvador em busca de tranqüilidade.

**TABELA 1:**

BRASILÉIA, POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS  
1995 - 2002.

MUNICÍPIO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
CACHOEIRA	28.430	30.258	30.701	31.074	31.448	30.416	30.717	30.863
CAMAÇARI	127.882	134.901	140.203	144.672	149.146	161.727	166.985	171.845
CONDE	16.140	18.695		20.339	21.092	20.426	20.934	21.326
ENTRE RIOS	29.468	32.380	33.870	35.125	36.382	37.513	38.717	39.574
ESPLANADA	24.691	25.417	26.586	27.572	28.559	27.230	27.714	28.077
ITAPARICA	16.766	17.975	18.833	19.556	20.280	18.945	19.420	19.763
JAGUARIPE	14.681	13.539	13.483	13.437	13.390	13.422	13.359	10.870
JANDAÍRA	8.739	8.840	8.960	9.061	9.162	10.027	10.253	10.406
LAURO DE FREITAS	77.451	97.219	101.691	105.462	109.236	113.543	118.678	122.858
MADRE DE DEUS	9.458	9.961	10.096	10.210	10.324	12.036	12.499	12.636
MARAGOGIPE	38.048	35.936	35.160	34.505	33.850	40.314	40.508	40.630
MATA DE SÃO JOÃO	29.934	34.452	32.927	33.327	33.728	32.568	32.800	32.996
NAZARÉ	26.823	25.106	24.564	24.106	23.649	26.365	26.428	26.451
SALINAS DAS MARGARIDAS	9.157	9.817	10.181	10.489	10.796	10.377	10.554	13.154
SALVADOR	2.262.731	2.211.539	2.245.522	2.274.167	2.302.832	2.443.107	2.485.702	2.520.504
SANTO AMARO	55.973	55.339	57.164	57.859	58.555	58.414	58.914	59.309
SÃO FÉLIX	11.762	13.185	13.360	13.507	13.655	13.699	13.393	14.018
SÃO FRANCISCO DO CONDE	20.853	24.213	25.369	26.343	27.318	26.282	26.914	27.554
SAUBARA	8.256	9.271	9.615	9.905	10.196	10.193	10.457	10.651
VERA CRUZ	24.423	27.628	28.899	29.970	31.043	29.750	30.647	31.352
<b>TOTAL BRASILÉIA</b>	<b>2.841.666</b>	<b>2.835.671</b>	<b>2.867.184</b>	<b>2.930.686</b>	<b>2.974.641</b>	<b>3.136.354</b>	<b>3.195.593</b>	<b>3.244.837</b>
<b>BAHIA</b>	<b>12.645.982</b>	<b>12.541.745</b>	<b>12.709.744</b>	<b>12.851.268</b>	<b>12.993.011</b>	<b>13.070.250</b>	<b>13.214.114</b>	<b>13.323.212</b>

FORNTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO  
ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS - IBGE.

Através de visita aos bairros periféricos para avaliação do que seria um *tour* pela metrópole, e ouvidos os populares, apropriou-se vários registros considerados fundamentais. Sobre o lazer de vários residentes entrevistados, ficou constatado ser a orla marítima de Salvador o grande caminho para o entretenimento da população, ávida pelas águas das praias e pelo panorama do mar aberto. As mais preferidas da classe proletária são as praias da Ribeira ou Boa Viagem, na parte baixa da cidade, e as praias da Barra, Ondina ou Amaralina, na direção norte do litoral; os demais residentes preferem tomar um ônibus coletivo na direção da Pituba, Jardim de Alah, Armação, Boca do Rio ou Patamares; os que possuem automóvel vão para Jaguaribe, Piatã, Itapuã ou Placaford. Daí seguem para as praias e demais atrativos da Brasiléia, até o povoado de Mangue Seco.

Foi possível analisar o comportamento dos residentes na metrópole, através de observação direta. Em Salvador, a população residente sem orientação agride o meio ambiente com atitudes que considera corriqueiras, como a devastação de canteiros e gramados na prática do futebol sobre os jardins e realização de necessidades fisiológicas em plena via pública. Derruba os protetores, pisa nas árvores plantadas ao longo das avenidas ou atira lixo nas ruas e calçadas.

Observação junto aos residentes da periferia e estudo comparado da condição de vida, contido nos jornais e relatórios diversos, apontam que o desemprego aflige esta população residente (Tabela 2), desestruturando a organização sócio-comunitária e implementando a miséria que, associada às invasões de áreas, ensejam ações policiais para derrubada de barracos, agressões e outras violências que refletem na qualidade dos sítios para efeito do turismo sustentado..

**TABELA 2:**

BRASILÉIA, NÚMERO DE DESEMPREGADO NO ÚLTIMO TRIMESTRE DO ANO  
1996 - 2001.

MUNICÍPIO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
CAMAÇARI	25.960	29.139	33.929	41.760	47.062	46.421
CANDEIAS	14.663	15.013	16.878	19.642	22.343	21.636
CONDE		4.879	5.876	6.328	6.087	6.762
DIAS D'AVILA	7.095	8.190	9.597	11.928	13.191	13.076
ESPLANADA		6.444	7.976	8.568	8.114	8.952
ITAPARICA	3.403	3.883	4.557	5.678	5.512	5.398
JANDAÍRA		2.281	2.688	2.749	2.988	3.312
LAURO DE FREITAS	15.723	20.999	24.609	30.586	33.041	32.992
MADRE DE DEUS	1.920	2.152	2.443	2.890	53.502	3.474
SALVADOR	459.334	477.692	543.416	644.792	710.944	691.025
SÃO FRANCISCO DO CONDE	4.233	5.230	6.139	7.649	7.648	7.482
SIMÕES FILHO	16.462	16.897	19.208	22.765	27.373	26.855
VERA CRUZ	4.349	5.968	6.993	8.692	8.657	8.519

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO - SEI/BAHIA

A Vila Porto Sauípe está situada na proximidade do Complexo Turístico de Sauípe, local onde se constatou maior volume de registros neste trabalho. Após estudo comparativo das rotinas nas demais comunidades da Brasiléia, fez-se possível afirmar que a Vila Porto Sauípe traduz, essencialmente, a rotina da maioria dos que moram Brasiléia, guardadas as peculiaridades como exceções.

A população residente na Vila é constituída originariamente das famílias de pescadores, artesãos, comerciantes e de barraqueiros locais. Estimada em 916 indivíduos, conforme censo de 1991 (IBGE, 2002), hoje ultrapassa dos 5.000 habitantes (SEI, 2001). Foi acrescida das famílias de peões remanescentes das obras do Complexo Turístico de Sauípe e dos desempregados oriundos de vilarejos próximos, na aventura de trabalho na Vila. Sofrem as conseqüências da nova ordem desenfreada, a mesma que vem transformando a sua rotina simples em uma pressão desenvolvimentista sem controle, com reflexo no seu cotidiano. O nível educacional e de percepção da maioria não lhe permite uma análise crítica, o que enseja a entrada no cenário de dois grupos; um de políticos camuflados, diligentes interessados no voto, ocupados em construir as amarras para os seus currais eleitorais; e outro, de pessoas bem intencionadas, negociando para a melhoria imediata das condições de vida destes residentes. Ambos obstrutores utilizam-se de critérios não muito bem definidos, para induzir os incautos a validar confusas investidas para fazer prevalecer um ecoturismo desregrado.

- O Poder Público.

O Poder Público surge como um agente ativo normatizador do processo de planejamento do ecoturismo na Brasiléia, já que estabelece as políticas e as bases para a sustentabilidade estatocêntrica em BOEIRA (2000). Diversos organismos (administração direta ou indireta) vinculados ao poder público estão envolvidos no processo. São os entes federais, estaduais e municipais, que exercem o *jus imperii* ou poder de mando sobre o Ser Ambiental, atribuindo-lhe caráter excepcional, como por exemplo, caracterizando-o como patrimônio da humanidade, isso em nível federal. A Mata Atlântica, Floresta Amazônica e outras áreas de significado internacional foram tombadas pela ONU em decorrência do exercício do poder público.

O Poder Público vem atuando separadamente ou em conjunto. O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) é o órgão federal que gerencia as áreas jurisdicionais, como Litoral Brasileiro e a Baía de Todos os Santos situada na Brasília, atribuindo-lhe o domínio e o regime de gestão, além de instituir as áreas a serem protegidas, conforme IBAMA (2001).

Em nível estadual, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT), vem desempenhando papel preponderante para o sucesso das atividades do ecoturismo na Brasília. Como suas ações são as políticas de interesse cultural e turístico, vem adotando uma estratégia de vigor para ultrapassar as dificuldades do ramo do turismo sustentado. Primeiro, promoveu a captação de recurso através de fundos externos (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Depois, reestruturou-se para as ações keynesianas, na busca de eficiência organizacional. Na nova estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo, foi criado um terceiro órgão estrutural, a Superintendência de Investimentos (SUINVEST), completando assim uma formatação administrativa capaz de dar suporte a ações empreendedoras através de parcerias com o setor privado.

A reorganização da SCT apresenta os órgãos descentralizados, dentre estes, a BAHIATURSA, empresa pública que desempenha o papel de agente promotor do desenvolvimento turístico na Bahia, gerenciando os serviços de turismo receptivo e emissivo. Através da BAHIATURSA o Estado materializa a sua política de turismo. A reestrutura da SCT é apresentada na Figura 7.

O Poder Público keynesiano investiu no ano de 2002, na área de turismo, o montante de US\$ 670 milhões em recursos do Banco Mundial para o PRODETUR (segunda fase), conforme foi informado pela SUDETUR. Este volume soma-se aos dos investimentos efetuados para restauração do Centro Histórico de Salvador, implementação do Projeto Bahia Azul para melhoria do sistema de esgotamento sanitário, reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador, implantação da Estrada do Coco e da Linha Verde, obras de infra-estrutura para o Complexo de Sauipe e outros investimentos que capacitam a região pesquisada a implantar um turismo de excelência.



preponderante no estabelecimento das regras de controle e acompanhamento de proteção ambiental, tendo inclusive as suas atividades certificadas com a ISO 9001. Sua atividade, porém, ficou comprometida com a suspensão da contratação de diversos profissionais que vinham oferecendo suporte às ações de reconhecido valor que presta à sociedade, pela causa ambiental.

Em nível municipal, o Poder Público envolvido com a intervenção na Brasília é representado por cinco órgãos principais, que é a Secretaria do Meio Ambiente, a Superintendência de Ordenamento e Controle do Solo do Município de Salvador, a Superintendência de Parques e Jardins, a Empresa de Turismo de Salvador Sociedade Anônima e a Coordenação de Investimentos em Transportes da Prefeitura Municipal de Salvador. Estes organismos também atuam separadamente ou em conjunto para ações integradas em benefício da qualidade pelo turismo na Metrópole Salvador, município constituído de bairros centrais e periféricos, com uma população massificada, com todos os problemas de uma cidade de grande porte.

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMAD), da Prefeitura Municipal de Salvador vem exercendo um papel de significado; junto a SUCOM - Superintendência de Ordenamento e Controle do Solo de Salvador e a SPJ - Superintendência de Parques e Jardins (antiga Superintendência de Áreas Verdes - SUAVE) vem revolucionando os espaços ambientais da Capital. A Cidade do Salvador encontrava-se desfigurada e, em função do desempenho qualitativo dos organismos públicos municipais comprometidos com o Ser Ambiental, existem hoje para o lazer e entretenimento da população diversas praças restauradas, espaços para esportes variados e outros atrativos que contribuem para o planejamento do ecoturismo.

Não haveria de deixar de analisar o papel de outro significativo envolvido no processo de planejamento na Brasília, em nível do poder público municipal. A EMTURSA – Empresa de Turismo de Salvador S/A, vem centralizando ações que favorecem programas turísticos na Capital e nos distritos situados nas Ilhas da BTS. Sob a responsabilidade da EMTURSA está a programação do Carnaval de Salvador, maior festa popular do Globo, conforme registrado por BAHIATURSA (2000); este acontecimento vem encantando os visitantes que consagram o evento como um dos mais expressivos internacionalmente; como acontece no mesmo período em diversas Cidades brasileiras, inclusive no Rio de Janeiro, com as festas de passarelas, os visitantes sempre vêm preferindo escalas aéreas em Salvador, onde

passam parte dos festejos carnavalescos. A EMTURSA intercala as Festas de Largo de Salvador com o período Carnavalesco; assim, o estudo do gênero apontou que o início desta modalidade de evento se inicia em Dezembro, com a famosa Festa da Conceição da Praia, iniciando um ciclo de festividades, com a Lavagem do Bonfim na primeira quinzena de Janeiro, festa pagã de Iemanjá no dia 2 de Fevereiro e o Carnaval no final de Fevereiro; então a EMTURSA passa a coordenar também o roteiro de Festas Populares, quando inclui logo a seguir as Festas de Largo e oferece também suporte de orientação aos turistas para as tradicionais “Micaretas” espécie de Carnaval no interior, bem como comemorações juninas nos Municípios da Brasiléia e demais sítios turísticos do Estado da Bahia. A EMTURSA é a grande promotora da Capital da Alegria.

A Coordenação de Investimentos em Transportes da Prefeitura Municipal de Salvador, é outro organismo do poder público municipal. Vem otimizando o projeto da Via Náutica, nos aspectos que importava à atividade ecoturística náutica na BTS – Baía de Todos os Santos. Sinalizou para o avanço do desenvolvimento do lazer e esporte, incluindo a cidade histórica de Nazaré, desde a BTS pelo Rio Jaguaripe. A atividade dos esportes náuticos na BTS vinha exigindo uma infraestrutura compatível com a clientela internacional e local, já que as famosas competições sempre incluíram a Cidade do Salvador no seu roteiro, canalizando significativa renda oriunda dos participantes que reforçam o caixa de estabelecimentos de bens e serviços na metrópole.

Haverá de ser levado em consideração também o papel do Ministério Público do Estado da Bahia, através da sua Coordenadoria de Meio Ambiente. Vem enfatizando o controle jurisdicional de uso do Ser Ambiental em favor da preservação, conservação e integração normativa e legal dos interesses coletivos. Desenvolve reuniões com organizações não governamentais e lideranças de bairro, conduzido a aplicação da lei do meio ambiente e de ocupação do solo dos municípios. Também tem orientado os Conselhos Municipais de Turismo através da tutela legal e monitoramento de ações, além de efetivar significativos acordos de conduta junto a comunidades e empresários envolvidos com o Ser Ambiental.

- O Empresariado.

Estudo apontou que o desenvolvimento econômico latino-americano está esculpido pela “desigualdade” que vem incomodando com reação a população interna e preocupando a comunidade internacional. Por esta razão, acredita-se que os conceitos cepalinos poderiam ser trazidos ao contexto do presente trabalho, já que o progresso regional passa a sofrer, principalmente com o turismo formal, as influências do progresso mundial. O empresariado vem impulsionando este progresso na Brasiléia, na configuração analisada neste ponto do estudo.

É possível uma inferência entre o desenvolvimento ecoturístico e a posição econômica do Estado da Bahia. Antes produtora de subsistência rudimentar e de periferia, a economia baiana passou a ser assentada na maior produção terciária e, atualmente, preenche os rasgos de tendências industrializadas com o turismo sustentável, conforme PRODETUR (1992).

LINDBERG e HAWKINS (1995) admitem que “o ecoturismo explodiu no mundo das viagens e conservação, como se fosse um Tsunami (terremoto)”. De fato, o ecoturismo é a atividade preferida das elites consumistas que amam o meio ambiente exótico, permitindo significativa alavancagem para o empresariado no ramo turístico na Bahia e na Brasiléia. Para ambos os referidos,

“o ecoturismo é uma indústria extremamente ampla e em crescimento em muitos países. Uma das principais vantagens do ecoturismo é a de proporcionar um impulso que favorece tanto a expansão da conservação quanto o desenvolvimento do turismo. Sob o aspecto da conservação, o ecoturismo é o benefício que é mais facilmente vendido e, assim, é com frequência incorporado às decisões sobre o uso da terra”.

Registros foram coletados junto à Assessoria do Superintendente de Desenvolvimento do Turismo, dando conta que vêm sendo implementados pelo empresariado, os seguintes empreendimentos: 1.412 unidades de investimentos turísticos, com o desembolso de US\$ 40 milhões em 476 projetos turísticos; 200 unidades de negócio no Terravista Resort; 200 unidades de negócios no Anuirás Resorte; 150 unidades de negócios no Complexo de Sauípe; 89 unidades de negócios na Ponta do Dourado. Estas aplicações, segundo informação daquela assessoria, serão somados aos investimentos já concluídos atualmente. Quais são os principais grupos empresariais que se envolvem com empreendimentos na

Região focalizada? É possível conhecer alguns grupos empresariais interessados em turismo sustentado (Tabela 3), que visam contribuir com o ecoturismo na Brasília.

**TABELA 3: Grupos empresariais e Investimentos com turismo na Bahia, 2002.**

<b>NOME</b>	<b>VALOR DO INVESTIMENTO (US\$)</b>
<b>Grupo Francês Accor</b>	<b>80.000.000</b>
<b>Grupo Lebram*</b>	<b>126.000.000</b>
<b>Grupo Plaza</b>	<b>45.000.000</b>
<b>Grupo Varig (na área de negócio)</b>	<b>10.000.000</b>
<b>Grupo Pestana</b>	<b>20.000.000</b>
<b>Grupo Marriot International</b>	<b>40.000.000</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>276.000.000</b>

\* Associado ao Grupo Six Continents Hotels.  
Fonte: BAHIATURSA (Fev/2002)

A considerar o volume financeiro investido na Brasília, o empresariado da indústria ecoturística parece acreditar que está aqui a oportunidade de fincar recursos. Jogam na certeza de sucesso com facilidades como a mão-de-obra barata, livre acesso a terra para assentar os seus projetos, associado à qualidade do Ser Ambiental amplamente divulgada pelo poder público através da sua máquina administrativa. A possibilidade de lucro rápido utilizando-se da matéria prima básica - o Ser Ambiental, a custo zero, vem provocando uma corrida desmedida para edificação de pousadas, resorts e outros empreendimentos que completam uma indústria desestruturada.

Existem ainda aquelas organizações empresariais executando funções públicas. É o exemplo do IH – Instituto de Hospitalidade, vinculado às Organizações Odebrecht. Este Instituto cuida de atividades tecnológicas de turismo e hospitalidade, capitaneando as ações de interesse do Estado, em substituição à própria Secretaria de Cultura e Turismo, com a qual mantém vínculo executivo. A preocupação básica da administração do IH é a qualidade da hospitalidade na Costa de Saúpe e nos municípios circunvizinhos. Exerce papel significativo nas ações

para o planejamento sustentável do ecoturismo na Brasília, com treinamentos e capacitação artesanal, integração comunitária para melhoria dos serviços turísticos e outras ações planejadas.

O SEBRAE - Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa presta papel de expressão, oferecendo capacitação empreendedora para os micros e pequenos empresários estabelecidos no contexto pesquisado. Está atento à política de turismo sustentado que vem sendo desenvolvida na Brasília, disponibilizando o seu escritório no município de Lauro de Freitas para centralizar programas de apoio aos interessados por atividades em turismo na região de Costa dos Coqueiros.

- Os Visitantes.

Os visitantes, como os turistas, são aqueles envolvidos que permanecem pelo menos uma noite no local turístico. Eles estão em turismo de lazer, de negócio, por interesse cultural ou científico ou simplesmente em ecoturismo para contato com a natureza. Para efeito de planejamento, o estudo quanto ao comportamento do visitante constitui um relevante aspecto a ser considerado. Este estudo de comportamento é delimitado pelo fluxo dos visitantes, sua origem e destino, produtos ou atrativos que os estimulam, receita que deixa nos cofres dos estabelecimentos e no município visitado, seu caráter conservantista e preservacionista com relação ao Ser Ambiental. Este estudo tratará, em seguida, sobre visitante em geral e, em particular, sobre o ecoturista, a partir de elementos apresentados pela BAHIATURSA (2000).

Análise no fluxo destes visitantes, informado pela BAHIATURSA, apontou que os destinos deles vem sendo os mesmos. São os roteiros de Praia do Forte para a Costa dos Coqueiros, ora focalizada; o de Salvador para a Baía de Todos os Santos e suas ilhas, também abrangidas neste estudo; o de Morro de São Paulo e Valença, para a Costa do Dendê; o de Porto Seguro para a Costa do Descobrimento; o do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; o da Costa das Baleias e, finalmente, o roteiro de Lençóis para a Chapada Diamantina. Agrega-se, ainda, o roteiro do sertão baiano, para a Zona Rupestre, onde alguns visitantes podem implementar pesquisas científicas em arqueologia, paleontologia e antropologia, do interesse de instituições nacionais e estrangeiras. Destinos certos, que tiveram seu

desenho turístico montado na nova geografia turística estadual, implementando o ecoturismo e fazendo desta modalidade de atrativo a mais expressiva fonte de investimento e de renda. Estes visitantes se encantam com o Ser Ambiental e disseminam a sua presença nas vilas e arraiais, efetivando o seu encontro com os hortelãos, chacareiros, floricultores, quituteiras, croxeteiras, pescadores e artesãos e demais residentes. A integração do ecoturista com as comunidades se inicia neste ponto de disseminação do visitante; então seria possível, de acordo com este estudo, implementar como modelo sustentado a organização de sistemas produtivos apoiados na gestão de negócios ecoturísticos.

O fluxo de visitantes é do país ou do exterior. A maioria dos visitantes do país, na Brasília, são oriundos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Brasília, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e Paraná. Os visitantes internacionais que se hospedaram na Brasília (Tabela 4), conforme dado colhido junto a SEI (2002), são oriundos da Argentina, Uruguai e Chile; começa a tomar força o fluxo oriundo do Paraguai, Bolívia e Peru; entretanto já são tradicionais os oriundos da Alemanha, Espanha, Itália, França, Portugal, Suíça, Bélgica e ainda dos Estados Unidos.

**Tabela 4: Numero de hóspedes estrangeiros, Brasília, 1991 – 1999.**

PAÍS DE RESIDÊNCIA	NÚMERO DE HÓSPEDES				
	1995	1996	1997	1998	1999
ARGENTINA	16.390	14.081	12.428	14.611	19.301
ESTADOS UNIDOS	5.978	5.747	5.747	6.343	7.610
ITÁLIA	9.230	5.739	5.731	6.446	7.394
PORTUGAL	5.528	3.678	3.990	5.200	7.391
ALEMANHA	12.296	11.515	7.368	6.472	6.914
FRANÇA	6.838	4.340	5.117	5.349	6.686
URUGUAI	1.947	1.434	1.685	1.885	4.525
ESPAÑA	7.638	5.923	5.308	2.695	3.715
CHILE	3.715	3.752	2.497	1.727	3.548
SUIÇA	2.368	2.843	2.070	2.070	1.701
DEMAIS PAÍSES	6.760	4.452	3.929	3.389	2.617
<b>TOTAL</b>	<b>79.688</b>	<b>64.504</b>	<b>55.870</b>	<b>56.187</b>	<b>71.412</b>

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO. SEI ( 2002).

Foi estudada a preferência dos visitantes na Região da Brasília. Análise sobre as suas práticas de rotinas comprova que eles se identificam com o esporte náutico e de aventura, o que vem a influenciar significativamente na formação do

turismo na Brasília. Eles apreciam o futebol de praia, que o popular denomina de “baba”, e o faz geralmente nos primeiros horários da manhã e do final da tarde, integrados aos residentes. Praticam caminhada em trilhas ecológicas selvagens, vôo livre, canoagem, rafting, trekking, pára-queda, sando-board, surfe, windsurf, mountain bike, usufruindo a companhia dos nativos. Os visitantes se deslocam para sítios adequados para esta modalidade de entretenimento e se hospedam em pousadas estilizadas (Figura 8), beneficiando-se dos atrativos naturais, como florestas intocadas, vales e cerrados, montanhas, rios, corredeiras, cachoeiras, praias, trilhas naturais, e outros produtos.

**Figura 8: Ecoturista em uma pousada estilizada.**



**Foto de Artur Ikishima.  
Arquivo da BAHIATURSA**

Constatou-se, ainda, que a atividade agropastoril tem atraído número crescente de ecoturistas, tendo a BAHIATURSA informado que cadastrou 30 propriedades que recebem turistas para o entretenimento com a realidade agrícola, sua forma de vida, cenários bucólicos e rotina simples (Figura 9). O presente estudo aponta que este tipo de motivador incrementa a conservação ambiental e permite a troca de informação, elevando, cada vez mais, a consciência preservacionista.

**Figura 9: Fazenda em São Francisco do Conde.**



**Foto de Artur Ikishima.  
Arquivo da BAHIATURSA.**

Ficou registrado em estudo do gênero que os visitantes amantes da náutica estimularam eventos que não vinham da iniciativa direta do *trade* da Brasília. Vale enfatizar este fato. O ecoturista tomou a iniciativa, provando que ele pode induzir a produção de riqueza na Região. Através de observação “in loco” para estudo do gênero, foi possível concluir que, de fato, as atividades esportivas náuticas, estimuladas por estes aventureiros visitantes serão, oportunamente, grande âncora econômica na Região.

Considera-se que toda esta complexa cadeia de empreendimentos esportivos praticados por levas de visitantes, necessita de apoio logístico de bens e serviços, que integram os residentes da Brasília; este apoio provém dos profissionais de oficinas náuticas, carpinteiros, soldadores, pintores, eletricitas, apoio aduaneiro e alfandegário, guias turísticos locais, artesãos, quituteiras, bordadeiras e uma dezena de outros tipos de atividades auxiliar à náutica esportiva, de lazer e turismo sustentado. Portanto, aqueles desbravadores de mares aportam na Brasília como precursores do turismo náutico, e predecessores de uma economia turística, senão analise a série de competições registradas neste estudo.

Levantamento efetuado junto à Secretaria da Cultura e Turismo apontou que desde 1996, eventos importantes ocorreram na BTS, como o Round The World Rallye, Millennium Odissey, Rallye Iles du Soleil, Regata Cliper 96, Regata Hong

Kong Challenge, Grand Pavois-La Rochelle, reunindo de visitantes de maior poder aquisitivo. No ano de 1999 registrou-se o África-Brasil Challenge-ABC Rallye, o Clippers´99, o Campeonato Mundial ILC-30 e o Millennium Odissey; no ano de 2000 ficaram registrados importantes eventos náuticos, como La Rochelle-Salvador, o South América Rallye, etapa mundial da Classe Europa, Regata Brasil 500 e Regata Brasil 500 Anos do Descobrimento; no ano 2001 foi registrada a Good Hope Rallye e a África-Brasil Challenge – ABC Rallye. Estes eventos levam à conclusão de que é o visitante que provoca o sucesso de determinada modalidade de turismo na Região; têm sido assim no município de Camaçari (LN), com o envolvimento dos turistas com os residentes nas vilas de pescadores, no Município de Salinas da Margarida, com a presença de lanchas e escunas que aportam para momentos de descontração entre residentes e os seus tripulantes turistas, e em outros sítios descobertos pelos visitantes e que depois passam a serem incluídos no roteiro turístico oficial da Bahia.

Apropriação de registro aponta que os noticiários acusam que os visitantes esmagam os residentes, trazendo desconforto a todos; mas não negam que estes turistas contribuem para a formação do emprego e renda no vilarejo que visitam. Assim, o estudo considerou a possibilidade de introduzir a educação ambiental anterior ao início da atividade ecoturística, evitando estrangulamento por excesso de visitantes, conforme apreciado no estudo sobre a intervenção efetuada no Arquipélago Fernando de Noronha para o turismo ecológico local.

Os visitantes reforçam os cofres dos municípios com a sua presença, consumindo os produtos e serviços locais. A maximização do ganho municipal, com a atividade turística, é a relação direta dos esforços desprendidos que resultou no retorno do visitante, agora trazendo mais um para comprovar o atrativo. Conforme dados oriundos da BAHIATURSA, os visitantes provocaram durante o ano de 2000 uma receita total de US\$ 702 milhões, tendo o ecoturismo representado, aproximadamente, US\$ 491 milhões desta receita; para o ano de 2001, a receita prevista não foi confirmada até o encerramento desta parte da pesquisa, porém a estimativa é de US\$ 842 milhões, o que significará um incremento de 20% (vinte por cento), que nenhum outro setor da economia poderia atingir, como constatado. Esta seria a principal âncora para o planejamento de turismo sustentável, garantida pela presença efetiva dos visitantes da “Classe A” na Brasília.

#### 4.1.2 – Breve histórico do processo de planejamento Ecoturístico na Brasília.

Neste tópico será descrito o processo de planejamento ecoturístico na Região da Brasília. Optou-se por trazer um breve histórico que será efetuado através de estudo das principais intervenções registradas na Brasília. É apresentado também um levantamento dos mais significativos programas voltados para a gestão dos espaços de valor turístico.

Uma análise do processo de intervenção é efetuada, seguindo a base teórica em autores como COOPER et al. (1993), RUSCHMANN (1997), SWARBROOKE (2000), TYLER (2001), WESTERN e ALENCASTRO (apud LEMOS, 2001), todos comprometidos com a abordagem tratada neste trabalho. Demonstrações através de Quadros analíticos encerrará o resultado do estudo comparado entre as apropriações teóricas e os fatos constatados nesta análise; através destas demonstrações se busca a crítica do processo de intervenção para o ecoturismo na Região focalizada. A estratégia adotada aqui é, primeiro, sintetizar o planejamento turístico e depois caracterizar a intervenção planejada na Região em estudo, de modo a entender os efeitos dos planos sobre os envolvidos no processo.

Seguindo a estratégia perseguida, apresentam-se aqueles pontos considerados como essenciais para a validação no ecoturismo da Brasília. O faz através de Quadros comparativos entre a teoria e a prática analisada. Para esta crítica analítica, convencionou-se o seguinte: quando o fato apropriado está em conformidade com a prescrição teórica, considerou-se “Válido” para o turismo na Brasília; quando em desconformidade com a natureza prescritiva, considerou-se “Inválido”; se, porém, atendeu à prescrição em parte, considerou-se “Razoável” para o turismo na Região focalizada. Esta crítica será oferecida no fechamento deste trabalho, com os respectivos Quadros oferecidos no Capítulo seguinte, obedecendo à orientação em SILVA (2001:108 e 109).

#### 4.1.3 Programas de intervenção para o ecoturismo na Brasília.

O processo de planejamento do ecoturismo na geografia focalizada contou com a participação de vários organismos não governamentais, com significativa contribuição do setor privado, principalmente dos grupos de consultoria de projetos. O processo resultou em multivariados programas destinados a objetivos estratégicos para otimização turística. Os ajustes sempre estiveram endereçados

aos interesses difusos, procurando agregar satisfação entre os detentores de poder que influenciam nas decisões envolvendo o Ser Ambiental. Não há como negar, porém, que estes programas contribuíram para dar forma ao desenho ecoturístico. É possível afirmar que a não implementação da intervenção, resultaria em perda da oportunidade de configurar o ecoturismo na Brasília. O avanço indiscriminado de ocupações irregulares nos sítios de valor ecoturístico e o crescimento verticalizado das favelas na Metrópole e nos principais municípios de potencial ecoturístico são fatos consideráveis para a instauração de programas disciplinares (BAHIATURSA, 2000). Vejam-se sobre estes programas.

- Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR.

O PRODETUR teve a sua primeira edição em 1992, quando foi elaborado pela Consultoria Turística Integrada - CTI, em parceria com a Solução Assessoria e Planejamento, sob a responsabilidade da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Estado da Bahia, através da BAHIATURSA. O que traz este Programa? Como é caracterizado? Como foi a sua materialização? Qual a estrutura desta intervenção? O PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, objetiva a promoção do desenvolvimento sócio-econômico na região litorânea e do interior da Bahia, por meio dos Centros Turísticos Integrados, os chamados *clusters* turísticos; estes são pontos potenciais pela qualidade cênica dos seus recursos naturais, capazes de atrair o turismo internacional.

Embora este estudo não possa ficar centrado em programas específicos, mas nos efeitos destes planos intervencionistas, foi possível trazer o delineamento do PRODETUR. O seu marco teórico aponta as tendências mercadológicas, as bases da política turística nacional e do nordeste brasileiro, incluindo a Bahia. O documento traz também a caracterização física baiana, a sua evolução histórica referente à ocupação geográfica, voltando às tendências locais para o turismo, em abordagem como a análise de mercado internacional e o resultado de amostra em pesquisa relacionada ao receptivo e emissor na Bahia. Inclui uma análise descritiva dos mercados concorrentes, como o México, Canadá, Europa Ocidental, Leste Asiático e América do Sul. Trata da demanda potencial no turismo nacional e internacional; procura analisar a oferta centrando na disponibilidade do sistema de hospedagem, comprovando o propósito de dirigir investimento para a hotelaria;

então se refere a resorts como o Clube Mediterranée (Itaparica), Hotel Clube Praia do Forte (Estrada do Coco), Hotel Transamérica (Ilha de Comandatuba, próximo de Ilhéus). O PRODETUR inclui um projeto com o seu respectivo custo e financiamento, além das diretrizes para a execução deste projeto, a respectiva projeção financeira e a avaliação sócio-econômica; trata da metodologia, geração de emprego, renda e divisas; encerra com uma análise sobre a viabilidade dos investimentos privados.

As técnicas de amostragem utilizadas para elaboração do programa basearam-se em pesquisa direta de mercado, efetuada junto ao trade turístico, com número restrito, mas que considerou profundo. Questionários foram desenhados, com oportunidade de múltiplas respostas, captando percepções diversificadas. Restrições são apontadas no próprio documento estudado (PRODETUR, 1992: 16), sendo as mais relevantes a limitação de recurso (não especificado) e de tempo para a execução. Restrição quanto à análise dos Questionários que aplicou para a elaboração do Programa também foram conhecidas neste estudo; a tabulação dos resultados pelo método quantitativo convencional, como a Estatística aplicada às Ciências Sociais, resultou em limitação devido às questões e múltipla escolha.

Analisando o escopo do PRODETUR (1992), é possível afirmar que as bases para este projeto de desenvolvimento do turismo baiano se apóiam na variedade do patrimônio histórico-cultural e atrativos naturais do Estado da Bahia. Inobstante a indiscutível riqueza oriunda da sua história como sede da primeira Capital do Brasil, foi a sua beleza natural que ensejou uma proposta de investimento da Secretaria de Cultura e Turismo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Aspectos geográficos somaram-se aos aspectos culturais para justificar captação de divisas com o turismo sustentável. A geomorfologia, a vegetação, a tipologia climática, a ocupação histórica da Bahia no Século XVIII e no Século XIX vieram a se constituir em fator relevante para abertura de idealizadores para a intervenção turística.

Com referência aos Investimentos Públicos, foram elaborados os seguintes sub-projetos: Transportes, Saneamento, Turismo, Urbanização, Preservação do Meio Ambiente, Energia elétrica e iluminação pública, Telefonia, Terrenos, Promoção e publicidade, Capacitação e Recursos Humanos, Fortalecimento Institucional Regional, Custos sem alocação específica e Investimentos Públicos por Centro Turístico. Com referência a Custos operacionais dos investimentos privados, o PRODETUR (1992) traz uma Estimativa das Taxas de

ocupação de equipamentos (estimativa para estabilização da ocupação nos resorts), Estimativa de diária média (para o sistema de hospedagem), Parâmetros para determinação de Receitas e Custos, bem como da incidência tributária do sistema de hospedagem e as coordenadas para a Cooperação Técnica nos empreendimentos.

Na sua primeira versão, o PRODETUR incluiu a Costa do Descobrimento e Costa dos Coqueiros, potenciais zonas para implantação e operação de Centros Turísticos na Bahia. Deverá estar completamente implantado no ano de 2012, conforme expresso no texto do programa original. Participam deste empreendimento, o Poder Público Estadual, com a construção de infra-estrutura e a concessão de financiamentos destinados a 50% dos investimentos em “hotéis-âncora”. Conforme consta do programa original, a operação dos referidos Centros Turísticos tem uma estrutura similar à dos *shoppings centers*, sendo gerenciada por uma administradora de condomínio, enquanto que a Administração e exploração dos hotéis e condomínios residenciais poderão ser realizadas por administradores independentes e/ou operadores hoteleiros do Centro Turístico.

Como confirmado junto ao organismo oficial, estranhamente não houve a oportunidade de ingresso de grupos baianos no negócio, exceto o Grupo Odebrecht, que construiu o Complexo Turístico de Sauípe. Também ficou patente que as atividades de Administração dos Centros foram entregues a organizações internacionais detentoras de capacidade técnica no cenário internacional, comprovando o detrimento aos grupos empresariais locais. Entretanto, como observado, esta constatação será revertida, pois os profissionais regionais do turismo irão ajustar suas aptidões, incrementando a inovação pretendida pelo cenário da atividade, corrigindo as falhas de adaptação incorridas pelos seus predecessores e consolidando o seu papel no mercado.

Conforme consta no PRODETUR (1992), a sua execução envolve Órgãos Oficiais Estaduais e Regionais, como Ministério da Indústria e Comércio e Turismo da época de sua aprovação, através da EMBRATUR, Ministério da Integração, através da extinta SUDENE, Ministério da Economia através do Banco do Nordeste e Ministério das Relações Exteriores através da Embaixada em Washington. Na Bahia, envolveu na sua execução a BAHIAATURSA (nos assuntos do trade turístico), EMBASA (nos assuntos de água e saneamento, COELBA (nos assuntos de energia elétrica para os Pólos Turísticos), TELEBAHIA (nos assuntos de telefonia), DERBA

(nos assuntos de estradas, vias e acessos rodoviários) e CIA - Centro Industrial de Aratu, nos assuntos que envolveram o turismo de negócio.

A geração de 166.623 empregos seria o incremento com a implantação de 16.540 unidades habitacionais hoteleiras e 21.940 residenciais. Considerou-se para a estimativa o multiplicador 5,5 (FIPE, 1984), quando a representação de emprego direto representava 5,5 empregos no total para cada emprego no setor turístico. Para a meta financeira, estimou-se investir, em dez anos, o equivalente a US\$ 264,9 milhões de dólares para o “módulo âncora pioneiro”. Na sua conclusão foi apontada a viabilidade técnica, econômica, financeira, institucional, ambiental e social. Porém os efeitos práticos poderão ser conferidos na apreciação crítica e através dos Quadros apresentados no encerramento do Capítulo V.

Alguns ajustes são exigíveis, já que os grupos fortes não conseguiram concluir a integração compatível com as comunidades vizinhas, geralmente vilas simples, povoados pobres, onde residem famílias miseráveis na expectativa de uma melhora de qualidade de vida. Sem a pretensão crítica, mas buscando uma reflexão realista, não se compreende como um *trade*, voltado para consumidores de primeira classe, distante da capital do Estado, gozando de um potencial ímpar, poderia ser planejado fora dos parâmetros socialmente aceitáveis. Também não ficou identificada, neste programa, uma tendência sinérgica em favor dos residentes. Inobstante, a pesquisa encomendada apontou que “o produto turístico mais procurado é países exóticos/culturas diferentes” e “ambiente ecológico” com “praia e sol”, com preferência por locais “onde se faça tudo” ou seja, destinos turísticos integrados - PRODETUR (1992: 4). Nas palavras levantadas, encontra-se um risco potencial para os residentes, pois o sentido de “onde se faça tudo” é de fato amplo; e o maior risco reside, conforme crêem aqueles interessados, na falta de uma legislação ecoturística, enquanto se multiplicam as construções dos condomínios no “ambiente ecológico”.

Embora se vislumbre benefício futuro nas regiões de menor nível de desenvolvimento, ajustes voltados para o equilíbrio entre custo - benefício social encontra-se, ainda, na pauta de discussão nas comunidades atingidas pela intervenção, conforme estudo do gênero. Como referência desta discussão, cita-se a intensificação de ações de combate à pobreza, erradicação do analfabetismo, informação às massas envolvidas pelo surto desenvolvimentista, preparo nos municípios para absorver o novo modelo de intervenção, preparo da máquina pública

municipal à integração de seus projetos locais ao Programa maior, elevação da consciência cidadã, dentre outros. O registro contido no documento investigado, de que o “mercado alemão” escolhe a Bahia por causa da ‘Mulher brasileira’ - PRODETUR (1992: 45) - contraria antecedentes morais dos residentes, fartos de constantes denúncias de exportação de “mulheres” para países como Alemanha e outros. Além de que, isso é possível, o registro documentado pode incentivar a prática da irregularidade. Como de fato, as mulheres deste país não poderiam entrar como produto consumível, para os turistas oriundos daquele mercado. Também é constrangedor a imagem da Bahia “vinculada a perigo e pobreza” – PRODETUR (1992: 55 e 58). Não resta dúvida quanto à extensão destes referidos registros, documentado no Programa oficial ora focado. Por outro lado, a continuidade administrativa do poder dominante favorece significativamente a adoção de propostas corretivas em diversos aspectos do PRODETUR, o que parece já se iniciou, conforme anuncia a SCT.

Reforçando conceito impetrado no programa, o ecoturismo figura como uma proposta para o visitante que quer encontrar na Bahia o “sol e praia”; esta proposta de “desenvolvimento sustentado” e de “ preservação do meio ambiente” está inscrito naquele documento - PRODETUR (1992: 57 e 81), como garantia de exploração racional da riqueza, o que não se constata desde os efeitos da intervenção. Haverá de ser considerado ainda o custo - oportunidade do programa.

Registro obtido junto a SCT, indica que o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, somente financiaria recurso aos Estados do nordeste brasileiro que detivessem programa sustentável e compatível com os objetivos institucionais daquele organismo internacional. Porém, a maioria dos Estados nordestinos sequer possuía um estudo; enquanto a Bahia não somente detinha algum diagnóstico, como possuía, ainda, um documento do seu turismo. Esta providência, antecipada por improvisação, favoreceu o avanço na liberação das parcelas e do cronograma de realização; enquanto isso, o agente financiador permitia a transferência dos recursos daqueles outros Estados que não os utilizaram, por falta de um plano de ação. Não fossem tantos atropelos, a intervenção, resultante do Programa, dificilmente exigiria os profundos ajustes atualmente requeridos (BAHIA, 2000).

Pesquisa efetuada junto a SUDETUR, sobre o PRODETUR II, levou a conclusões importantes para o ecoturismo; será a fase seguinte do PRODETUR I e

está buscando capacitar os municípios, para a gestão do turismo, enquanto implementa o desenvolvimento do turismo sustentado, pois promoverá investimentos privados nos Pólos Turísticos. Com esta perspectiva, o programa pretende melhorar a qualidade de vida da população residente, alcançar sustentabilidade ambiental, sócio cultural e econômica nos Pólos ora referidos; pretende ainda fortalecer a participação dos municípios no desenvolvimento do turismo e completar, complementar e ampliar as ações iniciadas através do PRODETUR I.

A segunda fase exigirá a indicação de um representante antes da assinatura do subempréstimo; e será requerido um Plano Diretor do Município, a ser aprovado pela Câmara de Vereadores, convalidando a proposta local. Outras exigibilidades junto aos municípios são impostas como a comprovação de capacidade de gestão do turismo. Portanto, quais as metas pretendidas por um documento na dimensão do PRODETUR, quando este se encontra expirado? Eis uma questão a ser respondida pelos organismos que avaliaram e aprovaram a liberação do volumoso recurso.

A implantação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, irá favorecer grandemente o ecoturismo nos municípios baianos. Mas, como foi informado recentemente, o CRA não renovou os contratos com os técnicos para suporte ambiental. Esta estrutura local terá um caráter decisorial e deverá desenhar as intervenções de acordo com metas discutidas entre os seus integrantes; estas metas serão levadas ao PRODETUR II, para cobertura financeira e execução. Para participar do PRODETUR II, o município deverá apresentar comprovação de estar participando de algum programa de Gestão Fiscal, como o PNAF-M, por exemplo; entretanto, a defasagem de mão de obra especializada para atendimento imediato já foi apontada; a única Instituição de Ensino Superior com o curso de Graduação em Administração Municipal, com ênfase em Planejamento, até a data de conclusão desta pesquisa, não graduou a sua primeira turma; e muito menos foi encontrada na Capital qualquer instituição promovendo um curso de especialização no ramo, inobstante as proposições do autor desta pesquisa, em criar turmas de especialistas em gestão pública e negócio ecoturístico.

O PRODETUR II exigirá ainda a existência de um Conselho Municipal de Turismo, o que parece uma ficção, pois a decadência atual da mão-de-obra no setor de turismo não alcançaria suporte para assessorar estas missões junto aos municípios. Outras ações junto aos municípios estarão sendo planejadas, como a

capacitação, melhoria de gestão administrativa e fiscal, melhoria na gestão turística, patrimonial e cultural, cadastro e controles tributários, sistemas de equipamentos de apoio à gestão e planejamento municipal e consultoria na gestão ambiental e de turismo. Todas estas metas somente se farão possível mediante uma sinergia sólida com os organismos especializados em consultoria do turismo, que são raros ou inexistem no Estado da Bahia, conforme apropriado no presente estudo.

- Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT.

HALL (1994) defende em TYLER (2001), o planejamento mediante consulta local, que denominam planejamento participativo. Porém o PNMT, criado em 1999 pela EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, evidencia ser um programa do tipo “*top-down planning*”. Agregando quinze entidades fortes no setor, sendo impulsionado por agentes multiplicadores federais, juntos aos Estados da federação, o PNMT consagra um objetivo geral e cinco objetivos específicos. Os interessados foram consultados para a configuração destes objetivos?

O objetivo geral apontado no PNMT é o de fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, na sua natureza econômica, social, ambiental, cultural e política. Os objetivos específicos são identificados como: conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo para a melhoria da qualidade de vida da população; descentralizar ações planejadas através da co-gestão do Plano; disponibilizar as condições técnicas aos municípios de potencial turístico; estimular o fortalecimento das relações entre os níveis do Poder Público com a iniciativa privada e elevar os níveis de qualidade, eficiência e eficácia nos serviços turísticos (EMBRATUR, 1999). Estudo do gênero apontou a inexistência de consulta popular para o traçado destes objetivos.

Este Programa é executado na Bahia através da Diretoria de Serviços Turístico da BAHIATURSA, a quem cabe a criação dos Conselhos Municipais de Turismo. O PNMT obedece a procedimentos da Organização Mundial do Turismo - OMT, adaptados, na medida do possível, às necessidades do país, na busca de promoção de modelo de gestão da atividade de interiorização do turismo.

Dentre as metas de um Conselho Municipal de Turismo, previsto no PNMT, estão a criação do Plano do Desenvolvimento Sustentável do Turismo, a criação do Fundo Municipal de Turismo, preparar os Monitores e os Facilitadores

municipais e a otimização das oficinas de sensibilização, capacitação e planejamento. Dedicou-se especial destaque a este programa, pela significativa atuação da equipe do programa, junto aos diversos municípios, principalmente para criar visão estratégica local para o turismo sustentado (EMBRATUR, 1999).

Através de pesquisa exploratória, efetuada junto à unidade que gerencia as ações do programa na BAHIA TURSA, ficou constatada uma conduta sinérgica dos seus integrantes. Análise das ações que vêm sendo praticadas pela equipe estudada apontou que a intervenção junto aos municípios é baseada na proposta de criar espaços para um turismo de qualidade. A vocação de cada comunidade e a proposta de cada prefeitura municipal tende a ser respeitada. Não será questionado, neste ponto, o nível de aptidão das administrações locais e nem o domínio metodológico dos técnicos sediados naquele órgão.

Embora SWARBROOKE (2000), venha oferecendo procedimentos fundamentais para o planejamento em turismo sustentado, os responsáveis do PNMT adotam três estágios ou etapas que contemplam tão somente as providências do próprio programa, esquecendo as dificuldades técnicas da Administração local em fomentar um planejamento turístico. A primeira etapa adotada pelo programa é a de conscientização junto às lideranças municipais; a segunda etapa, para erigir os Conselhos Municipais de Turismo, organismos locais incumbidos de criar as estruturas Turísticas, após ouvir as bases comunitárias; e a terceira etapa, a de planejamento de ações integradas, na direção do *cluster* turístico do Estado, atualmente em sua fase inicial. Não foi questionada a capacidade dos gestores do Programa, em gerar estes *clusters*. Significativos registros foram possíveis junto à Gerente dos Serviços Turísticos da BAHIA TURSA, Diretor de Investimentos, Assessor e demais atores sediados na SUDETUR. Conforme consta nos registros da BAHIA TURSA, existia até o mês de Fevereiro de 2002, o número de 121 municípios, sendo que 15 localidades já possuem o Plano Diretor definido. A Diretoria Geral da BAHIA TURSA informa que procurou implantar um assessor local, efetivo e decidido em fazer valer a proposta institucional programática, sempre que os municípios que se fizeram tímidos em prospectar ações; com esta iniciativa, fez deslanchar resultados e comprometimento da comunidade local para com a área econômica que é o turismo, além de ensejar o engajamento primordial para o êxito da tarefa (BAHIA TURSA, 2000).

Foi possível constatar que a indústria turística somente alcançará maturidade, mediante a organização dos municípios, atraindo visitantes com trilhas

estruturadas, sinalizações adequadas nos acessos, guias preparados e condições de hospitalidade compatível. O morador é parte indispensável, desde o planejamento das ações estruturantes; acredita-se que os Conselhos Municipais atraem e envolvem estes residentes para que os monitores do PNMT lhes transfiram, através de oficinas, os princípios, pelos menos teóricos, de descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação. Restam dúvidas quanto à realidade destes fatos, considerando a ineficácia predominante nos Municípios pesquisados para esta tarefa.

O PNMT segue uma escala vertical, como toda ação que envolve os problemas sociais no Brasil, contrariando as prescrições em HALL (1994). Esta escalada encontra-se muito distante da realidade conjuntural do setor, embora possa significar um avanço para a edificação da indústria ecoturística no Estado. Concordam os entrevistados do Programa, que o PNMT poderá ser reestruturado e adaptado à realidade local, traduzindo as metodologias sugeridas pelo organismo germânico detentor da tecnologia que norteou o programa. Acreditam na necessária participação dos consultores alemães em todas as fases do processo, já que ficou constatada a imperícia dos brasileiros que se apresentaram como *experts* em política de turismo na Bahia. Por outro lado, não duvidam ser uma metodologia possante para a indústria ecoturística no Estado da Bahia, desde que os municípios envolvidos com esta ação planejada, procurem adaptar-se a um modelo participativo de gestão estratégica (EMBRATUR, 1999).

- Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRODESU.

O PRODESU foi concebido no ano de 2001, atualizando o plano de manejo da APA do Litoral Norte, criada em 1991. Este programa entra neste estudo porque expõe com clareza o resultado de um trabalho voltado quase que exclusivamente ao ecoturismo. A sua história inicia-se com a implantação da Linha Verde (ligando Praia do Forte ao Município de Jandaíra). O PRODESU sintetiza a sinergia entre o PRODETUR e os novos investimentos na Costa dos Coqueiros, que incrementaram o novo cenário socio-econômico naquela região. É ainda o efeito da revisão do Plano de Manejo, resultado do Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental para a APA Litoral Norte, do convênio assinado entre os governos brasileiro e britânico, supervisionado pelo DFID – Department for International Development, liderado pela CONDER e o Consórcio WSATKINS / NRI.

A consideração quanto a tantos “programas”, é a necessidade de uma consolidação de objetivos e sinergia entre os envolvidos. Efetivamente o que se registra é uma coadunação de perspectivas para a concretização de idéias ambientalistas para empreendimentos ecoturísticos, principalmente para a consolidação das bases favoráveis a um *cluster* de entretenimento a ser completado sobre ambientes naturais.

Com o advento da transferência da gestão da APA do Litoral Norte da CONDER para o CRA, restou visualizada uma intriga entre executores de ações. Inclusive os que foram ouvidos em ambos organismos estaduais preferiam não abordar assunto, sempre que era adentrado o campo intercorrente do outro órgão que atuava em paralelo. Representantes deste dois organismos evitavam fornecer informações referentes a período que não eram da sua gestão; é que a transferência desta tutela resultou em sentimento de desprezo pela área protegida, por parte do primeiro gestor, que passou a se preocupar com o uso do solo; pelo menos foi essa a constatação colhida em estudo do gênero.

Entretanto o que se observa é a eficácia da gestão da área pelo CRA, em face à habilidade do manejo que este órgão apresentou, quando do contato com os seus representantes. Entre os dois períodos de intervenção no LN, a CONDER tratou das obras de infra-estrutura de engenharia para o uso ecoturístico; em seguida o CRA recebeu a área, pronta e preparada, para gerenciar e efetuar o manejo ambiental, o que indica fará com excelência porquanto é organismo certificado para tal responsabilidade. Cabe uma quesitação à parte, neste interregno: porque não ocorreu o inverso, ou seja, a área seria gerida e manejada pelo CRA primeiramente, e seria entregue depois à intervenção pela CONDER, para as obras previstas? Acredita-se que a resposta a esta questão guarda, sem dúvida, a circularidade dos problemas atuais vivenciados no Litoral Norte da Bahia.

- Programa de Desenvolvimento de Turismo Sustentável – PDITS.

Este Programa está atualizando e revisando o PRODETUR. Vem sendo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (Brasil), junto ao SUINVEST – Superintendência de Investimentos Turísticos da Secretaria de Cultura e Turismo. Encontra-se em fase de ajuste final e por este motivo não é estudado no presente trabalho.

## 4.2 PRODUTOS OU ATRATIVOS ECOTURÍSTICOS DA BRASILÉIA.

O presente estudo trouxe o Ser Ambiental, já tratado anteriormente, como sendo atração presente na natureza, agente passivo e primeiro envolvido no processo de intervenção na Região da Brasiléia. Apropriação em COOPER et al. (2001) aponta que em outros sítios turísticos mundialmente conhecidos, a água tem sido significativo recurso natural. Os lagos, rios e praias são os mais utilizados dos atrativos naturais, independente dos que forem englobados pelos autores pesquisados neste tópico. O clima associa-se para o desfrute em maior ou menor intensidade nestas áreas líquidas, motivando a exploração dos atrativos aquáticos, como tem sido constatado na Região focalizada, onde a sua temperatura tropical média anual de 26° C é propícia para a corrida aos balneários que lotam de turistas entre os meses de Setembro e Março (BAHIATURSA, 2000).

O inventário dos produtos ou atrativos ecoturísticos da Brasiléia seguirá a orientação de COOPER et al. (2001). O faz por município que aponta na Figura 35, referente à Brasiléia em Perspectiva, demonstrada no encerramento deste tópico de estudo. Traz os dez mais significativos produtos locais, tratando desde o extremo norte da Região em direção à BTS. São respeitadas as suas características, apontando aqueles produtos ou atrativos presentes na natureza (APN) e os produtos ou Atrativos Artificiais (ATA); desdobra os produtos ou Atrativos Artificiais em Culturais (ATAC), Tradicionais (ATAT) e os Eventos (ATAE). A tabulação apresenta o total de cada modalidade de produto ou atrativo e, na medida do possível, alguns destes produtos ou atrativos estarão contemplados, nesta tarefa, com uma fotoimagem alusiva, obedecendo a prescrições em ALCOBAS (apud BISOLLI, 1999).

- Município de Jandaíra.

O Município de Jandaíra é um centro comercial de pequeno porte, com povoados de valor ecoturístico e o distrito de Abadia, de importância histórica do período colonial. Inobstante o turismo emergente e a potencialidade identificada, um percentual de 43,8% da população local sobrevive de Cesta Básica, como é denunciado em PRODESU (2001); considerando os investimentos do PRODETUR (1992), este fato vem a constituir um paradoxo incomum a ser estudado. A Tabela 5

apresenta os dez principais produtos ou atrativos ecoturísticos deste município; em seguida apresenta-se ilustração recomendada em ALCOBAS (apud BISOLLI, 1999).

Tabela 5: Produtos ou atrativos no Município de Jandaíra.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
APA de Mangue Seco com Dunas (Figura 10).	*			
Artesanato à base de palha.			*	
Cachoeira de Itanhi, entre Bahia e Sergipe.	*			
Distrito de Abadia, importante centro de comércio no período colonial.		*		
Eventos do calendário local, predominando festas populares.				*
Instrumentos de pesca artesanais.			*	
Povoado de Apraius e Vila de Mangue Seco (Figura 11).		*		
Praia de Costa Azul, ambiente selvagem com coqueiral e dunas.	*			
Praia do Coqueiro, balneário com dunas, restingas e coqueirais.	*			
Rio Real, para canoagem, banho e outras atividades aquáticas.	*			
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 10: Dunas em Mangue Seco.**



FONTE: INTERNET, página  
<http://www.infonet.com.br/mangueseco/>

**Figura 11: Vila de Mangue Seco.**



Fonte: BAHIATURSA.

- Município do Conde.

O Município do Conde é outro centro comercial de pequeno porte na Região da Brasília. O seu significado ecoturístico decorre da beleza dos Atrativos Presentes na Natureza (APN). A existência das dezenas de balneários no meio ambiente conservado, aponta para o turismo sustentável. Inobstante a potencialidade identificada e os investimentos do PRODETUR (1992), um percentual de 37,5 % da população residente neste município baiano sobrevive de doação de Cestas Básicas, como ficou comprovado em PRODESU (2001). A Tabela 6 apresenta os dez principais produtos ou atrativos ecoturísticos deste município; em seguida apresenta-se ilustração recomendada em ALCOBAS (apud BISOLLI, 1999).

Tabela 6: Produtos ou atrativos no Município do Conde

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Cachoeira do Vermelho com resíduos de Mata Atlântica.	*			
Artesanato à base de palha.			*	
Culinária baiana, com peixada e bobó de camarão e doce caseiro.			*	
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Meio ambiente intocado (Figura 12)	*			
Lagoa de Sítio do Conde, conhecida como Brejo do Tijuco.	*			
Praias da Barra do Itariri, Barra do Siribinha, Barra Nova e de Poças.	*			
Praias de Sítio do Conde, dos Artistas e Siribinha.	*			
Rios Itapicuru, Itariri, das Ostras, das Pedras, com fauna e flora.	*			
Vila de Cobó, com restaurantes típicos.		*		
TOTAL	6	1	2	1

Fonte: BAHIA (2000).

Figura 12: Conde. Meio ambiente intocado



FONTE: INTERNET,  
página <http://www.praiadoconde.com.br/>

- Município de Esplanada.

O Município de Esplanada também é um pequeno centro comercial da Região da Brasiléia. O seu significado ecoturístico decorre da geografia de beleza exuberante, com rios e lagoas. O seu folclore e culinária típica constituem produtos turísticos de valor considerável (BAHIATURSA, 2000).

Tabela 7: Produtos ou atrativos no Município de Esplanada.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Centro do Município de Esplanada (Figura 13).		*		
Culinária baiana com moqueca de peixe ou mariscos e churrasco.			*	
Culinária com doces caseiros de frutos regionais.			*	
Eventos do calendário local, predominando festas populares.				*
Fazenda Corte Grande, para caminhada, cavalgada e celebrações.		*		
Festejos de popular Micareta e animadas Vaquejadas.				*
Folclore com Careta de Lama, Bumba-meu-boi e Nega Maluca.			*	
Lagoa Azul e Lagoa Verde, com cordão de dunas, fauna e flora.	*			
Rio Inhambupe, para banho e outras atividades aquáticas.	*			
Vilas de Baixio e de Palame, com restaurantes típicos.		*		
TOTAL	2	3	3	2

Fonte: BAHIA (2000).

Figura 13: Zona urbana de Esplanada.



FONTE: INTERNET, página

<http://www.bahiplanet.com.br/cidades/litoralnorte/esplanada/main.html>

- Município de Entre Rios.

O Município do Entre Rios é um centro comercial com significado ecoturístico motivado pelos balneários visitados por turistas nacionais e internacionais. O Complexo Turístico de Sauípe (BAHIATURSA, 2000), entra em confluência neste município baiano, se opondo radicalmente aos vilarejos pueris da redondeza, conforme estudo do gênero publicado em 2002, no Congresso Latino Ibero-americano de Investigação de Operações, em Concepción / Chile.

Tabela 8: Produtos ou atrativos no Município de Entre Rios.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Balneários de Passagem, Sauípe e Subaúma.	*			
Cachoeira do Índio, para lazer e esportes radicais.	*			
Culinária baiana com moqueca de lagosta.			*	
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Povoados de Massarandupió, Porto Sauípe e Subaúma.		*		
Reserva Ecológica com resto da Mata Atlântica.	*			
Praia de Barra do Rio Sauípe, com manguezal, restingas e coqueiral.	*			
Praia do Naturismo de Massarandupió.	*			
Rios Sauípe, Itapicuru e Subaúma, próprios para atividades aquáticas.	*			
Vilas de Sauípe e de Canoas, com balneários e restaurantes.		*		
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: BAHIA (2000).

Figura 14: Vila de Sauípe no Município de Entre Rios



Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Mata de São João.

O Município de Mata de São João é sede da Costa do Sauípe, o maior complexo hoteleiro da América Latina (BAHIATURSA, 2000). O artesanato de palha é base econômica dos residentes nas vilas procuradas pelos banhistas. As caminhadas, remadas e canoagem são práticas que os visitantes fazem com o auxílio dos residentes (Figura 15).

Tabela 9: Produtos ou atrativos no Município de Mata de São João.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Cachoeira de Dona Zilda, em ambiente selvagem para caminhada.	*			
Castelo Garcia D'Ávila, do Século XVI, para visitação e fotoimagem.		*		
Culinária baiana com moqueca de peixe e mariscos.			*	
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Lagoa Timeantube e de Jauara, apropriadas para banho e natação.	*			
Mirantes de Antenas e de Imbassaí, para observação da vida silvestre.		*		
Praias do Forte, de Santo Ant�nio, de Imbassaí (Costa dos Coqueiros).	*			
Reserva Sapiranga, com resto da Mata Atlântica e trilhas temáticas.	*			
Rios Pojuca e Imbassaí, com corredeiras para esportes radicais.	*			
Vilas de Praia do Forte, Diogo, Imbassaí e Santo Ant�nio.		*		
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 15: Lazer na Costa dos Coqueiros, no Município de Mata de São João.**



**FONTE: BAHIATURSA.**

- Município de Camaçari.

O Município de Camaçari é sede do Pólo Petroquímico da Bahia (COPEC), com a Montadora Ford na Bahia e mais dezenas de indústrias petroquímicas. A sua orla marítima é de rara beleza (Figura 16), com balneários de excelência, utilizados para o lazer e entretenimento dos turistas e residentes. O Projeto TAMAR de preservação de Tartarugas Marinhas é também de grande atração turística local (BAHIATURSA, 2000).

Tabela 10: Produtos ou atrativos no Município de Camaçari.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Artesanato de búzios, de palha e hippie.			*	
Culinária baiana à base de peixes e mariscos.			*	
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Lagoas Busca Vida e Branca, apropriadas para atividades aquáticas.	*			
Povoado de Açú da Capivara.		*		
Praias do Genipabu, Guarajuba e Itacimirim, balneários de excelência.	*			
Praias do Japonês, Jauá, Iterlagos, Arembepe, Barra do Jacuípe.	*			
Rio Jacuípe, com mata ciliar, fauna e flora bem conservadas.	*			
Vila de Abrantes, fundada pelos Jesuítas no Século XVI.		*		
Vilas de Arembepe, famosa pelo movimento hippie nos anos 60.		*		
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 16: Orla Marítima de Camaçari**



FONTE: INTERNET, página <http://www.cra.ba.gov.br/Conteudo/cra/apas/14d.html>

- Município de Lauro de Freitas.

O Município de Lauro de Freitas é um centro de comércio que passou a experimentar o turismo em função da proximidade de Salvador. É sede do Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães, que centraliza o principal fluxo e refluxo de turista. As praias de águas mornas e beleza ímpar são preferidas pelos banhistas para a prática de lazer e entretenimento com a natureza (BAHIATURSA, 2000).

Tabela 11: Produtos ou atrativos no Município de Lauro de Freitas.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Artesanato de madeira, palha e cerâmica.			*	
Centro Histórico, com uma Igreja do Século XVII.		*		
Culinária baiana à base de peixes e mariscos.			*	
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Folclore representado pela capoeira.			*	
Parque de Buraquinho, com mata, restingas e manguezais.	*			
Praias de Vilas do Atlântico, Buraquinho, Ipitanga,	*			
Rio Joanes com um sistema estuarino (Figura 17).	*			
Terminal Turístico Mãe Mirinha do Portão e Aeroporto Internacional.		*		
Vila do Atlântico, com flates, pousadas e hotéis.		*		
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 17 : Estuário do Rio Joanes em Lauro de Freitas.**



**Fonte: Arquivo BAHIATURSA.**

- Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia.

A Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, é uma metrópole onde acontece o mais significativo fluxo turístico da Brasília e do Nordeste Brasileiro. Primeira Capital do Brasil, possui praias apreciadas por banhistas de diversos países do mundo e um acervo histórico reconhecido pela UNESCO, procurado por visitantes em turismo cultural. Soma ao fato, a expressão incomum da baianidade residente, que faz de Salvador a “Capital da Alegria”, o que poderá ser conferido durante a maior festa de rua do Globo – o Carnaval da Bahia (BAHIATURSA, 2000). Entretanto, o êxodo rural e a miséria que predominam nos subúrbios da cidade vem exigindo constantes ajustes das políticas públicas locais (SEI, 2003); prioritariamente, as políticas de geração de emprego, renda, gestão de espaços urbanos, reestruturação pelo social, erradicação de favelas e redução da pobreza em SACHS (1986), de modo a oferecer imagem compatível com o ordenamento turístico em RODRIGUES ( 2001).

Tabela 12: Produtos ou atrativos em Salvador, Capital da Bahia.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Acervo mobiliário e relíquias medievais para visitação e fotoimagem.		*		
Baía de Todos os Santos, suas ilhas e povoados turísticos.	*			
Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade (Figura 18).		*		
Culinária baiana � base de peixes, mariscos, feijoada, Caruru e Vatapá.			*	
Dezenas de Praias, desde a Ribeira – Cidade Baixa até Itapuã.	*			
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Metrópole e centro econômico da Brasília, Bahia e Brasil (Figura 19).		*		
Parques da Cidade, Metropolitano do Pituacu, Dique do Tororó.		*		
Restos da Mata Atlântica, APA Lagoa do Abaeté e Reservas Naturais.	*			
Sede do maior Carnaval do Globo, das Festas de Largo e do Axé.				*
TOTAL	3	4	1	2

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 18 e Figura 19: Centro Histórico e Vista Aérea de Salvador.**



Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de São Francisco do Conde.

O Município de São Francisco do Conde é um centro de comércio; a proximidade com Salvador fez experimentar o turismo (BAHIATURSA, 2000); entretanto, a exploração petrolífera local enfatiza mais para a produção de serviços industriais (BAHIA, 2001).

Tabela 13: Produtos ou atrativos no Município de São Francisco do Conde.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Centro Histórico do Século XVII, com casarios e relíquias valiosas.		*		
Conjunto arquitetônico de 1584, foi propriedade de Mem de Sá.		*		
Engenho d'água, do Século XIX, com capela, depósito e barcaças.		*		
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Folclore baseado nos famosos Reisados ( Figura 20).			*	
Foz do Rio Sergi e manguezal, para atividade aquática e fotoimagem.	*			
Igreja de Nossa Senhora do Vencimento, do Século XVIII.		*		
Ilhas de Cajaíba, dos Frades e das Fontes, balneários de excelência.	*			
Imperial Instituto Baiano de Agricultura (1859), ruína com 365 janelas.		*		
Monte Recôncavo, Mirante natural da Baía de Todos os Santos.	*			
TOTAL	3	5	1	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 20: Reisado em São Francisco do Conde.**



Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Madre de Deus.

O Município de Madre de Deus encontra-se numa Ilha que pertenceu a Mem de Sá, 3º Governador Geral do Brasil Colonial. É um centro de comércio com significado turístico pela sua proximidade com Salvador (BAHIATURSA, 2000). A produção de serviços industriais é também significativa, por se encontrar numa área de exploração petrolífera (BAHIA, 2001).

Tabela 14: Produtos ou atrativos no Município de Madre de Deus.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Coroa da Capela, com banco de areia e vegetação de manguezal.	*			
Eventos conforme calendário local, predominando festas populares.				*
Folclore baseado nos Bonecos e Cabeçorras (Figura 21).			*	
Fontes de Juá, Ouricuri, Dendê e Quitéria apropriadas para banhos.	*			
Igreja de Nossa Senhora de Madre de Deus, de 1670.		*		
Ilha das Vacas, com vegetação preservada, para lazer e caminhadas.	*			
Ilha de Maria Guarda (de um lado reside nativo e do outro veranistas).	*			
Ilha histórica; pertenceu a Mem de Sá, 3º Governador Geral do Brasil.		*		
Mata Atlântica residual, com Trilha Ecológica natural, fauna e flora.	*			
Praias da Costa, Cação e da Ponta do Suape, excelentes balneários.	*			
TOTAL	6	2	1	1

Fonte: BAHIA (2000).

Figura 21: Bonecos e Cabeçorras



Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Candeias.

No Município de Candeias encontra-se a sede da Refinaria Landulfo Alves para processamento petróleo. É considerado um Município industrial, onde se encontram diversas empresas prestadoras de serviço direto e indireto à perfuração, extração, refino e distribuição dos derivados petrolíferos (BAHIA, 2001). Os atrativos naturais do seu entorno servem para o lazer e entretenimento dos residentes e alguns visitantes que recorrem em turismo de negócio, permanecendo do local por alguns pernoites. O significado turístico local ganhou dimensão pela proximidade da Capital Salvador (BAHIATURSA, 2000).

Tabela 15: Produtos ou atrativos no Município de Candeias.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Cerrado com planícies, lagoas, morros e trilhas naturais para o lazer.	*			
Culinária á base de peixe e mariscos.			*	
Engenho da Freguesia, Museu Wanderley de Pinho, do Século XVIII.		*		
Eventos do calendário local, predominando festas religiosas.				*
Folclore com capoeira, maculelê e samba de roda.			*	
Fonte Milagrosa de Nossa Senhora das Candeias, do Século XVIII.		*		
Igreja de Nossa Senhora da Encarnação de Passé.		*		
Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias, do ano de 1646.		*		
Mirante Natural da BTS, no Distrito de Passé, para observação e foto.	*			
Vila de Caboto, Engenho Medieval em ruína, para lazer e caminhada.		*		
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: BAHIA (2000).

- Município de Santo Amaro.

O Município de Santo Amaro, rico em beleza natural, é banhado por dois rios caudalosos, em estágio de poluição, face à inexistência de serviços de saneamento básico local. A carência de tratamento do lixo e detritos oferece uma imagem negativa para o visitante. Inobstante o potencial turístico da Região, o desemprego é causa do êxodo para a Metrópole (BAHIA, 2001).

Tabela 16: Produtos ou atrativos no Município de Santo Amaro.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Cachoeira do Urubu, para esportes radicais na natureza pura.	*			
Casa da Câmara e Cadeia, do Século XIX, para fotoimagem.		*		
Cascatas de Zé Regadas e de Nanã, do Candomblé da Bahia.	*			
Centro Histórico datado dos Séculos XVIII a XIX, para fotoimagem.		*		
Culinária baiana á base de peixe ao camarão e ensopado de mariscos.			*	
Eventos do calendário local, predominando festas populares.				*
Folclore com capoeira e culto aos Orixás.			*	
Matas ciliares dos rios, com cascatas, cachoeiras e trilhas naturais.	*			
Museu dos Humildes, com relíquias do Século XVIII, para fotoimagem.		*		
Rios Sergi e Subaé, utilizados para canoagem (Figura 22).	*			
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 22: Canoagem no Rio Subaé**

Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Cachoeira.

O Município de Cachoeira chegou a ser Sede do Governo da Bahia na época das lutas pela Independência. As primeiras experiências de vôo de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, precursor de Santos Dumont, foram realizadas neste município baiano. Maria Quitéria, a primeira mulher brasileira a receber o título de Cavaleiro da Ordem Imperial, nasceu neste local. Todos estes fatos levam este município à condição de principal centro turístico cultural do Estado.

Embora seja reduzido o número de atrativos ecoturísticos, o Rio Paraguaçu e o lago da Pedra do Cavalo são importantes produtos explorados no turismo ecológico (BAHIATURSA, 2000). O desemprego vem estimulando o êxodo rural rumo à Metrópole, contrariando o ecodesenvolvimento em SACHS (1986).

Tabela 17: Produtos ou atrativos no Município de Cachoeira.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Acervo Histórico dos Séculos XVII a XIX, tombado pela UNESCO.		*		
Artesanato de madeira esculpida, bonecas de pano e bordados.			*	
Culinária baiana á base de ensopado de peixe, Caruru e Vatapá.			*	
Eventos do calendário local, predominando festas religiosas.				*
Folclore com capoeira, Candomblé e magia negra.			*	
Lago da Pedra do Cavalo com Mata ciliar, para esportes e passeios.	*			
Museu da Ordem Terceira do Carmo (Figura 23).		*		
Povoado de Itapororocas, berço de Maria Quitéria, heroína da Bahia.		*		
Reserva natural, com Mata Atlântica, manguezal e Rio Paraguaçu.	*			
Sede das Lutas pela Independência do Brasil, com título de “Heróica”.		*		
TOTAL	2	4	3	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 23: Museu da Ordem Terceira do Carmo - Cachoeira**



Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de São Félix.

O Município de São Félix é separado do Município de Cachoeira pelo Rio Paraguaçu, com a Ponte D. Pedro II como meio de comunicação entre ambos. É um centro comercial com valor histórico e turístico (BAHIATURSA, 2000). A irracionalidade no aproveitamento dos recursos disponíveis, como o turismo cultural e a agricultura, contraria a estratégia de desenvolvimento sustentável em SACHS (1986). A inexistência de um sistema de saneamento básico e tratamento de lixo impedem a qualidade do turismo local. O desemprego tem sido o principal motivo do êxodo, saturando a corrida para a Metrópole em busca de melhores condições de vida, conforme estudo do gênero efetuado para este trabalho.

Tabela 18: Produtos ou atrativos no Município de São Félix.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Acervo Histórico dos Séculos XVII a XIX, tombado pela UNESCO.		*		
Centro Cultural Dannermann de artes plásticas, para visitação de lazer.		*		
Culinária baiana � base de ensopado de peixe, Caruru e Vatapá.			*	
Eventos do calendário local, predominando festas religiosas.				*
Fazenda Santa Bárbara, com visão panorâmica para caminhadas	*			
Folclore com Cabe�corras e Barric�o.			*	
Funda�o Hansen Bahia, com acervo de valor cultural, para visita�o.		*		
Prédios e praças antigas em pleno estado de conserva�o (Figura 24).		*		
Prefeitura e Casa de Cultura, ambas tombadas pela UNESCO.		*		
Velha Esta�o Ferroviária com acervo histórico, para fotoimagem.		*		
TOTAL	1	6	2	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 24: Praça Inácio Tosta - São Félix.**



Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Saubara.

O Município de Saubara é um recanto de rara beleza e romantismo situado do interior da BTS. Berço natural da fauna marinha, possui abundância em água potável que brota do solo. O lazer no local é baseado, essencialmente, nos esportes aquáticos, principalmente entre os meses de Dezembro e Março, época de férias escolares e quando os veranistas recorrem para temporada (BAHIATURSA, 2000).

Tabela 19: Produtos ou atrativos no Município de Saubara.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Berçário natural do sururu, taioba, aratu, crustáceos diversos e peixes.	*			
Culinária baiana, baseada em mariscada e ensopado de peixe.			*	
É município situado no interior da BTS, integrando circuito ecoturístico.		*		
Enseada da Foz do Rio Paraguaçu com rara beleza natural (Figura 25).	*			
Evento do calendário local, predominando festas populares.				*
Foz do Rio Paraguaçu, com manguezal, fauna e flora conservados.	*			
Mata Atlântica, com cascatas e trilhas naturais, para lazer na natureza.	*			
Praia da Bica, quase deserta, defronte a Barra do Paraguaçu.	*			
Praia do Cabuçu, balneário para esportes náuticos.		*		
Praias, falésias e manguezais, com fauna e flora bem conservadas.	*			
TOTAL	6	2	1	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 25: Entardecer na enseada em Saubara.**

Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Maragogipe.

O Município de Maragogipe é centro comercial e histórico. Os seus atrativos turísticos naturais são significativos para o ecoturismo, pois reúne produtos de beleza ímpar para atividades aquáticas, lazer ecológico e esportes de aventura (BAHIATURSA, 2000).

Tabela 20: Produtos ou atrativos no Município de Maragogipe.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Artesanatos na base de cerâmica – os caxixis (Figura 26).			*	
Bacia do Rio Paraguaçu, com rios Guai, Urubu e Cachoeirinha.	*			
Cachoeira do Urubu, para cascading (rapel em cachoeira).	*			
Centro Histórico do Século XVII, para visitação e fotoimagem.		*		
Culinária � base de ensopado de peixe, camarão e mariscos.			*	
Evento do calendário local, com ênfase na Feira dos Caxixis.				*
Ilha dos Franceses, balneário com dunas, coqueiral, fauna e flora.	*			
Lagamar do Paraguaçu, com ilhas, cachoeiras e floresta tropical.	*			
Mirante Natural do Alto do Cruzeiro e do Cemitério.	*			
Ponta do Souza, com rio, mata, manguezal, fauna e flora conservados.	*			
TOTAL	6	1	2	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 26: Tradicionais Caxixis em Maragojipe.**

Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Nazaré.

O Município de Nazaré, conhecido como Nazaré das Farinhas, é um dos mais ricos centros históricos do Recôncavo baiano. Edificações antigas como as Igrejas, Solar dos Sampaio, Praça dos Arcos e Engenho do Século XIX completam o cenário barroco procurado pelos visitantes em turismo cultural (BAHIATURSA, 2000). A atual deficiência de serviços básicos e o desemprego que se reverte em êxodo para os grandes centros próximos dificultam o desenvolvimento sustentado da localidade, conforme observação do gênero efetuada durante o presente estudo. O município vem perdendo a força produtiva do residente, enquanto o atrai à sorte na busca de possibilidades fora de sua sede, em fenômeno tratado por COOPER et al. (2001).

Tabela 21: Produtos ou atrativos no Município de Nazaré.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Cachoeira do Roncador, no Rio Copioba, para banhos e lazer.	*			
Centro Histórico, com sobrados e arcos (Figuras 27).		*		
Culinária à base de caruru e vatapá.			*	
Distrito de Maragojipinho, sede dos oleiros e ceramistas.			*	
Estação Ferroviária em estilo gótico, para visitação e fotoimagem.		*		
Evento do calendário local, com ênfase nas festas populares.				*
Fazenda Senhor do Bonfim, com casa-grande, senzala e engenho.		*		
Feira de Caxixis, Festividades de Semana Santa e Festa de Micareta.				*
Morro do Silêncio, mirante natural para observação da fauna e flora.	*			
Rio Jaguaripe, com mata ciliar, para canoagem, banhos e lazer.	*			
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 27: Centro histórico de Nazaré**

Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

**Figura 28: Vista aérea de Nazaré**

Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Jaguaripe.

O Município de Jaguaripe é centro comercial e histórico, onde se instalou o primeiro município baiano. Os seus atrativos naturais reúnem produtos para lazer e esportes aquáticos. O local é próprio para a pesca esportiva no mar aberto e nos rios da redondeza (BAHIATURSA, 2000). Inobstante os investimentos do PRODETUR (1992), a população residente se ressentiu do desemprego que assola os municípios, provocando o êxodo para a Capital e o avanço verticalizado de Salvador, contrariando SACHS (1986).

Tabela 22: Produtos ou atrativos no Município de Jaguaripe.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Arraial Nossa Senhora da Ajuda, 1º município baiano.		*		
Cachoeira da Pancada Alta, na mata nativa, para caminhada e banho.	*			
Cachoeira do Rio Tiriri, com mata e trilha natural para caminhadas.	*			
Centro Histórico do Século XVII, para visitação e fotoimagem.		*		
Culinária � base de ensopado de peixe e mariscos.			*	
Engenho Gabriel Soares, do Século XVI, para visitação e fotoimagem.		*		
Evento do calendário local, com ênfase nas festas populares.				*
Ilha D' Ajuda com enseada (Figura 29).	*			
Praia de mar aberto, própria para surfe e demais atividades aquáticas.	*			
Rio Jaguaripe e Rio Jiquiri�c�, para velejamento, escuna e barco.	*			
TOTAL	5	3	1	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 29: Enseada em Jaguaripe.**

Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Itaparica.

O Município de Itaparica está situado na Ilha do mesmo nome; é centro comercial e histórico, com atrativos naturais para lazer e esportes aquáticos. O local abriga o Clube Med (Figura 30), procurado complexo ecoresorte internacional no nordeste do Brasil (BAHIATURSA, 2000). Entretanto o desemprego impede o desenvolvimento sustentável em SACHS (apud ARAÚJO, 2001).

Tabela 23: Produtos ou atrativos no Município de Itaparica.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Centro Histórico, com fortalezas, igrejas e sobrados para visitação.		*		
Culinária baiana, com peixe ensopado e mariscada.			*	
Estância Hidromineral à beira mar - balneário de lazer.		*		
Eventos do calendário local, com festas populares.				*
Ilha do Medo, com Estação Ecológica da BTS.	*			
Mangue Siriba, com fauna e flora para observação e fotoimagem.	*			
Povoado de Amoreiras e Porto Santo, com restos da Mata Atlântica.	*			
Povoado de Tairu, com restaurantes de comidas típicas.		*		
Praia de Nudismo do Mocambo e dos Namorados.	*			
Praias do Forte, Boulevard e Ponta de Areia, balneários de excelência.	*			
TOTAL	5	3	1	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 30: Clube Med.**

Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

- Município de Vera Cruz.

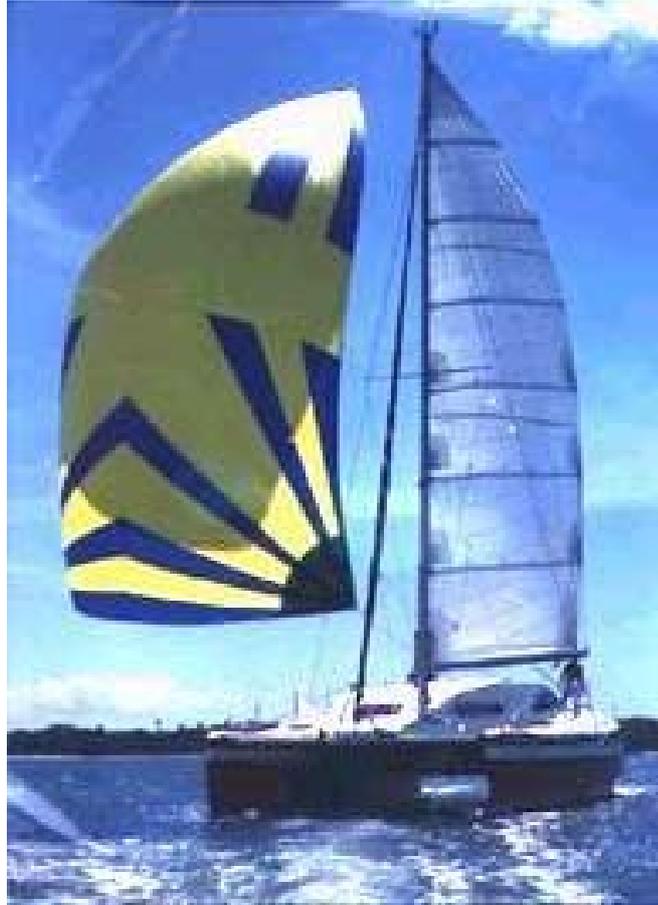
O Município de Vera Cruz encontra-se na Ilha de Itaparica, defronte à Cidade do Salvador. O velejamento nas águas da BTS (Figura 31) tem sido ali uma atividade preferida pelos turistas, principalmente no período da alta estação, de Setembro a Março, com as águas mornas no intenso calor do verão baiano (BAHIATURSA, 2000).

Tabela 24: Produtos ou atrativos no Município de Vera Cruz.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Biodiversidade com manguezais, restingas e resto da Mata Atlântica.	*			
Circuito Náutico de Cacha Pregos, com atracadouro para esporte		*		
Culinária à base da tradição africana.			*	
Eventos conforme calendário local, com ênfase em esportes náuticos.				*
Folclore com ritmos da Bahia, folia de reis e bumba-meu-boi.			*	
Ilhas com Praias, como Matarantiba, dos Frades e de Maré.	*			
Parque Ecológico de Baiacu e APA Recife das Pinaunas.	*			
Povoado de Cacha Pregos, dos mestres construtores de embarcações.		*		
Povoado de Jeribatuba, para a pesca de siri e moluscos de concha.		*		
Povoados de Gameleira, Conceição e Barra Grande e Barra do Pote.		*		
TOTAL	3	4	2	1

Fonte: BAHIA (2000).

**Figura 31: Velejamento em Vera Cruz**



**Fonte: Arquivo BAHIATURSA.**

- Município de Salinas da Margarida.

O Município de Salinas da Margarida entra em intensidade turística na alta estação, entre Setembro e Março, quando o calor médio supera os 26° C, com águas mornas apropriadas para as atividades náuticas e esportivas.

O sítio é simples (Figuras 32 e 33), com um pequeno centro urbano, onde os turistas praticam pequenas compras e efetuam bastante consumo de bebidas fortes do preparo doméstico - “capeta”, “pinga crua” ou “pileque de folha”, que são parcelas da contribuição do residente para o ecoturista, como recomendado em TRIGO (1996); consomem conhaque, whisky e cerveja – que os populares denominam “a loura”, sucos e refrigerantes em quantidade, reforçando o caixa dos estabelecimentos e os cofres públicos, mediante tributos, como focaliza o estudo do gênero em MENEZES (1979). Utilizam os restaurantes locais, onde se alimentam da culinária típica - caldo de sururu, moquecas de peixe, mariscadas ou feijoada, também da produção doméstica dos nativos, conforme previsto em TRIGO (1996).

Após numerosas rodadas de bebidas, os visitantes passam a se envolver com os residentes, em festa que improvisam juntos, ali mesmo, numa parceria de troca e irrestrita integração, prevista em EGRI & FINFIELD (1998). Fazem tudo isso ao som exótico dos ritmos baianos de “lambada”, “axé”, “forró”, “samba” e outras “badalações frenéticas” que não têm hora para terminar; no dia seguinte todos retomam à mesma rotina do frenesi baiano, que leva o turista a gastar bastante no consumo de bens e serviços naquele local, conforme caracterizado no estudo do gênero apoiado em KREG & HOWKINS (1995).

Tabela 25: Produtos ou atrativos em Salinas da Margarida.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO/ATRATIVO EM ORDEM ALFABÉTICA.	APN	ATAC	ATAT	ATAE
Artesanato de concha de búzios.			*	
Culinária tradicional de moqueca de peixe, mariscada e feijoada.			*	
Danças e ritmos da Bahia, envolvendo nativos e turistas em farras.		*		
Eventos com predominância em competições náuticas.				*
Fauna e flora bem preservadas, para observação e fotoimagem.	*			
Folclore com capoeira, maculelê e samba-de-roda.		*		
Ilha de Dourado para esportes náuticos na BTS.	*			
Povoados de Barra do Paraguaçu com belos balneários.	*			
Quedas d'água em plena praia, para banhos e lazer.	*			
Riachos e lagoas com águas límpidas para o banho e entretenimento.	*			
TOTAL	5	2	2	1

Fonte: BAHIA (2000).

Figura 32: Vista aérea de Salinas da Margarida.



Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

**Figura 33: Centro Comercial de Salinas da Margarida.**



Fonte: Arquivo BAHIATURSA.

Tabela 26: Resumo dos Produtos/Atrativos Ecoturísticos da Brasiléia.

MUNICÍPIO POR ORDEM DO LEVANTAMENTO	APN	ATAC	ATAT	ATAE
1 - Município de Jandaíra.	5	2	2	1
2 - Município do Conde.	6	1	2	1
3 - Município de Esplanada.	2	3	3	2
4 - Município de Entre Rios.	6	2	1	1
5 - Município de Mata de São João.	5	3	1	1
6 - Município de Camaçari.	4	3	2	1
7 - Município de Lauro de Freitas.	3	3	3	1
8 - Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia.	3	4	1	2
9 - Município de São Francisco do Conde.	3	5	1	1
10 - Município de Madre de Deus.	6	2	1	1
11 - Município de Candeias.	2	5	2	1
12 - Município de Santo Amaro.	4	3	2	1
13 - Município de Cachoeira.	2	4	3	1
14 - Município de São Félix	1	6	2	1
15 - Município de Saubara.	6	2	1	1
16 - Município de Maragojipe.	6	1	2	1
17 - Município de Nazaré.	3	3	2	2
18 - Município de Jaguaripe.	5	3	1	1
19 - Município de Itaparica.	5	3	1	1
20 - Município de Vera Cruz.	3	4	2	1
21 - Município de Salinas da Margarida.	5	2	2	1
TOTAL	85	64	37	24
PERCENTUAL DOS 210 PRODUTOS / ATRATIVOS CATALOGADOS.	40,5%	30,5%	18,0%	11,0%

Fonte: BAHIA (2000).

Análise da Tabela 26 - Resumo dos Produtos ou Atrativos Ecoturísticos da Brasiléia, aponta que dez Municípios se destacam pela exuberância dos Atrativos Presentes na Natureza (APN), em COOPER et. all (2001). São Jandaíra, Conde, Entre Rios, Mata de São João, situados na Costa dos Coqueiros; e Madre

de Deus, Saubara, Maragojipe, Jaguaripe, Itaparica e Salinas da Margarida, situados na BTS. Em todos estes locais existem balneários para o turismo de lazer associado ao ecoturismo. Nestes sítios, os atributos estéticos do Ser Ambiental podem ser qualificados para a captação de renda através do turismo sustentável, desde que os municípios controlem a gestão dos espaços, com plano de manejo para o equilíbrio em RUSCHMANN (1997).

Seguindo a análise quanto aos Produtos ou Atrativos Culturais (ATAC), em COOPER et al. (2001), seis municípios se destacam pela riqueza do acervo histórico. Guardam relíquias seculares, embora não se encontrem no estado de conservação compatível para o turismo formal, conforme registro através da observação em estudo do gênero. Exceção seja dada a Salvador, que vem restaurando os seus sítios históricos de modo a devolver ao visitante uma lembrança compatível com a sua perspectiva, obedecendo a ANDRADE (1998). São Francisco do Conde e Candeias se destacam pelo turismo de negócio, pois é sede de parques de serviços industriais do petróleo; se associam ao turismo pela sua proximidade com a Capital Salvador, como geralmente ocorre com outros espaços tratados por TYLER (2001). Cachoeira e São Félix, separados pelo Rio Paraguaçu, são monumentos históricos que deveriam estar conservados para uma melhor qualidade do que se oferece ao visitante. Por último, o Município de Vera Cruz, visualizado com destaque, desde o Mirante da Praça Castro Alves ou do Elevador Lacerda, que são dois pontos turísticos populares da Metrópole; este referido Município é de significativa expressão para os esportes náuticos; porém, se desgasta com a presença de núcleos residenciais sem infra-estrutura suficiente, carente de esgotamento sanitário e tratamento adequado dos detritos, conforme observação *in loco* para estudo do gênero na presente tarefa, que apontou desequilíbrio sistêmico em EGRI & PINFIELD (1998).

Análise dos Atrativos Tradicionais (ATAT), em COOPER et al. (2001), volta a destacar o Municípios de Cachoeira, com o seu artesanato em Madeira Esculpida, Bonecos de Pano e culinária à base do Caruru e Vatapá, comidas afrodecendente de valor na tradição da Bahia. Também se destacam neste Município as celebrações de Festas Religiosas, além da confluência entre o Catolicismo e o Candomblé, que alguns consideram como uma Religião Africana; nesta religião, acreditam na religião do indivíduo aos seus deuses, representados pelos Orixás, que têm equivalência nos Santos Católicos, conforme registro

apropriado em observação do gênero, para este trabalho. Outro destaque é dado ao Município de Esplanada, famosa pelo folclore baseado nas Caretas de Lama, Bumba-meu-boi e Nega Maluca, que surgem nas temporadas de festas populares, como nas Vaquejadas e Micareta - espécie de Carnaval fora de época que os turistas aproveitam para o seu entretenimento e fotoimagem; apropriou-se também, neste Município, a variedade de saborosos doces caseiros em compotas ou tabletes, como também variedade de “Licor”, tudo preparado pelos nativos, à base de frutos regionais, que vendem aos ecoturistas ou exportam para outras localidades, adotando uma parceria similar à que foi configurada em TRIGO (1996).

Análise dos Produtos ou Atrativos de Eventos (ATAE), em COOPER et al. (2001), aponta o “Carnaval da Bahia”, no Município de Salvador, como uma das principais ocorrências do calendário brasileiro (BAHIATURSA, 2000). Sendo esta uma festa de rua liberada a todos, indiscriminadamente, passa a superar o “Carnaval de Passarela”, de rara beleza, porém restritivo, oferecido pelo Município do Rio de Janeiro, Capital do Estado do mesmo nome, situado na Região Sudeste do Brasil (BAHIATURSA, 2000). Outro destaque é dado aos Municípios de São Francisco do Conde e Cachoeira, que firmaram no calendário anual a “Festa de São João”. Neste evento o turista poderá superar a expectativa, assistindo e participando de folias em ritmos sertanejos, como a “Dança de Quadrilha”, os hilariantes “Casamentos na Roça” e o “Forró Rasgado”, com movimentos sensuais. O sítio é transformado em palco de festança sem limite, gluttonia generalizada, onde os turistas experimentam ou se excedem com bebida alcoólica forte, preparada pelos nativos, á bases do fermento açucarado de frutos tropicais com “cachaça crua”, conhecida pelo nome de “Licor de São João”. São igualmente famosas as iguarias juninas, como o curau melado, doce de coco, bolos doces ou salgados, amendoim torrado ou cozido, batata assada, canjica, paçoca, milho assado ou cozido, bastante churrasco de carne bovina, dentre dezenas de outros petiscos da produção doméstica, em configuração similar à que foi estudada em TRIGO (1996). Nesta ocasião, o turista terá que controlar a gula para evitar mal estar, não se esquecendo a deficiência de atendimento médico e de primeiros socorros que predominam nestes sítios turísticos, conforme apontada no PRODESU (2001). Outro destaque para os Eventos encontra-se no Município de Nazaré; o local oferece a famosa “Feira dos Caxixis”, que é uma festa pública, com fanfarra de ritmos baianos e danças carnavalescas ao som do Trio Elétrico. As festas populares transformam

este sítio histórico em um centro de entretenimento significativo no Recôncavo Baiano (BAHIATURSA, 2000); apenas nestas ocasiões os nativos auferem alguma importância monetária, retornando em seguida ao desemprego ou subemprego, já que o sistema local não atende aos princípios básicos do ecodesenvolvimento em SACHS (apud TAYRA, 2002).

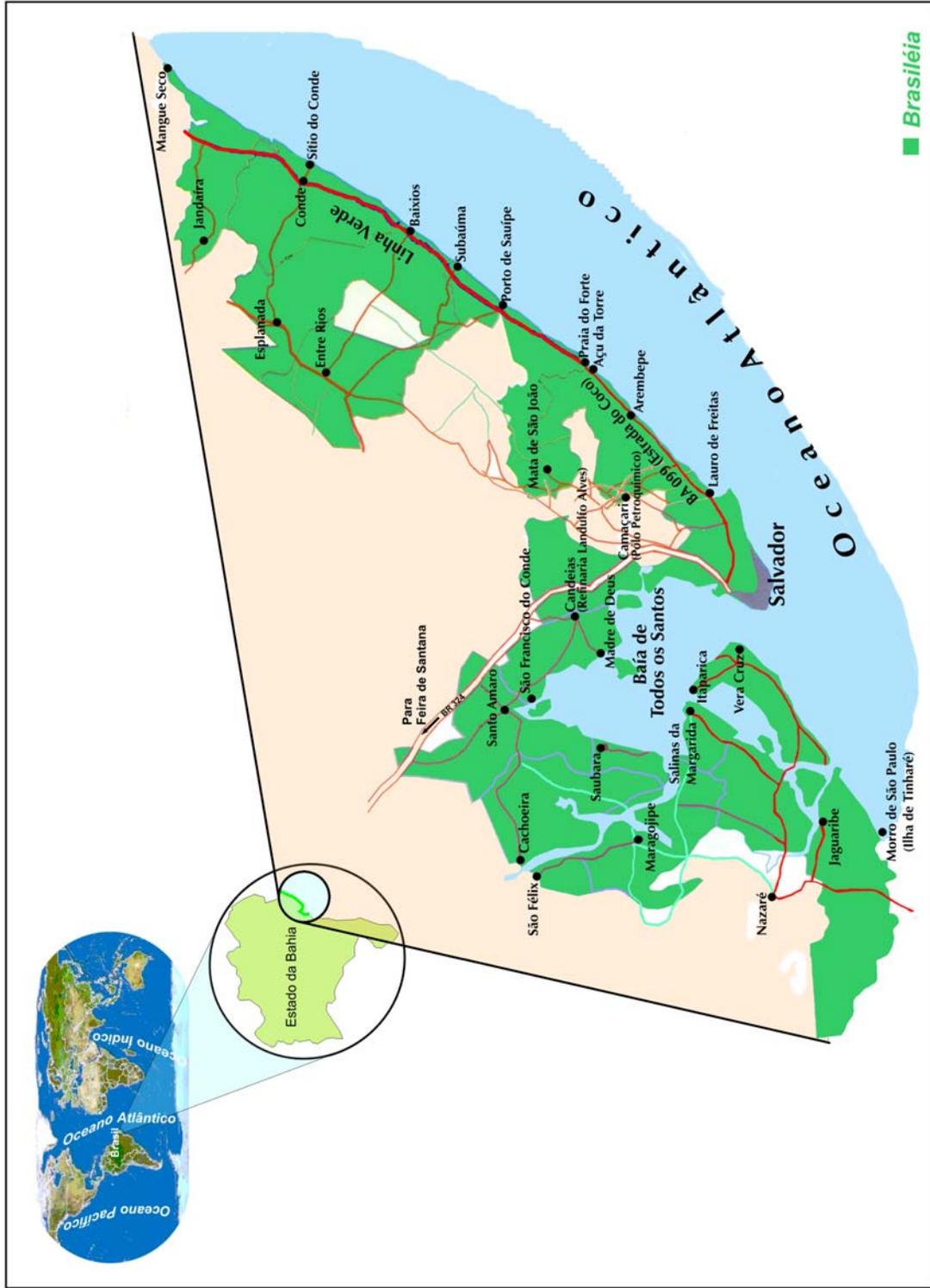
O apontamento acima se fez por observação com registro *in loco*, através de fonte primária atendida para este estudo, ou através de apanhado dos registros da BAHIATURSA. Procurou-se efetuar a análise através de respaldo teórico tratados na revisão de literatura. Não há como negar que a intervenção efetuada na Brasília, através de programas turísticos, focalizou os produtos ou atrativos tratados neste item. Um percentual de 40,5% destes elementos classificados são Atrativos Presentes na Natureza (APN), conforme Figura 34; as três modalidades de Atrativos Artificiais estão representadas percentualmente em 30,5% para Atrativos Artificiais Culturais (ATAC), 18% são Atrativos Artificiais Tradicionais (ATAT) e 11% são Atrativos Artificiais de Eventos (ATAE). É possível que a exploração de todos estes produtos ou atrativos ecoturísticos venham a ensejar impactos positivos ou negativos, conforme poderão ser tratados no presente estudo, em MENEZES (1979), RUSCHMANN (1997), LEMOS (2000) e outros, através do item próprio nesta tarefa.

**Figura 34: APN, representando 40,5% dos produtos ecoturísticos na Brasília**



**Fonte: Arquivo BAHIATURSA.**

Figura 35 **Brasiléia em perspectiva.**



Fonte : PEDRO FILHO ( 2004 ).

### 4.3. – OS IMPACTOS DO ECOTURISMO NA BRASILÉIA.

Este tópico traz os impactos direto ou indireto do ecoturismo sobre a Brasília. Trata dos impactos social, econômico e ambiental. O método de estudo obedece à bibliografia conhecida nesta tarefa.

#### 4.3 1 – Impacto social.

É possível comprovar aqui, que o ambiente geográfico no qual se processa esta investigação, vem passando por profundas transformações sociais, decorrentes do surto desenvolvimentista oriundo do turismo. Constata-se, ademais que, se por um lado, a vasta área frágil reúne rara beleza, no mesmo espaço, a miséria mescla a riqueza do cenário convidativo para a desordem social. O ecoturismo segue na contramão da sustentabilidade, conforme estudo no PRODESU (2001).

Enquanto a estatística vem apresentando desvantagem para os residentes nos vilarejos que se descaracterizam para ceder espaço para a intervenção com investimentos turísticos, os registros mostram os sítios de valor turístico, carentes de infra-estruturas fundamentais como sanitários públicos, coleta e tratamento de lixo, água potável suficiente, atendimento médico e hospitalar, segurança pública, dentre outras. A intervenção sem critério racional incentiva o desalinho da ordem social, exigindo o equilíbrio de interesses entre os grupos em dois extremos, com efeitos como o apresentado na Figura 36. É um dos apontamentos, após estudo do gênero no PRODETUR (2001).

**Figura 36: Excluído do PRODETUR, o homem alimenta-se com lixo nas ruas da metrópole.**



Fonte: Arquivo Jornal A Tarde.

Conforme elementos de pesquisa, é possível atribuir que a intervenção com ações planejadas para ecoturismo na Brasília, resultou direta ou indiretamente com respostas de impactos sociais positivos e negativos, como a seguir.

- Responde negativamente quanto a educação dos residentes.

Dados oriundos da pesquisa popular dirigida pelo Jornal A TARDE, publicado em 16/11/2003, apontou uma taxa de analfabetismo de aproximadamente 45% na Vila Porto Sauípe, local tomado como referência para o presente trabalho. Não resta dúvida que a estatística elaborada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia é discutível, já que no seu Anuário vem apontando uma taxa de analfabetismo inferior ao constatado pela pesquisa popular (Tabela 27), com leve declínio no ano de 2001. Levantado um comparativo entre o analfabetismo na Brasília e na Bahia, constata-se percentual em torno de vinte por cento, de conformidade com dados da SEI (2001).

Foi possível confirmar, através de observação direta entre os residentes, que a causa principal do desequilíbrio social é o analfabetismo e toda a sua decorrência. A falta de treinamento já vinha sendo demandada desde pesquisa anterior, aprovada pelo Comitê Científico e publicada no Congresso Latino Ibero Americano de Investigação de Operações (Concepción – Chile, outubro de 2002). Reputou-se á falta de informação e ao analfabetismo crônico as vias de manipulação política dos cidadãos em validar investida dos obstrutores nas decisões planejadas (PEDRO FILHO, 2002).

**TABELA 27:**

COMPARATIVO DA POPULAÇÃO ANALFABETA ESTIMADA, 1997 - 2001

DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001
A - BRASILÉIA	633.872	603.161	722.887	750.607	727.619
B - BAHIA	2.792.389	2.611.088	3.089.261	3.038.896	2.898.883
C - PARTICIPAÇÃO (%) - (A / B)	22,7	21,6	25,9	26,9	26,1

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO.  
SALVADOR SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SEI, 1997-2001.

Apesar da indicação oficial de um índice variando entre 21% e 27% aproximadamente, referente ao analfabetismo na área levantada, pesquisa popular

do Jornal A Tarde, publicada em 16/1/2003, acusa em 45% o índice de analfabetos na Região da Brasília. Este percentual indica um dos principais motivos do atual insucesso na intervenção através do PRODETUR.

- Responde negativamente na saúde pública.

A população residente nos municípios pesquisados reclamam da falta de atendimento médico e odontológico; crianças e adultos encontram-se expostos a doenças como tuberculose, esquistossomose, dengue e outros tipos, publicados nos boletins da Secretaria de Saúde, disponíveis na Internet através da página <http://www.saude.ba.gov.br/> em registros tímidos, se comparado com o impacto da observação *in loco*.

A maioria dos sítios visitados não possui assistência médica regular. O sistema de saúde é precário mesmo na grande metrópole; tanto os residentes da Capital como dos municípios do entorno recorrem ao SUS para obtenção de serviços insuficientes, o que tem levado a críticas nos jornais locais. Desde a implantação do Pólo Turístico de Sauípe, a associação de moradores da Vila referencial deste trabalho (Vila Porto Sauípe), aguarda a instalação de um Posto de saúde pública para atendimento regular dos residentes.

- Responde negativamente a segurança pública.

A Vila Porto Sauípe, tomada como referência neste estudo, reclama da insegurança que se vem predominando do local. O Jornal A Tarde de 16/11/2003, denuncia a falta de tranquilidade provocada por sacoleiros que se investem contra a vila; somando-se aos desempregados remanescentes das obras do Complexo de Sauípe, todas estas pessoas estranhas ao lugar, implementam a marginalidade no pacato povoado. A falta de policiamento oferece preocupação para aqueles que desejariam continuar o seu cotidiano longe da pressão de baderneiros que recorrem nos fins de semana para usufruir da praia e dos demais atrativos. A situação não é diferente nos demais municípios, o que vem motivando o distanciamento de turistas temerosos de envolver-se com incidentes, conforme registro do gênero obtido através de entrevista.

- Responde negativamente na taxa de desemprego.

Nos últimos anos a taxa de desemprego dos municípios situados na Brasília, inclusive Salvador, resultou no mesmo fenômeno; o incremento poderá ser comparado entre a Metrópole Salvador e os demais municípios. Estudo comparado com o país não se fez possível por falta de dados estatísticos. Porém, foi localizada a taxa de desocupados do Estado de São Paulo, para uma comparação relativa (Tabela 28 ).

**TABELA 28:**

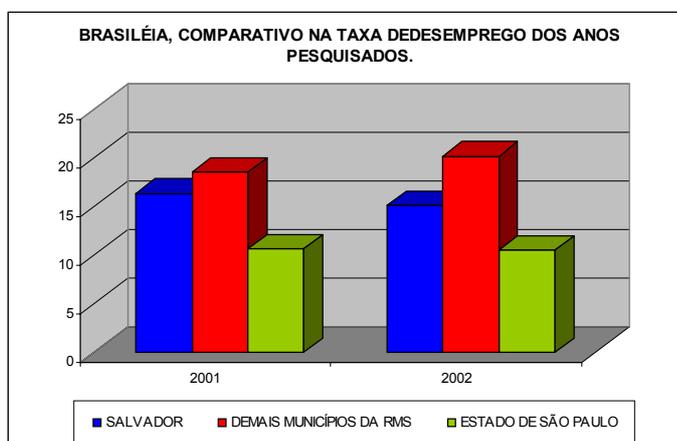
BRASILÉIA, COMPARATIVO NA TAXA DE DESEMPREGO DOS ANOS PESQUISADOS.

INDICAÇÃO	2001	2002
A - SALVADOR	16,3	15,1
B - DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMS	18,5	20,1
C - ESTADO DE SÃO PAULO	10,6	10,5
D - COMPARATIVO (A-C)	5,7	4,6
E - COMPARATIVO (B-C)	7,9	9,6

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO - SEI/BA.  
ANUÁRIO ESTATÍSTICO - IBGE.

Do quadro comparativo ora apresentado, para o ano de 2001 o incremento relativo entre o desemprego em Salvador com relação ao Estado de São Paulo é de 5,7% e os demais municípios do entorno de Salvador com relação ao mesmo Estado é de 7,9%. Para o ano de 2002, esta relação fica de 4,6% e 9,6% respectivamente. É possível ainda a demonstração gráfica dos dados registrados (Gráfico 1).

**Gráfico 1**



Fonte: SEI

O número de desempregados é significativo, já que os investimentos sociais previstos pelo PRODETUR não prognosticaram tal discrepância; muito pelo contrário, ficou estimado que se a população implementasse 10% das necessidades do Complexo de Sauipe, por exemplo, a sua renda cresceria de 0,5 Salário Mínimo para 3,0 Salários Mínimos (BAHIATURSA). A ocorrência comprova o efeito inverso, ou seja, desemprego substituindo o incremento de renda.

- Responde negativamente na organização da população.

As favelas avançam indiscriminadamente, trazendo multivariados problemas sociais para a população residente, com reflexo negativo perante o interessado visitante (PRODESU). Conseqüências outras surgem, como a falta de abastecimento d'água potável, carência de saneamento básico, como nos municípios de São Francisco do Conde, Jandaíra, Conde e outros.

A miséria também se alarga, refletindo na cidadania dos residentes. Entrevistados se declararam desmoralizados. Registro comprova o desamparo, enquanto em muitos municípios pesquisados, quase metade da população sobrevive de doações efetuadas por entidades assistenciais ou são socorridas por Cestas Básicas, cedidas graciosamente pelo poder público.

- Responde negativamente no preparo dos residentes para a hospitalidade.

Inobstante seja a população residente constituída de indivíduos virtuosos, descontraídos e festeiros, são dados a hábitos que consideram corriqueiros. Assim, fazem suas necessidades fisiológicas em plena via pública, agredindo normas de conduta; picham os muros, danificam os equipamentos públicos (telefones, bancos de praça, pontos de ônibus, etc.), expressando desprezo pelos bens utilizáveis pelos visitantes e demais interessados; se dão á prática de “baba” em plenos jardins das cidades, destruindo o verde que alguns municípios conseguem implantar no meio ambiente artificial.

- Responde negativamente contra o êxodo rural.

Salvador, a grande metrópole, recebe pesado contingente populacional, que poderia estar distribuído proporcionalmente entre os demais municípios do entorno. A intervenção através do PRODETUR não reverteu este gravame e, porque não integra o residente, contribui para o impacto negativo. Na Brasília, este inchaço resulta em bolsões de miséria que rondam aos condomínios de luxo construídos, configurando uma extensão caótica desde Salvador em direção à Costa dos Coqueiros. É comum encontrar famílias de pedintes nos calçadões da Capital, idosos expostos à situação degradante (Figura 37), enquanto cobram providências que garantam a sua subsistência no seu local de origem.

**Figura 37: Manguezal improdutivo induz ao êxodo rural.**



Fonte: Reginaldo Pereira. Arquivo A Tarde de 16/10/2002.

#### 4.3.2 – Impacto econômico.

Notas dos jornais e noticiários acusam que os visitantes esmagam os residentes, trazendo desconforto a todos. Não há como negar que nas suas malas vem também a contribuição para a formação do emprego e renda dos vilarejos que visitam. A expectativa econômica poderá ser considerada.

Observação aponta que os empreendedores submetem-se a condições voltadas para os interesses de grupos influentes, que definem a forma sem conhecer, e impõem regras que desconhecem. Como consequência, as áreas de valor inestimável são exploradas para fins imobiliários, para a qualidade de vida de poucos, em detrimento do interesses da maioria da população. Como se encontram os atributos naturais oferecidos gratuitamente em comum a todos? Qual é a expressão econômica que a exploração destes atributos vem perfazendo atualmente? O fato é que, sem uma fiscalização eficiente sobre as atividades econômicas, os interessados passam a ocupar os espaços acima da capacidade de saturação com reflexo negativo sobre o ecossistema. Passam a confundir atividade econômica ecoturística com a mera exploração imobiliária; senão vejam o avanço indiscriminado das construções residenciais sobre áreas preserváveis na Brasília, que chamam de “área nobre do litoral baiano”, cujos panfletos do seu *marketing* são inseridos neste trabalho (Figuras 38 e 39), enquanto a população clama contra o desordenamento turístico (Figura 40).

Figura 38: Exploração Imobiliária I.

RESIDENCIAL  
**VIVENDAS DO JOANES**

Casas de 2 e 3 quartos próximo a Busca Vida a partir de R\$ 393,00 mensais

Obras iniciadas

- Chube privativo
- Piscina
- Bar
- Sala de jogos
- Quadra poliesportiva
- Guarita de segurança

674-1140

Visite casa decorada. Stand de vendas no local

Figura 39: Exploração Imobiliária II.

ONDE O RIO ENCONTRA O MAR,  
É VOCÊ, A FELICIDADE.

**PLANETA ÁGUA RESIDENCE**

Planeta Água Residence,  
Apartamentos de 1 e 2 quartos (duplex) na Estrada do Coco às margens do Rio Jacupe com completa estrutura de lazer.

A partir de R\$ 38.300,00. Mensais a partir de R\$ 390,00.

- Moradia com garagem e portão
- Piscina com deck/lazer
- Quilômetro poliesportivo equipado de lazer
- Campo de futebol society
- Sala de jogos e salão de ginástica
- Muito campo de golf
- Parque infantil
- Restaurante
- Garagem com elevador
- Sistema de internet
- Central de energia
- Central de gás

Guene Mendes

Av. Magalhães Neto, Praia Forte Center, Tel. 348.1030 • Fone 80.1004 - Av. 30 da Estrada do Coco - Tel. (080) 71.678.2223

Fonte: distribuição pública nas sinaleiras da Capital.

Figura 40: Denúncia contra Turismo desordenado.



FONTE: Jornal A Tarde 16/02/2003.

O ápice da questão se instaurou com a implantação de complexos hoteleiros para atender ao turismo (Figura 41), enquanto a contrapartida da sustentabilidade continua sem identificação, já que a miséria ronda os investimentos sem critérios (Figuras 42 e 43).

Figura 41: Complexo de Sauípe.



FONTE: BAHIAUTURSA.

Figura 42: Vila sem infra-estrutura.



FONTE: PRODESU.

Figura 43: Expansão de Favelas.



FONTE: Jornal A Tarde.

Outrossim, como consta no relatório do PRODESU (2001), um percentual de 37,5% da população no Município do Conde e 43,8% no Município de Jandaíra sobrevivem de Cesta Básica (Tabela 29), porquanto proibida de caçar e desprovidas da equipagem para a pesca na região. Jornal A Tarde de 16/11/2003 divulgou resultado de pesquisa que efetuou na Brasiléia, dando conta de que aproximadamente 56% da população residente não possui rendimento e que 23% dos indivíduos ganham menos de um Salário Mínimo. Porém, quando em visita aos referidos locais, contatou-se a riqueza para um cenário ecoturístico sustentável. Um novo ordenamento econômico seria proposta significativa para reverter o quadro de municípios como estes, encorajando os micro e pequenos empresários a trazerem a sua contribuição para a sinergia do turismo rentável.

**TABELA 29: Composição de Renda na Brasiléia.**

Posição	Conde		Esplanada		Jandaíra	
	Tipo	%	Tipo	%	Tipo	%
1	Pesca	41,9	Roça	67,4	Roça	57,8
2	Roça	39,0	Pesca	41,9	Cesta básica	43,8
3	Cesta básica	37,5	Frutas	32,6	Pesca	40,7
4	Frutas	30,9	Cesta básica	2,3	Frutas	28,1
5	Artesanato	9,6	Artesanato	2,3	Ñ	Ñ

**FONTE: PRODESU (2001).**

Dados levantados indicam que os novos empreendimentos que surgem em regiões tradicionalmente ecoturísticas, como na Brasiléia são, na maioria, de grande porte. Por isso tende a esfacelar os negócios dos micro e pequenos empreendedores. Não poderia ser diferente, salvo quando estes negócios surgem como apoio satélite a outros empreendimentos. Não há porque os micro e pequenos empresários vir a competir com os complexos instalados, senão trazer a sua parcela para a formatação de uma rede de entrega de matéria prima, serviços de apoio e de fornecimentos diversos, completando uma cadeia produtiva na Brasiléia. Porque não ofereceu reconfiguração na geração de emprego e renda suficiente, o impacto econômico negativo se aflorou na Brasiléia após o PRODETUR.

Impactos econômicos positivos são emergentes neste estudo. Constatou-se, ainda, que a atividade agropastoril tem atraído número crescente de ecoturistas. A BAHIATURSA cadastrou 30 propriedades que recebem turistas para o entretenimento com a realidade agrícola, sua forma de vida, cenários bucólicos e rotina simples. Não há como negar que este tipo de motivador incrementa a conservação ambiental e permite a troca de informação, elevando, cada vez mais, a consciência preservacionista. Estas iniciativas, discutidas também entre produtores agropastorís sediados nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, impulsiona multiplicador para adicionar em seus empreendimentos a atividade ecoturística (BAHIA, 2001).

A BAHITURSA ofereceu dados econômicos oriundos de fontes confiáveis, como o Centro de Estudos do Turismo Brasileiro. Ali o turismo é a maior indústria privada do globo, movimentando no Brasil US\$ 45 bilhões anuais, 8% do PIB em 2002, com reflexo em 52 setores; é responsável por 6 milhões de empregos. Estima-se que alcance 12% do PIB até o ano 2005, quando movimentará 660 milhões de pessoas. A participação do turismo na Brasília é de 58,55% e o ecoturismo cresce na ordem de 20% ao ano. Esta apropriação desencadeia expectativa, uma vez que os povos buscam o exótico e espaços a serem descobertos, oportunidade em que encontrarão o patrimônio natural para desfrute e novas conquistas (BAHIATURSA, 2000). Foi ainda observada a conexão com o turismo de negócio.

A implantação de pólos como o petroquímico e automotivo, na RMS, de informática no município de Ilhéus, ao sul do Estado e de indústria de base no Centro Industrial de Subaé, no município de Feira de Santana, comprova tal observação. Não existe dúvida de que é possível também a concepção de desenho promissor para a Indústria Ecoturística. As relações internacionais decorrentes do seu espaço exportador colocaram o meio ambiente como destaque para a produção do turismo em geral e em particular o ecoturismo. Centenas de resorts, hotéis e demais estruturas começam a dar forma a uma possível captação de divisas. A utilização sustentada do meio ambiente certamente confirmará, em futuro muito próximo, o maior peso na economia do Estado, em função do fluxo de seus agregados. A sua condição de produtor periférico passará a ser, em última análise, a mesma já prevista em estudos da CEPAL para outros países (BAHIA, 2001).

Seguindo o mesmo critério de estudo, é evidenciado a predominância de impactos econômicos, tanto positivos quanto negativos, resultantes de intervenção direta ou indireta do planejamento para o ecoturismo na Brasiléia. As respostas são trazidas a este trabalho.

- Responde positivamente ao receptivo, com a chegada de visitantes de vários países.

Estes visitantes, oriundos de diversos países do mundo, trazem na sua bagagem os recursos financeiros que implementam a economia dos municípios situados na Brasiléia. A receita gerada pela estada destes ecoturistas é expressiva para a sustentação das atividades públicas, além de provocar uma sinergia direcionada para o progresso do comércio local e entre os prestadores de serviços em geral (BAHIATURSA, 2000).

- Responde positivamente ao fluxo de riquezas.

Não há como negar que o movimento de navios e mercadorias nos portos (Tabela 30), bem como nos aeroportos (Tabela 31), indica o interesse dos visitantes turistas ou não, para com as riquezas e atrativos da Brasiléia. Esta movimentação notifica para a vantagem dos negócios em uma região de expressiva representação ecoturística (SEI, 2003).

**TABELA 30**

MOVIMENTO DE NAVIOS E MERCADORIAS - BAHIA  
1995/2002

ANO	NAVIOS (UN)	EXPORTAÇÃO (T)	IMPORTAÇÃO (T)
1995	1.967	6.405.626	9.538.919
1996	1.915	6.228.290	10.701.508
1997	1.887	6.489.348	11.412.321
1998	1.924	8.008.857	12.720.419
1999	1.919	7.924.404	13.844.569
2000	2.014	8.517.950	12.584.796
2001	2.061	8.521.233	14.785.528
2002	2.155	9.262.640	14.769.844

FONTE: CODEBA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2003 - SEI/BAHIA

A estada dos visitantes, em negócio na Bahia, pesam sobre a efetivação do turismo em geral, e em particular o ecoturismo na Brasiléia. O expressivo número

de navios, o volume nas exportações e importações, refletem o interesse de empreendedores em gerar negócio na Região. Conceitos cepalinos já vinham sustentando a afirmação do crescimento na circularidade dos negócios na direção do turismo sustentável. O fluxo de passageiros nos aeroportos na Bahia, vem sendo crescente e dinâmico (Gráficos 2 a 4); demonstra que o visitante vem preferindo a Bahia, gerando riquezas para a Região.

**TABELA 31:**

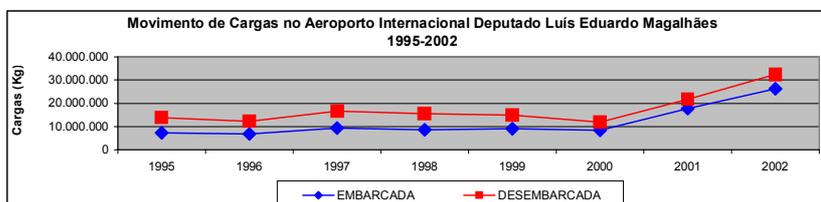
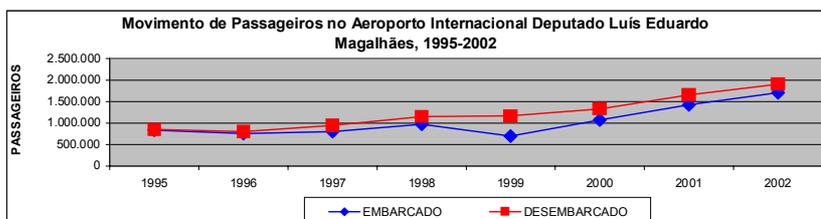
MOVIMENTO DE PASSAGEIROS, CARGAS E CORREIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SALVADOR 1995 / 2002

ANO	PASSAGEIROS		CARGA (KG)		CORREIO (KG)	
	EMBARCADO	DESEMBARCADO	EMBARCADA	DESEMBARCADA	EMBARCADO	DESEMBARCADO
1995	833.944	855.995	7.245.493	13.684.516	7.629.214	7.169.221
1996	760.561	801.341	6.845.693	12.139.414	7.503.918	6.016.730
1997	802.668	945.633	9.402.156	16.670.876	8.237.874	7.351.463
1998	973.150	1.153.098	8.586.717	15.496.267	9.327.237	8.699.796
1999	695.758	1.172.296	8.947.596	14.788.126	9.642.485	10.088.762
2000	1.072.933	1.331.096	8.449.864	11.780.355	10.457.253	10.481.182
2001	1.422.412	1.658.898	17.680.841	21.659.437	5.154.909	3.987.773
2002	1.702.674	1.906.933	26.218.703	32.339.642	2.486.925	2.013.452

FONTE: INFRAERO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2003 - SE/BA

**Gráficos 2 a 4: Movimento Passageiros, Cargas e Correios respectivamente.**



Dos que aqui chegam, anualmente, 20% dos entrevistados declararam que vieram motivados pelos atrativos naturais que conheceram através de fotografias. Portanto este é o percentual que atrai o ecoturista desejoso de contato com o meio ambiente. O movimento dos passageiros, cargas e correios mantidos no aeroporto que serve à Bahia em geral e em particular à Brasiléia, confirma um fluxo crescente e dinâmico, entre os anos de 1995 e 2002, com representação maior para o desembarque, o que significa que o visitante turista ou não, efetuou negócios com reflexo no receptivo turístico (SEI, 2003).

- Responde positivamente à geração de receita para os municípios.

Levantamento efetuado nos anos de 1997 a 1999, aponta elevação contínua, embora tímida, da Receita Corrente dos municípios situados na Brasiléia (Tabela 32). Não resta dúvida que este cenário é um resultado da participação dos setores da economia, inclusive a turística, favoráveis ao desempenho orçamentário dos tributos municipais (TCM, 2000).

Os dados de receitas correntes municipais, oferecem destaque para a Capital Salvador, seguida dos municípios de Camaçari e São Francisco do Conde. Saliente-se que a representatividade turística recai sobre Salvador, cuja receita é reforçada pelo comércio e serviços dominantes, e Camaçari, com o reforço dos tributos provenientes do desempenho do Pólo Petroquímico ali instalado (TCM, 2000).

A exploração petrolífera reporta a geração de receita para São Francisco do Conde, que sofreu um abrupto declínio no último citado ano, com representatividade inexpressiva para o turismo, inobstante as suas tradições histórica e cultural, relevantes para o turismo em geral e o ecoturismo em particular. Quanto ao Município de Jandaíra, predomina-se uma defasagem de dados já que somente após o PRODETUR este lugar passou a figurar nas estatísticas oficiais; porém haverá de ser salientado a estética do meio ambiente ali predominante e a APA de Mangue Seco, listados como expressivos produtos ecoturísticos da Brasiléia.

Os Municípios de Entre Rios, Mata de São João e Salinas da Margarida, considerados como *point* da Brasiléia, tiveram a sua receita dobrada até o terceiro ano

elencado. O Município de Itaparica triplicou a sua receita; é ali onde está situado o Club Med, pioneiro em sofisticação ecoturística no Nordeste.

**TABELA 32:**

BRASILÉIA, RECEITAS CORRENTES POR MUNICÍPIOS, 1997-1999.

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
CACHOEIRA	3.410	4.943	5.550
CAMAÇARI	130.522	132.936	143.640
CONDE	2.391	3.374	3.743
ENTRE RIOS	5.924	8.794	11.521
ESPLANADA	5.057	7.371	8.693
ITAPARICA	2.896	4.561	6.623
JAGUARIPE	2.161	2.948	3.418
JANDAÍRA	0	1.777	0
LAURO DE FREITAS	27.184	41.224	41.518
MADRE DE DEUS	26.512	26.446	22.639
MARAGOGIPE	3.896	6.365	5.615
MATA DE SÃO JOÃO	5.827	9.387	10.776
NAZARÉ	4.841	5.678	5.692
SALINAS DAS MARGARIDAS	1.523	2.210	3.257
SALVADOR	578.466	643.424	650.782
SANTO AMARO	9.205	11.754	13.739
SÃO FÉLIX	2.232	3.046	3.474
SÃO FRANCISCO DO CONDE	59.225	57.836	37.842
SAUBARA	1.848	2.603	2.927
VERA CRUZ	6.181	7.710	9.655
<b>TOTAL BRASILÉIA:</b>	<b>2.504.131</b>	<b>3.315.596</b>	<b>3.537.117</b>

FONTE: TCM - INFORMAÇÕES MUNICIPAIS 1999 - ANO IV, Nº 4.

- Responde positivamente à implementação de obras civis.

Diversas obras de infra e superestrutura vem sendo implementadas com o advento do PROTEDUR. São obras de modernização, restauração e de melhoria que refletem na qualidade da atividade do turismo em geral; são representativas para o ecoturismo na Brasiléia, já que possibilita acesso, abastecimento e outros interesses dos residentes e visitantes. Resultam em abertura de novas vagas de emprego, geram renda para os municípios onde tais obras são implementadas, enquanto supre os cofres municipais com a tributação pelas obras faturadas. As

obras do Programa Baía Azul, restauração do Centro Histórico de Salvador, modernização e ampliação do Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães, construção da Linha Verde (BA-099) e da Estrada do Coco, instalação do Complexo de Sauípe dentre outras, significaram benefícios fundamentais para o ecoturismo na Brasiléia.

- Responde negativamente à plano alternativo para o turismo em geral e em particular o ecoturismo.

Os atentados de 11 de Setembro de 2001, que se abateram sobre os Estados Unidos da América, motivaram a quebra de importantes operadoras do turismo mundial. Como conseqüência, a economia turística de países como o Brasil, ficou severamente estagnado. No particular da Brasiléia, o risco de quebra se fez maior, haja vista a sua insipiência com a recém implantação do Complexo Hoteleiro de Sauípe. Entretanto, a inexistência de um plano estratégico alternativo contribuiu para o sensível declínio do turismo formal na Brasiléia. A intervenção não proveu um “plano B”.

- Responde negativamente ao implemento de novas empresas.

Analisando o número de empresas constituídas na Bahia, entre 1995 e 2002, constata-se que as prestadoras de serviços ocupam a segunda classificação na ordem, superada apenas pelo número das empresas de comércio varejista (Tabela 33).

**TABELA 33**

EMPESAS CONSTITUÍDAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NA BAHIA  
1995 / 2001

ATIVIDADES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>26.159</b>	<b>24.356</b>	<b>32.147</b>	<b>30.261</b>	<b>31.697</b>	<b>30.228</b>	<b>31.833</b>	<b>29.514</b>
AGROPECUÁRIA	225	139	184	104	92	85	164	153
EXTRAÇÃO VEGETAL	28	23	31	8	9	14	17	13
PESCA E AQUICULTURA	0	0	3	3	6	1	6	22
INDÚSTRIA EXTRATIVA	63	43	75	50	63	42	78	102
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	2.159	1.959	2.238	1.875	1.808	1.338	2.096	1.650
CONSTRUÇÃO CIVIL	715	695	1.178	1.204	949	790	1.310	868
COMÉRCIO VAREJISTA	13.355	13.212	16.263	15.219	16.314	14.405	15.768	15.030
COMÉRCIO ATACADISTA	819	688	1.205	1.119	1.221	1.111	1.188	1.458
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	212	219	266	244	245	310	456	220
TRANSPORTES	443	460	837	996	655	562	979	872
COMUNICAÇÃO	62	58	82	74	118	61	111	80
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.119	5.969	8.697	8.327	8.210	7.144	8.375	7.943
ENSINO	543	549	511	491	450	369	474	497
OUTRAS ATIVIDADES	421	342	577	547	1.557	3.996	811	606

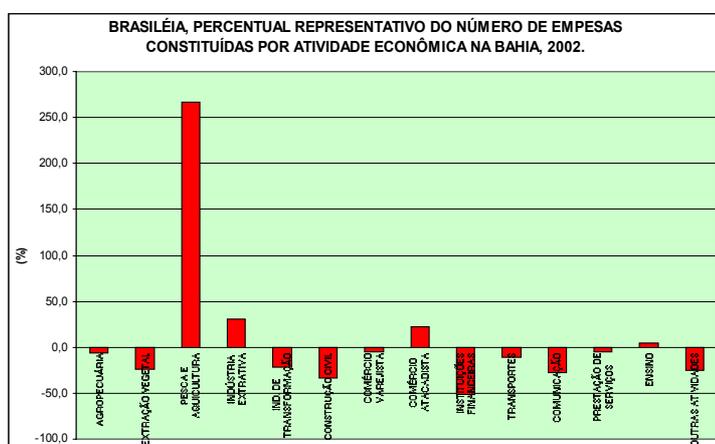
FONTE: JUCES/SIARCO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO - 2003 - SEI/BAHIA

Dentre as prestadoras de serviços, encontram-se os hotéis, resorts, pousadas, restaurantes, bares, cafés, quituterias, pizarias, sorveterias e cinemas à disposição dos residentes e visitante. Outrossim, não resta dúvida da influência que o comércio atacadista exerce no abastecimento de complexos hoteleiros, como o Complexo de Sauipe, por exemplo. Ambas segmentações empresariais oferecem reposta à intervenção do planejamento turístico. A retração no número de empresas constituídas nestes segmentos pode representar impacto negativo da intervenção, isso em decorrência da expectativa dos empresários nos diversos ramos (SEI, 2003).

Portanto, considerando tais reflexões, a resposta é negativa com referência ao implemento de novas empresas. No geral, ocorreu no ano de 2002 pesquisado (Gráfico 5), um surto de retração de novas empresas. Analisando o gráfico referente ao percentual representativo do número de empresas constituídas por atividade econômica na Bahia, seria possível ponderar algumas evidências.

**Gráfico 5**



FONTES: SEI (2003).

Primeiro, destaque para aquelas do ramo de pesca e aquicultura; inobstante representar maior percentual de crescimento, contribuindo significativamente para o suprimento de complexos hoteleiros, a sua magnitude se processa com relação a piscicultura em cativeiro, na região do São Francisco. A informação é oriunda dos próprios pescadores residentes nos vilarejos da Brasiléia (Figura 44), que condenam a falta de apoio para a pesca artesanal, inexistência de incentivo às cooperativas pesqueiras e abandono da atividade pelo poder público. Segundo, a atividade da indústria artesanal não foi listada no levantamento oficial.

Inobstante, a atividade de produção artesanal ressurgiu na Brasiléia com impacto, como fonte de desenvolvimento local (Figura 45), gozando de apoio do Instituto de Hospitalidade. Terceiro, a observação sobre o surgimento de novas empresas de ensino; de fato, a abertura para novas Faculdades de Turismo, por exemplo, vem saturando o mercado de formação de mão-de-obra para este setor; ademais, o caráter exclusivamente empresarial das Instituições de Ensino, vem sobrepondo o de pesquisa; os currículos acadêmicos em Cursos de Turismo, expõem a carência de profunda revisão, de modo a atender um mínimo de exigência do mercado e evite a importação destes profissionais para atender empreendimentos na Brasiléia. Com referência às empresas de ensino, registre-se o considerável número de cursos de turismo e hotelaria empreendidos na Bahia, em apoio à formação de mão-de-obra especializada, embora reconheçam-se a carência das instituições superiores em promover a qualificação no nível exigido para certificação em padrão internacional exigida na Brasiléia.

**Figura 44: Pescadores em Praia do Forte.**



**Foto de Humberto Filho.  
Arquivo da BAHIATURSA**

**Figura 45: Mulher rendeira em bilros, na Ilha de Maré.**



**Foto de Aristides Alves  
Arquivo da BAHIATURSA.**

- Responde negativamente à mão-de-obra no nível estratégico.

As evidências apontam que a maioria dos indivíduos em cargos diretos dos resorts e hotéis importantes, estabelecidos na Bahia e em particular na Brasiléia, são ocupados por profissionais oriundos de outros estados ou países. O fato provoca descompasso na absorção da mão-de-obra elaborada na Bahia, enquanto exclui o prestígio dos turismólogos formados em Faculdades locais.

Outrossim, checando Currícula pedagógicos, constata-se a necessidade de adequação às necessidades no perfil mínimo – poucos incluem disciplinas de ecoturismo e desenvolvimento sustentável.

Inobstante o funcionamento do FEAT – Fórum dos Cursos de Turismo, agregando os estabelecimentos de ensino superior, é predominante a insipiência de conceitos estratégico; a maioria dos cursos para a formação superior em turismo, estão sob a liderança de coordenadores pueris, que padecem do perfil técnico-científico ideal – raros detêm mestrado em Turismo. Exceção para duas Faculdades levantadas – FACTUR e FIB (Figura 46); a primeira é referência no país e a segunda se impõe como a grande solução para a qualidade de mão-de-obra em turismo; ambas poderiam ser trazidas pelo PRODETUR para, em parceria, reverter o impacto negativo ora tratado; porém nenhum doutor na área foi localizado durante este trabalho, enquanto a especialização permanece sob a ótica meramente conceitual. Soma-se ao fato, a absoluta carência de pesquisa no ramo, tanto na graduação como na pós-graduação. Toda esta realidade que leva à importação de profissionais competentes para a tarefa na Brasília. Portanto, este quesito aponta para um confronto aos princípios da elaboração de sistema social em SACH (1986); tal impacto negativo tem como consequência os efeitos apropriados neste tópico.

**Figura 46: Sede da FIB em Salvador.**



Fonte: INTERNET, página <http://www.fib.br/>

#### 4.3.3 – Impacto ambiental.

Neste tópico serão estudados os impactos ambientais apropriados neste trabalho. Primeiro, os impactos positivos e a sua influência para o sucesso do ecoturismo na Brasiléia. Depois, os impactos negativos e seus efeitos sobre o turismo sustentado. Prossequindo o mesmo critério de estudo é evidenciado a predominância de impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos; são resultantes de intervenção direta ou indireta do planejamento para o investimento em ecoturismo na Brasiléia. As respostas são igualmente trazidas a este trabalho.

- Responde positivamente ao surgimento de áreas de preservação.

Conforme informação colhida junto à Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis na Bahia, três Parques Nacionais - o Parque do Descobrimento, o Parque do Pau Brasil e o de Abrolhos constituem novos destinos que podem ser visitados pelos amantes da natureza, que encontram no ecoturismo os atrativos para o seu entretenimento. O Ministério do Meio Ambiente vem consolidando a implantação de mais dois Parques, que são o Parque Nacional da Chapada Diamantina e o Parque Nacional do Monte Pascoal; estes se estendem sobre consideráveis áreas preservadas que, na perspectiva do presente estudo, podem ser destinadas à configuração do espaço industrial do ecoturismo. Até a conclusão desta pesquisa, foram somados mais nove parques estaduais e sete municipais e ainda cinco reservas florestais, sendo duas federais, duas municipais e uma estadual; são ainda incluídas neste levantamento duas estações ecológicas e oito reservas florestais particulares.

Registros obtidos junto à Secretaria do Turismo/SUDETUR, a área total utilizável para fins ecoturísticos é de 24.056 km<sup>2</sup> na Bahia, e 9.751,8 na Brasiléia. Representa o dobro da área protegida de Costa Rica, país de referência internacional na atividade ecoturística.

Autoridades do Centro de Recursos Ambientais - CRA, informaram que até o ano de 2000 foram implantadas 25 Áreas de Proteção Ambiental, sendo 22 instituídas por decreto estadual e 3 por decretos municipais. A inovação de estradas em áreas preservadas, como as de Livramento-Rio de Contas, a Ilhéus-Itacaré e a Porto Seguro-Trancoso, obedecendo aos critérios ambientalistas permitem a

chegada aos diversos sítios naturais localizados no Estado. Na Brasília existem dezenas de APA, onde o Poder Público vem desenvolvendo esforço para manter nos padrões previstos na norma aceitável, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer áreas exóticas, plantas, pássaros e outros animais raros, além da beleza natural existente no circuito de Salvador e Entorno.

- Responde negativamente à consciência ecológica das autoridades municipais na maioria dos municípios da Brasília.

Os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Dias D'Ávila vêm passando por uma considerável cobertura verde. Belas praças têm sido edificadas, todas com tratamento paisagístico, exibindo cenário exemplar para os que visitam estes sítios turísticos. O meio ambiente artificial nestes espaços tem sido tratado com respeito à ecologia, com providências que atestam decisões positivas das autoridades e lideranças locais, em comprometimento com a natureza pura. São municípios situados no eixo da grande metrópole. Ênfase deve ser dada ao nível de consciência ecológica das autoridades do município de Salvador; vêm restaurando as principais praças da Capital, contribuindo para a valorização cênica do seu traçado, associando ao encanto da Baía de Todos os Santos. Nestes últimos dois anos, a metrópole vem passando por uma transformação ímpar, graças à dinâmica das obras ambientalistas, implemento este que não foi experimentado por nenhuma outra capital do nordeste brasileiro. Inobstante, resta a pendência em instaurar outras ações que completariam a excelência ecológica em Salvador e demais municípios do entorno, como água tratada, esgotamento sanitário e a questão do lixo. Este tratamento diferenciado oferecido à Capital deveria se estender a todos os demais espaços que recebem visitantes, o que não vem ocorrendo. Conforme estudo do gênero, os demais municípios da Brasília continuam sem qualquer tratamento que justifique consciência ecológica por parte das lideranças locais.

- Responde negativamente ao tratamento de lixo, detritos e saneamento.

Apesar dos esforços desenvolvidos pela CONDER para resolver o problema de tratamento e reciclagem do lixo, este continua sendo um agravante para a imagem oferecida ao visitante ecoturista, na maioria dos municípios situados na Brasília. O acúmulo de detritos está trazendo vetores perigosos; o mau odor e chorume prejudicam o aspecto ambiental de municípios de vocação turística, enquanto as doenças decorrentes passam a ser uma constante preocupação para todos os interessados no turismo sustentável na Brasília. Registram-se obras de saneamento insipientes desde a Capital, com esgotos correndo a céu aberto nas principais vias da Cidade, detritos canalizados para a Baía de Todos os Santos (Figura 47) e a ocorrência de constantes publicações em jornais dando conta de esgotos atirados em áreas preserváveis (Figura 48).

**Figura 47: Canal lança poluentes na BTS.**



**Foto: Antônio Queirós.  
Fonte: Jornal A Tarde, 09/04/2002.**

**Figura 48: Dejetos lançados na Reserva Ecológica do Pituaçu.**



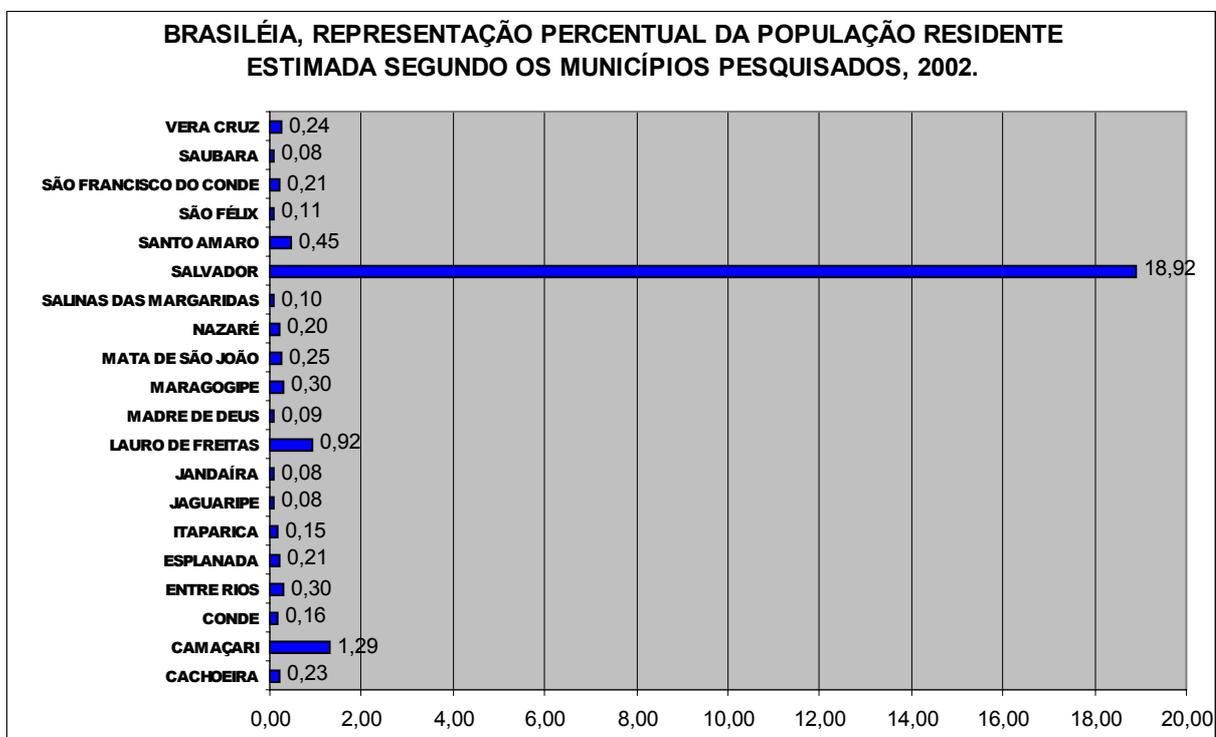
**Foto: Geraldo Ataíde.  
Fonte: Jornal A Tarde, 22/05/2002.**

- Responde negativamente ao rearranjo da população residente em Salvador.

Pesquisa em trabalhos técnicos e outros relatórios junto a diversos organismos como a CONDER e SEMAD, fez possível compreender melhor o rearranjo da população residente em Salvador. Exceto os bairros estendidos sobre a

Bacia do Jaguaribe, como Patamares, Piatã, Itapuã e Bairro da Paz, os demais constituem o chamado miolo de Salvador. Estão entre a BR 324, a Avenida Paralela e o limite norte da cidade. Neste miolo ainda ocorre, “[...] concentração expressiva de população de baixa renda sem a necessária contrapartida de oferta adequada de serviços públicos e organização territorial”, conforme dados apurados na CONDER. É de ocupação da década 1970/1980 e passou a concentrar, naquela época, de 7,5% para 18,75% da população total de Salvador, sendo elevado em 1983 para 27,5% a população do miolo da cidade, quando alcançou quase quinhentos mil residentes numa área de dez mil hectares, conforme levantado junto a CONDER. No ano de 2002 esta população total de Salvador foi estimada 2,5 milhões de habitantes aproximadamente, multiplicando consideravelmente os impactos negativos. Outrossim, porque o PRODETUR ainda não ofereceu resultado concreto dos seus objetivos (fixação do homem na terra, geração de emprego e renda para as populações em zonas de vocação turística), os residentes no entorno avançam sobre a Capital, ensejando descontrole populacional (Gráfico 6).

**Gráfico 6: Representação percentual da população.**



Fonte: SEI.

Para analisar este rearranjo caótico, foi efetuada uma visita aos bairros periféricos. Esta providência possibilitou uma avaliação do que seria um *tour* do visitante em Salvador. Ouvidos os populares, apropriou-se vários conceitos e registros para este trabalho. Por exemplo, os conjuntos habitacionais implantados nos atualmente superpopulosos bairros de Castelo Branco, Cajazeiras, Mussurunga, Pau da Lima, Pirajá, Vale dos Lagos e Santo Inácio, são de infra-estrutura insuficiente, incrementada pela elevação da população espontânea no meio ambiente que se degrada rapidamente com a saturação da densidade nestes locais. Somando populações de outros bairros igualmente visitados, como as do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Engenho Velho da Federação de um lado, e do outro lado os bairros de Alagados, Subúrbio Ferroviário, Liberdade, São Caetano, Retiro e adjacências, com os bairros de Valéria, Coutos, Águas Claras e outros, passam a pressionar novas fronteiras urbanas. Ficou constatado que os novos moradores não temem o perigo e invadem, formando mais conglomerados irregulares. Cercam os conjuntos residenciais e entremeia-se com mais outras favelas e promíscuos pardieiros, sobrepondo às áreas que foram planejadas para o turista ver e admirar.

Com os elementos tratados neste tópico dos impactos do ecoturismo na Brasília, já é possível confirmar que incide na região uma afronta às recomendações do Relatório da *Brundtland*. Comprova-se que medidas não foram tomadas para conter o viés que impede o desenvolvimento sustentável. Porque não se comprova ações direcionadas à fixação do homem em suas cidades de origem, o crescimento demográfico se alia à desordem urbana, instaurando impacto negativo no rearranjo da população residente na Capital. O agente financeiro internacional, interessado no ganho de juros anuais pelos dólares liberados, aprovou um programa elaborado por quem não comprova acervo técnico (pelo menos na Bahia), para tal empreendimento. Como resultado, eis os impactos indesejados, somados aos juros da dívida em 11% e toda consequência da qual a população não pode suportar. Portanto, uma auditoria sobre os apontamentos dos ajustes requeridos, poderia endereçar a possível aplicação da *deep pocket doctrine*.

## CAPÍTULO V

### APRECIÇÃO CRÍTICA DA INTERVENÇÃO PLANEJADA

Uma apreciação do resultado deste trabalho investigativo é oferecida neste Capítulo. Comparativo entre a realidade estudada e a aplicação de conceitos, recomendações e princípios teóricos são trazidos, permitindo uma avaliação do grau de atendimento dos objetivos pretendidos nesta pesquisa, como se depreende nos pontos tratados a seguir.

- O *trade* turístico ainda se mobiliza na tentativa de atender com qualidade a uma demanda na Brasiléia.

O visitante está buscando novos espaços para deslocar-se, desejoso em efetuar pernoites e ávido em expandir fronteira de seu conhecimento. No caso da Região da Brasiléia, este estudo comprovou que o visitante está motivado muito mais pelo turismo cultural e ecológico tratado em IGNARRA (1999). O estudo apontou também que diversidade motivacional implementa a corrida aos espaços turísticos da Brasiléia, como a religiosidade e o misticismo do povo baiano, o espírito aventureiro dos esportistas, o interesse em negócios na Bahia, a busca pela tranquilidade oferecida pelos cenários bucólicos existentes na Região, as festas populares do calendário de cada localidade, os tradicionais “Micaretas” nos municípios da Brasiléia e o Carnaval da Bahia.

O Governo do Estado da Bahia, procurando atender a estas necessidades do visitante e do residente, procurou associar-se ao setor privado em uma parceria desestruturada desde a sua base. Para tanto, apelou para um plano contingencial que agregasse um receptivo para atender, principalmente, o visitante internacional e os demais interessados pela beleza exótica da Bahia. Assim é que surgem as intervenções para o Turismo na Bahia em geral, e no particular na Região da Brasiléia.

- A atratividade pela Brasília decorre da riqueza cultural e do meio ambiente natural.

A apropriação neste estudo comprovou que o turismo cultural e o ecológico apóiam-se em dois pilares. Primeiro, sendo a Bahia a primeira Capital do Brasil, restou uma herança lusitana requisitada pelos visitantes, como as igrejas, casarios, monumentos históricos e outros produtos que foram apontados nesta tarefa, no inventário que permite a presente afirmação conclusiva. Segundo, o Estado da Bahia possui o maior litoral dentre os Estados brasileiros, com grandes áreas naturais que foram amplamente divulgadas pela mídia turística institucionalizada pelo Poder Público. Isso vem a aquecer a destinação turística na Brasília, principalmente porque ali está a maior porção líquida nordestina.

Neste ponto entra o conceito aplicado pela EMBRATUR (2003), para o turismo brasileiro, ou seja, um tratamento goeldneriano de características essencialmente mercantilista. Este conceito dinamiza os ganhos através de investimentos desordenados e fora dos padrões de sustentabilidade, como se comprova nos impactos negativos experimentados e apontados neste estudo. Por outro lado, o espírito aventureiro dos visitantes esportistas e o interesse em negócios no Estado da Bahia, de acordo com apropriação estatística constante deste trabalho, são significativos motivadores para o avanço na atividade de turismo na Região estudada, já que os interessados terão a oportunidade de investir aqui enquanto desfrutam dos prazeres identificados e tratados nesta tarefa, que são os produtos ou atrativos disponibilizados nos municípios que compõem a Brasília.

- O planejamento da gestão espacial turística deveria garantir a atratividade na Brasília.

Os sítios de valor ecoturístico situados na grande Salvador vêm sendo desfigurados pela falta de gestão espacial, conforme observação para estudo do gênero. Análise da distribuição populacional da Região e observação *in loco* foi efetuada para o presente trabalho. É comprovado que o êxodo rural estimula invasões de áreas preserváveis na Metrópole e nos demais municípios da Brasília,

como poderá ser conferido neste estudo. O Parque Metropolitano de Pituaçu, onde existe uma Reserva Ecológica utilizada para visitação, lazer e educação dos visitantes e residentes, sofre paulatino prejuízo pela deficiência gerencial. Esta Reserva vem sendo invadida a partir da Avenida Paralela, trecho que liga o centro de Salvador ao Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães. Levantamento sobre a qualidade do Ser Ambiental para o ecoturismo apontou que o lago utilizado para esportes aquáticos, pesca esportiva e demais atividade do lazer sofre assoreamento e contaminação; este Parque Ecológico vem recebendo esgoto oriundo do Centro Administrativo da Bahia, sede das decisões sobre o turismo, localizado a menos de quinhentos metros do seu espelho d' água.

Também o Parque e Dunas de Abaeté, tradicionais sítios ecoturísticos da MetrÓpole, vêm sendo cercados de invasões sem controle. A Lagoa do Abaeté, atrativo de beleza ímpar apreciada pelos visitantes, vem sendo utilizada como ponto de macumbaria durante a madrugada; é onde e quando atiram as oferendas aos “orixás”, conhecidas como “ebó” (balaio feito de cipó, contendo cabeça de bode, galinha preta abatida, velas e fitas multicoloridas, arranjos de flores, garrafas de cachaça e de champanha, farofa de dendê e perfume); todos estes “sacrifícios” contaminam a reserva hídrica e traz transtornos ao precário serviço de fiscalização existente. Está confirmado, através desta análise, o confronto às recomendações sobre a política justa e equilibrada em HALL (1994). Será conferida neste ponto a lógica da sustentabilidade dos planos implementados. Os Quadros apresentados neste estudo apontam a validação quando a esta questão.

- A intervenção do tipo *top-down planning* reflete negativamente no turismo.

Não restaram dúvidas, neste estudo, quanto ao empenho inveterado das autoridades baianas para prover um turismo compatível na Brasiléia. Adequações históricas foram conhecidas neste estudo desde GAUDENZI (2003). O potencial baiano era relegado à insipiência de bases, desde insuficiência de serviços até a falta de hospitalidade decorrente da carência de uma rede turística.

O compromisso do Poder Público, envolvido ativo no processo de intervenção para o turismo, trouxe a adoção de *cluster* a partir de PORTER (2003), agregando empresas, instituições e a industrialização do turismo, que ensejou a

formatação das Zonas Turísticas. A expectativa seria o agrupamento de fatores favoráveis ao sucesso do empreendimento; mas a falta de profissionalismo confrontou negativamente nas apropriações tratadas neste estudo, postergando possíveis resultados válidos; por conseqüência, variadas exigibilidades surgem e são apontadas na presente tarefa. São os significativos confrontos à Teoria do Ecodesenvolvimento que somente poderiam ser administradas através do planejamento participativo que vem sendo frustrado.

As boas intenções em criar uma ONCIP para materializar um *cluster* restaram comprometidas com um planejamento estratégico que não se fez substantivo; foram obstaculadas pelas próprias adversidades enfrentadas na quebra de paradigmas – modelar um turismo em padrão internacional sob a assistência de profissionais desprovidos de conceito, cuja carência se fez taxativa na apropriação levantada neste estudo. As perspectivas da ONCIP não poderiam lograr efeito palpável, desde TAYRA (2002), como apontado neste trabalho. O desenvolvimento e o meio ambiente despontam-se no presente estudo como absolutamente dissociados; o fato impacta negativamente com a Teoria do Ecodesenvolvimento, invalidando ações relevantes para o turismo sustentável.

O crescimento vertical de Salvador, Capital do Estado da Bahia, comprovado pelo surgimento de novos espaços irregulares na Metrópole, enquanto se prospera o êxodo dos demais municípios da Brasiléia, vem a constituir outro gravame contra o Ecodesenvolvimento. A falta de equidade social é denunciada pelo analfabetismo, desemprego e desamparo do cidadão reduzido a sobreviver com Cestas Básicas; são condições inaceitáveis, na forma da apropriação teórica levantada nesta tarefa. Os investimentos para o turismo não inverteram a situação dos residentes e em alguns casos eles tiveram o seu *status* agravado.

- O planejamento contingencial para melhorar os corredores por onde transita o visitante na Brasiléia.

Ações planejadas do Poder Público Estadual, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER), buscam melhorar o aspecto ambiental da Metrópole para encantar o visitante, principalmente nos corredores e avenidas de

vale, como a Avenida Vale do Ogunjá, por exemplo. A implantação do “Programa Viver Melhor”, no ano de 2000, expõe a preocupação das autoridades com a condição de vida do cidadão favelado. Porém, o que se pretende é não decepcionar o turista com uma imagem degradada. Para tanto, em substituição a algumas favelas e pardieiros situados no circuito que o visitante transita em Salvador, implantaram casas geminadas, medindo 42 m<sup>2</sup> cada, com quarto, sala, cozinha e banheiro; todas foram pintadas com coloridos aberrantes que chamam a atenção dos transeuntes. Procuraram arborizar o entorno e alguns espaços receberam até praças e área de lazer.

Os integrantes das Associações de Bairro, entretanto, através da FABS - Federação das Associações de Bairros de Salvador, reclamam da falta de comunicação entre os executores do planejamento e os beneficiários do Programa. Alegam que não levaram em conta o número de habitante em cada imóvel convertido ao programa, trazendo desconforto às famílias assentadas. Diversos residentes reclamam que não possuem condição de pagar o equivalente a US\$ 20 de mensalidade pelos imóveis entregues. Existe registro de beneficiários denunciando que não receberam indenização pelos barracos e pardieiros que lhes foram derrubados para a construção das novas moradias.

Assim, na busca da qualidade do Ser Ambiental que favoreça ao turismo em Salvador, implementaram planos não atendem aos associados da FABS, principais interessados nos resultados. Não resta dúvida que programas desta natureza, melhoram a imagem que o visitante pretende ver; recriam os espaços compatíveis com a dignidade humana, além de qualificar o Ser Ambiental. Estas intervenções redundam em benefícios reais para o ecodesenvolvimento em SACH (1986); porém, como poderá ser conferido neste estudo, se revertem em lacuna de exigibilidades em TYLER (2001), como se confere em Quadros expostos nesta tarefa. É neste momento histórico que as autoridades passam a encarar a realidade conjuntural e verificam a oportunidade de fazer um planejamento turístico nos parâmetros de aceitabilidade. Mas restou conhecer, previamente, os reflexos que as lacunas trazem para o residente anfitrião do turismo. Os Quadros apresentados neste estudo apontam a validação destes programas contingenciais para o turismo na Brasília, para afirmar que, inobstante as boas intenções políticas locais, o *top-down planning* é rejeitado com propriedade em TYLER (2001).

- Os investimentos turísticos efetuados na Brasília não se ajustam ao ecodesenvolvimento.

São apontados nesta tarefa os crescentes recursos privados na direção da exploração do meio ambiente, que é o único bem real dos residentes. Por outro lado, não foi possível conhecer a prudência ecológica neste estudo, desde a inexistência de planos de educação ambiental para os envolvidos no ecoturismo. A ineficiência econômica é gritante, a considerar os impactos negativos desta ordem, trazidos a este trabalho. Estes fatos independem da posição estatocêntrica em BOEIRA (2000), assumida pelo Poder Público, conforme estudo do gênero apropriado aqui; é que o ente público resolveu enfrentar a possível degradação do meio ambiente ao criar áreas de proteção ambiental; entretanto não se encontra suficientemente aparelhado para gerenciar um ecossistema que está sob pressão de todas as ordens. A resposta à ineficácia do aparelho estatal para gerenciar o turismo sustentável tem sido o elevado nível de desemprego, o avanço indiscriminado de favelas, os reclames por saneamento básico e outros desajustes identificados neste trabalho, ao analisar as condições dos municípios da Brasília para efetivar o investimento com o turismo em geral e em particular o ecoturismo.

Haverá de ser considerado que a corrente empresarial referida por BOEIRA (2000), passou a sofrer pressão dos residentes insatisfeitos por não usufruir os benefícios dos investimentos turísticos estabelecidos no seu entorno. Reside aqui o desequilíbrio entre os investimentos, a exploração ambiental e a satisfação popular, três fatores que impossibilitam a confirmação dos princípios do ecodesenvolvimento na intervenção para o ecoturismo na Brasília.

- É patente a dificuldade de adaptar os envolvidos ao ecoturismo sustentável na Brasília.

Os registros opinam pela impossibilidade de geração de modelos de sustentabilidade sem uma história que garanta a prática de princípios. Residem aqui os motivos do desequilíbrio entre a realidade vigente, após a intervenção na Brasília, e os princípios da sustentabilidade em SACHS (1986). A maioria dos

municípios pesquisada não possui a menor condição de prover uma política de turismo local. Registros mostram patente a dificuldade de adaptar os envolvidos ao processo de planejamento para o turismo na Brasília; senão sejam levados em consideração alguns registros catalogados juntos à administração superior da BAHIAATURSA:

- ✓ As lideranças locais, envolvidas na intervenção, sequer conhecem o conceito de turismo para o município.
- ✓ Inexiste, nos municípios abrangidos pelos programas, uma consciência de sustentabilidade entre as lideranças locais.
- ✓ A estrutura da administração local, senão em alguns raros municípios, não está em condição de discutir o setor turístico.
- ✓ A maioria dos municípios não possui pessoal especializado para estruturação de Planejamento, muito menos na área de turismo.
- ✓ Porque insuficientes administrativamente, as longínquas prefeituras dependem de intervenção centralizadora da SCT e outros órgãos situados na Capital. Por sua vez estes mesmos organismos centralizadores estão desaparelhados de pessoal, materiais, equipamento e demais implementos para o treinamento e capacitação dos multiplicadores necessários para a ação de implantação do programa na comunidade. Para citar exemplo, a BAHIAATURSA, na sua política de redução de pessoal, estimula a demissão voluntária, suspendendo significativos trabalhos de apoio às prefeituras baianas por falta de equipes.
- ✓ A expectativa de captação de recurso oriundo do paternalismo estatal envolve os administradores municipais, que logo desistem da tentativa de gerar riqueza com o ecoturismo. Passam a acreditar que sem verba não poderiam impulsionar obras turísticas. Esta conduta, um tanto inadequada, mereceria um tratamento especial pelos consultores privados na área.
- ✓ Em face de carência absoluta de informação e preparo técnico, os municípios com potencial turístico necessitam de uma consultoria especializada que garanta a execução de uma estratégia compatível com a meta prevista pelo PMNT e demais programas intervencionistas.

- ✓ Os agentes entrevistados, que atuam no programa PNMT, deixaram claro que não dominam a metodologia ZOPP, aplicável no programa básico. Alegaram que esta metodologia é oriunda do governo alemão, através da Agência GTZ – *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), detentora da tecnologia que formata o espírito do programa. Assim, o processo ficou inviabilizado pela ausência dos técnicos daquele organismo, que repassariam rotinas e orientariam os procedimentos básicos. Procurada a gerência para pequenos esclarecimentos sobre a metodologia, forneceu o telefone da EMBRATUR para contato do gênero, alegando desconhecer a mesma.
- ✓ Embora admitam a possibilidade de êxito nas ações do programa, os técnicos que disseminam as ações ficam impossibilitados, por falta de apoio logístico.

Analisando os registros, é possível admitir que a carência de pessoal especializado em alto nível, no desenvolvimento de programas como os conhecidos nesta pesquisa, é uma das causas da insubsistência de efeitos palpáveis da intervenção para o turismo na Brasília. Os critérios orientados pelo PNMT do governo federal, para os municípios pobres, muitos dos quais sem as condições de educação, saúde e infra-estrutura, constituem em perspectivas sem rumo.

Foi identificada uma obstinada vontade do poder público em promover intervenções para a qualidade do turismo em geral e, em particular o ecoturismo. Porém, a tutela jurisdicional exige robustez no controle contra a destruição dos produtos ou atrativos que oferece para a produção do turismo sustentado. Aliás, esta vem sendo uma das principais preocupações dos decisores, em proteger o patrimônio histórico, valorizar a cultura local, gerar emprego e renda e prevenir contra a poluição. Infelizmente, as ações concretas tornam-se áridas desde a falta de uma norma reguladora para a atividade ecoturística.

- Quanto ao PRODETUR e demais programas de intervenção para o ecoturismo na Brasília.

Embora o PRODETUR seja apontado por alguns, como uma ferramenta respeitável para a efetivação da proposta turística na Bahia, o seu caráter CONTINGENCIAL dificultou a construção de um cronograma de ações para a sua

implantação; ao que consta nos dados coletados, a carência de profissionais versados neste tipo de intervenção agrava a dificuldade de materialização dos planos.

Foi possível apreciar a validação dos demais programas através do confronto teórico apropriado para o presente estudo; foram significativas as prescrições no PRODESU, porém os resultados palpáveis não foram identificados, já que a maioria dos municípios abrangidos pelo programa permanece na indigência. O programa VIVER MELHOR pode ser considerado como um socorro ao residente para mascarar a sua qualidade de vida, já que as insatisfações denunciadas pela FABS pesam na qualificação dos planos. Os ajustes previstos após o PDITS continuam em discussão, objetivando melhorar o PRODETUR, enquanto a insatisfação pela demora do equilíbrio de interesse entre os residentes e os empresários da Brasília continua sendo um ponto crítico a ser resolvido.

- Quanto ao acesso e fornecimento de dados do *cluster* ecoturístico.

Este agrupamento não alcança a perspectiva, uma vez que não foi identificado um cronograma de ação coordenada entre os envolvidos; ou se existe tal dispositivo, não é evidenciado. São insubsistentes os efeitos práticos na efetivação de planos concebidos no PRODETUR, PNMT, PRODESU e outros.

- Quanto ao cooperativismo para inovação do cluster ecoturístico.

Não foi possível identificar qualquer parceria entre os envolvidos, salvo promessas (escritas ou verbais) que resultam em incômoda expectativa dos residentes. Embora seja clara a intenção de todos na direção do associativismo e cooperativismo, predomina-se a natureza difusa de propósitos.

- Quanto à rapidez da comunicação no cluster ecoturístico.

Não foi possível identificar a rede de comunicação existente entre o Poder Público orientador e os supostos beneficiários (inclusive os residentes) da possível

sustentabilidade. Inobstante o ordenamento institucional do propalado *cluster*, o papel dos atores deste cenário não ficou claro. Emperrada a máquina estatal, restou difícil a identificação da própria estrutura organizacional da Secretaria de Turismo. Por exemplo, embora conste no organograma do órgão duas superintendências (SUINVEST e SUDETUR), funcionários vem informar que são estruturas “virtuais”. Existe a superposição de departamentos voltados para a “educação para o turismo”, que aparece nas duas superintendências. Desta sorte, foi possível conhecer o grau de vontade das autoridades em conseguir o sucesso na comunicação.

- Quanto aos *links* atualizados entre as empresas do cluster de entretenimento.

Em decorrência de uma comunicação falha, da carência de capacitação para o cooperativismo e da inexistência de dados estruturados (e sem modelo), resta prejudicado a possibilidade da criação de *links*, como teoricamente concebido pelos envolvidos com a gestão do ecoturismo na Brasília.

- Quanto à promoção do turismo sustentado na Brasília.

Predomina rumo inverso na preservação ecológica, já em função das diversas reivindicações catalogadas neste trabalho. O PRODESU aponta desobediência de critérios preservacionistas, criticando o avanço da cidade sobre as áreas naturais. Não foi encontrado um plano de Educação Ambiental para as populações, enquanto estas, despreparadas, divagam entre atender suas necessidades básicas, à custa de donativos ou de obras assistenciais e produzir o seu sustento sem degradar o espaço natural. A geração de emprego projetada não atende a sustentabilidade, já que o desemprego é a principal causa da insatisfação anunciada pelos residentes entrevistados aleatoriamente. Inobstante o esforço das autoridades para a implementação do desenvolvimento sócio-cultural, a carência material pela saúde, educação e segurança sobrepõe a iniciativa governamental. Os investimentos até então efetivados satisfazem a uma minoria em detrimento das populações incomodadas pela expectativa e promessas não cumpridas. A riqueza circulada comprova a necessidade de reordenamento dos investimentos turísticos.

- Quanto ao inter-relacionamento entre empresário x governo.

A política pública encontra-se escrita para o turismo sustentado, porém distante da sua concretização. Fatores supervenientes interferem negativamente; é o terrorismo internacional que afeta o mercado e a estagnação resultante do efeito substituição imposto pelo cliente que escolhe viajar para espaços melhor preparados para a sua hospitalidade. Inobstante a busca incansável pela qualidade desejada pelo governo, o fato é que inexistente tradição de excelência entre os poucos que foram treinados para a atividade turística. Fica desta forma instaurado o bloqueio no relacionamento; o empresário necessita de intervenção com resultados concretos por parte do governo e o poder público fica impossibilitado pela falta de adesão dos demais envolvidos. Como conseqüência, a desmotivação dos empreendedores, a decepção dos agentes governamentais e a demora na consolidação do importante projeto turístico no Estado da Bahia em geral, e em particular na Brasiléia.

- Quanto à estratégia, interação e monitoração do *cluster* para o ecoturismo.

A ação estratégica sucumbe sem proatividade. A integração não demonstra consumada entre governo e empresários, embora esteja documentado o real interesse dos grupos econômicos em investir significativamente na Brasiléia; é evidente a segregação dos residentes, enquanto tímidas ações práticas não possuem qualquer monitoração conhecida.

- Quanto à captação de novos equipamentos turísticos.

Foi identificada a motivação para novos negócios, haja vista a intenção dos grandes investidores nacionais e internacionais. A exclusão social, porém, traz reflexo negativo junto à comunidade internacional, de efeito comprometedor entre aqueles interessados em novos negócios na Brasiléia. A denúncia de insatisfação supera a qualidade dos resultados praticados, retraindo a concretização de novos equipamentos na região. Pode-se concluir, portanto, que a intervenção que vem sendo promovida através do PRODETUR e demais programas ora estudados, para

o ecoturismo na Brasiléia, não atende satisfatoriamente às prescrições da Teoria do Ecodesenvolvimento. Entretanto, a firme atuação dos envolvidos poderá superar os obstáculos identificados e a adversidade conhecida, se for possível conseguir o pacto de inclusão social na direção da sustentabilidade.

Para atender às indagações provenientes desta crítica, são juntados a este trabalho os Quadros previstos no tópico relativo a análise dos planos de intervenção implementados para o turismo na Brasiléia. Os Quadros 1 a 12 trazem respostas quanto ao cumprimento das prescrições teóricas na intervenção da Brasiléia. O Quadro 13, referente ao comparativo entre a teoria e a prática no *cluster* ecoturístico da Brasiléia, aponta desalinhamento em cada uma das cinco propostas apresentadas. Falta cronograma de atividades e tanto o PRODETUR como os demais planos se fazem insubsistentes na prática; geraram expectativas desnecessárias; apontam propósitos difusos, falta de comunicação e outras variadas formas de substância indesejada. Ultrapassadas as barreiras identificadas naquele quadro, é possível otimizar a intervenção com sucesso integral. O Quadro 14, referente ao comparativo entre as medidas adotadas para o desenvolvimento sustentável, oferece indicação de exigibilidades essenciais.

Considerando as recomendações prescritas no Relatório *Brundtland*, diversas ações encontram-se sem a devida contrapartida após a intervenção; refere-se ao êxodo rural, falta de saneamento e energia elétrica, falta de educação ambiental, denúncias de danos ambientais, inexistência de legislação para o ecoturismo, falta de acervo técnico para os responsáveis pela elaboração do PRODETUR, precário atendimento à saúde e inchaço urbano. Não resta dúvida de que reside neste cenário o motivo da insatisfação de muitos, na demanda pela integração e participação da grandiosidade que seria um PRODETUR participativo. Desta forma, os Quadros 13 e 14 fecham a análise comparada quanto ao funcionamento do *cluster* e quanto a sustentabilidade na intervenção.

Não se espera, com esta crítica, trancar a possibilidade de nova visão vir a ser lançada sobre a Região da Brasiléia. Ajustes certamente ocorrerão, não apenas como resposta ao modelo atual, mas porque é manifesto o interesse institucional de dar continuidade a regularização das pendências que moralizarão a política pública de desenvolvimento sustentável.

**QUADRO 1: Etapas de Planejamento em TYLER (2001) x Plano Diretor da Orla Marítima de Salvador (1973).**

Etapas do planejamento em TYLER (2001)	Pontos de evidência	
	Características	Validação para o Turismo
Definição de Objetivos.	Projeto Imobiliário e Implementação de Barracas de Praia sem infra-estrutura adequada.	Inválido: Recomenda-se exigibilidades não atendidas em TYLER (2001).
Análise.	Falta de análise, levando os interessados a buscar o Litoral Norte em substituição aos serviços deficientes e ambientes degradados.	Inválido: não satisfaz aos turistas e residentes que passaram a buscar novos espaços.
Opções de Investimento.	Não foram identificadas opções de investimento, salvo os negócios ambulantes ou a formação da Associação dos Barraqueiros de Praia.	Inválido: Recomenda-se exigibilidades não atendidas em TYLER (2001).
Desenvolvimento de Plano.	Prejudicado com as "invasões de colarinho branco".	Inválido: Evidenciou-se uma inversão de estratégia.
<i>Feedback.</i>	Falta de monitoramento dificultou os ajustes adequados.	Inválido: O congestionamento causado pelo impacto negativo inviabilizou o ajuste adequado.

Fonte: SEMAD (2004).

**QUADRO 2: Etapas de Planejamento em TYLER (2001) x Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (1978).**

Etapas do planejamento em TYLER (2001)	Pontos de evidência	
	Características	Validação para o Turismo
Definição de Objetivos.	Empreendimento imobiliário.	Inválido: Haveria de criar ações prioritárias para uma cidade histórica turística como Salvador.
Análise.	Premissas de impacto sem compromisso ideológico.	Inválido: desconsiderou a sustentabilidade, desviando missão e absorvendo o êxodo rural sem estratégia.
Opções de Investimento.	Exclusivamente para especulação imobiliária.	Inválido: O caráter difuso quanto aos investimentos enfatizou o comércio local sem absorver o mercado turístico.
Desenvolvimento de Plano.	Compromete os atrativos naturais, contrariando as recomendações em TYLER (2001).	Inválido: carência de adequada legislação de uso do solo dificultou a estruturação de um plano sinérgico.
<i>Feedback.</i>	Dificuldade de interpretação em face ao seu caráter difuso.	Inválido: A expectativa de ajuste futuro levou ao esquecimento dos objetivos propostos.

Fonte: SEMAD (2004).

QUADRO 3: Etapas de Planejamento em TYLER (2001) x Programa Viver Melhor (2000).

Etapas do planejamento em TYLER (2001)	Pontos de evidência	
	Características	Validação para o Turismo
Definição de Objetivos.	Projeto Imobiliário para correção de espaços degradados por invasões e favelas.	Razoável: a proposta de melhorar a visibilidade dos espaços foi atingida. Porém não solucionou a questão dos assentamentos humanos.
Análise.	Falta de análise, gerando dificuldades para os moradores e suas famílias.	Inválido: o plano participativo não foi considerado, resultando em dificuldade para os beneficiários diretos do programa.
Opções de Investimento.	Não foi identificado, salvo a dificuldade dos moradores em pagar o equivalente a US\$ 20 mensais pela moradia.	Inválido: O caráter difuso do programa não permite uma melhor reflexão quanto às opções de investimentos.
Desenvolvimento de Plano.	Busca pela qualidade ambiental.	Razoável: A ação contribuiu para a melhoria da qualidade de vida do residente, satisfazendo o turismo sustentável. Porém não adotou os ajustes exigidos.
<i>Feedback.</i>	Restaram pendentes exigibilidades nas lacunas, por falta de monitoramento.	Inválido: O monitoramento inexistente redundava em reclamações dos beneficiários, através da FABS.

Fonte: SEMAD (2004).

QUADRO 4: Foco de Sistemas em SWARBROOKE (2000) x Planos de intervenção (PDOM, PDUS e V. MELHOR)

Sistemas Focalizados em SWARBROOKE (2000)	Validação nos Planos Intervencionistas		
	Plano da Orla Marítima	Plano Diretor Desenvolvimento Urbano de Salvador	Programa Viver Melhor
Sistema de Transporte.	Razoável: Acordo com empresários de transporte urbano melhorou com novos roteiros. Porém não evitou a superlotação nos transportes coletivos na RMS.	Razoável: Sinalizou para um sistema intermodal de transporte rodoviário, em andamento. Porém não houve investimentos para a melhoria das frotas.	Razoável: Apenas melhoraram o aspecto ambiental com a reforma de espaços degradados expostos aos visitantes em trânsito.
Sistema de Segurança.	Razoável: A instalação de Postos de Bombeiros Salva Vidas contribuiu para o banhista usufruir as praias com segurança. Porém não atendeu a todas as praias.	Razoável: A melhoria dos canteiros e praças enfatizou para afastar o aspecto de abandono na Capital. Porém a criminalidade continuou a ocupar os noticiários na Capital.	Razoável: A melhoria na qualidade de vida dos excluídos redundava em satisfação popular; porém traduz insegurança para uma maioria de desassistidos.
Sistema de Saúde.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.
Sistema de Acesso a serviços básicos.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.
Sistema de Informação de mercado.	Razoável: canalizou meio orientado para captação de renda dos que atuam com venda do "Sabor da Terra" (acarajé, bebidas típicas, etc). Porém não completou o cenário do mercado turístico.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.	Inválido: a informação ficou difusa no Plano, enquanto o sistema é fundamental para o visitante e residente.

Fonte: SEMAD (2004).

**QUADRO 5: Recomendações em INSKEEP (1991), GUN (1994) e MURPHY (1995) x Planos de intervenção.**

Principais recomendações	Validação nos Planos Intervencionistas		
	Plano da Orla Marítima	Plano Diretor Desenvolvimento Urbano de Salvador	Programa Viver Melhor
Sistema de Informações.	Inválido: Tornou difuso o objetivo, resultando em perdas futuras para a invasão de espaços físicos.	Razoável: Documentou para futuras ações planejadas, contribuindo para implantação do Centro Histórico de Salvador.	Inválido: Por ter sido um plano contingencial, provocou choque de interesse com a FABS.
Equipamentos e serviços turísticos.	Razoável: Tentou implantar um sistema de Barracas de Praia, substituindo os ambulantes indesejados.	Inválido: Não enfatizou o programa de turismo nem o processo de gestão de espaços turísticos	Inválido: Impôs como prioridade melhorar a imagem externa sem reunir demais meios para a qualidade de vida do residente.
Sistema de alimentação.	Razoável: Propiciou a instalação de "pontos de acarajé" com baianas estilizadas.	Inválido: Não disciplinou espaços apropriados para o turista utilizar, com sistema de alimentação adequado, desperdiçando oportunidade.	Inválido: Sequer atendeu ao residente com Cesta Básica, atirando famílias à sorte pela falta de assistência.
Sistema de Entretenimento.	Razoável: Propiciou novos espaços para o residente e turista usufruírem no tempo livre, com melhoria nas praias.	Inválido: não incluiu estratégia para o turismo de entretenimento, com indicação de espaços para cinemas, lazer esportivo e outros.	Razoável: alguns núcleos foram contemplados com praças de esporte.
Outros a considerar.	Inválido: Natureza difusa, não enriqueceu uma apropriação.	Inválido: Natureza difusa, não enriqueceu uma apropriação.	Inválido: Natureza difusa, não enriqueceu uma apropriação.

Fonte: SEMAD (2004).

**QUADRO 6: Fases de Planejamento em SWARBROOKE (2000) x Planos de intervenção na Brasília.**

Fases de Planejamento em SWARBROOKE (2000)	Validação nos Planos Intervencionistas		
	Plano da Orla Marítima	Plano Diretor Desenvolvimento Urbano de Salvador	Programa Viver Melhor
1ª Fase: Inventário do Patrimônio Ecoturístico.	Válido: deu ênfase ao tratamento paisagístico na orla marítima.	Válido: Sinalizou ações para o Centro Histórico de Salvador.	Razoável: Introduziu qualidade de vida aos favelados, melhorando a imagem da Cidade.
2ª Fase: Delimitação de Zona Ecoturística.	Válido: Focalizou o ecoturismo náutico e instituiu o circuito de praias.	Razoável: Tentou-se gestão do solo para o turismo emergente. Porém não configurou o turismo emergente.	Válido: Atentou para melhorar paisagismo no corredor de tráfego por onde o turista transita.
3ª Fase: Registro dos Atrativos Ecoturísticos.	Válido: Catalogou as praias, descreveu as condições de banho e sinalizou orientação para o visitante.	Válido: Instituiu o acesso e melhorou os espaços para o turismo.	Inválido: tentou escamotear a gestão de espaços para melhorar apenas a imagem física, sem integrar o residente.
4ª Fase: Seleção de Zona Ecoturística Prioritária.	Razoável: Enfatizou Praias mais frequentadas como Barra, Piatã e Itapuã, esquecendo as praias populares como a Ribeira e Boa Viagem.	Razoável: Estendeu calçadas na orla marítima esquecendo a gestão de espaços nos bairros populares.	Inválido: O escamoteamento tornou difusa a interpretação de prioridades.
5ª Fase: Análise do Meio Físico para o Ecoturismo.	Razoável: Tentou fazer valer o encanto da Velha Capital, focalizando as praias preferidas e os espaços naturais como Lagoa de Abaeté.	Razoável: Sinalizou para implantação de Parques Florestais como o Joventino Silva e melhoria no tratamento de detritos criando o Lixão de Canabrava.	Inválido: A falta de integração exclui o indivíduo do processo turístico, quando ele é parte do acervo ecoturístico, enquanto residente.

Fonte: SEMAD (2004).

QUADRO 7: Etapas de Planejamento em TYLER (2001) x PNMT (2001)

Etapas do planejamento em TYLER (2001)	Pontos de evidência	
	Características	Validação para o Turismo
Definição de Objetivos.	Planejamento participativo, com objetivos orientados por um Conselho de Turismo Local.	Razoável: A falta de preparo dos decisores locais inviabiliza a identificação de objetivos.
Análise.	Efetuada pelos agentes multiplicadores e vetores orientados pelos técnicos treinados para o PNMT.	Razoável: a falta de domínio dos integrantes do Conselho local inviabiliza alcance no desempenho da análise qualitativa e quantitativa.
Opções de Investimento.	Definida pelos Conselhos de Turismo, que não focaliza sinergia com as finanças públicas ou empresariado que investe nas atividades turísticas.	Inválido: Recomenda-se exigibilidades não atendidas em TYLER (2001).
Desenvolvimento de Plano.	Sujeito a tutela dos técnicos do PNMT, em decorrência das limitações no próprio Conselho de Turismo local.	Inválido: A equipe treinada pelo PNMT mostrou-se aquém da necessidade para o Programa, além de não dominar a metodologia da ação.
<i>Feedback.</i>	Existente apenas nos municípios da Brasília onde ocorre filiação política com o poder dominante que controla o Programa.	Inválido: Impossível trabalhar ajustes sem equipe suficiente para as ações múltiplas requeridas.

Fonte: PNMT (2001).

QUADRO 8: Etapas de Planejamento em TYLER (2001) x PRODETUR (1992)

Etapas do planejamento em TYLER (2001)	Pontos de evidência	
	Características	Validação para o Turismo
Definição de Objetivos.	Planejamento do tipo "top-down planning" cujos objetivos mostraram-se incompatíveis com a realidade conjuntural dos vilarejos pueris existentes na Brasília.	Razoável: As exigibilidades poderão ser conhecidas, refletindo nas características dos objetivos.
Análise.	Exaustiva tomada de registros aponta para uma imperícia inexplicável, face à responsabilidade de uma intervenção como a do PRODETUR.	Razoável: foi suficiente para obter aprovação dos recursos internacionais.
Opções de Investimento.	Contemplando apenas os investimentos arrojados, porém excluindo os residentes, legítimos beneficiários da intervenção.	Inválido: Não poderia atender a privilégios com prejuízo para os residentes.
Desenvolvimento de Plano.	Efetuada sem a participação popular, ensejando insatisfações de várias ordens.	Inválido: uma proposta de planejamento participativo mostrou ser fundamental para intervenção em turismo.
<i>Feedback.</i>	Exigiu ajustes importantes, que estão sendo providenciados através do PDITS.	Válido: As forças dominantes mostraram-se sensíveis com os efeitos negativos da intervenção.

Fonte: PRODETUR (1992).

QUADRO 9: Etapas de Planejamento em TYLER (2001) x PRODESU (2001)

Etapas do planejamento em TYLER (2001)	Pontos de evidência	
	Características	Validação para o Turismo
Definição de Objetivos.	Programa do tipo <i>top-down planning</i> buscando ajuste no cenário da intervenção ecoturística na Brasília, após a transferência da APA Litoral Norte para a gestão pelo CRA.	Válido: Expõe com clareza o resultado de um trabalho voltado quase exclusivamente para o ecoturismo.
Análise.	Como resultado da revisão do Plano de Manejo, o Programa focaliza, essencialmente, o Gerenciamento Ambiental para a APA Litoral Norte. Oferece completa interpretação dos atributos sociais, econômicos e ambientais imprescindíveis para ação no turismo sustentável.	Válido: Possibilita o exercício de um plano ecoturístico em padrão científico.
Opções de Investimento.	Registra a coadunação de perspectivas para a concretização de idéias ambientalistas, direcionadas aos empreendimentos ecoturísticos.	Válido: Traz perspectivas reais quanto à conjuntura, para opção entre o comércio e turismo emergente no LN.
Desenvolvimento de Plano.	Enfatiza para a consolidação das bases favoráveis a um "cluster" de entretenimento sobre ambientes naturais.	Válido: Fortalece conceito de ecoturismo e sustentabilidade.
Feedback.	Aponta as vantagens e desvantagens para os ajustes que identifica, como desnível de renda, potencial inexplorado, degradação sócio-econômica e possibilidade de degradação ambiental com as intervenções no LN.	Válido: Satisfaz princípios da sustentabilidade e gestão de espaços em TYLER (2001).

Fonte: PRODESU (2001).

QUADRO 10: Foco de Sistemas em SWARBROOKE (2000) x Planos de intervenção (PNMT, PRODETUR e PRODESU)

Sistemas Focalizados em SWARBROOKE (2000)	Validação nos Planos Intervencionistas		
	PNMT	PRODETUR	PRODESU
Sistema de Transporte.	Razoável: Mantém a critério do Município beneficiado com o PNMT. Porém a dificuldade financeira da maioria dos municípios dificulta a sua implantação.	Válido: Implantação da Linha Verde interligando toda a Brasília.	Válido: Estabeleceu o crivo decorrente da pressão sobre o meio ambiente natural após a implantação das Estradas e acessos.
Sistema de Segurança.	Razoável: Mantém a critério da administração local. Porém o desemprego e a miséria traduzem presságio para a formação de idealizadores turísticos.	Razoável: Registrou o perigo da pobreza e da miséria que enseja a violência no turismo. Porém não traz idealizadores para a satisfação dos residentes revoltados com a intervenção.	Razoável: Não enfatizou para a violência, porém prescreveu melhoria das condições de vida das populações, que aumenta a segurança do residente e visitante.
Sistema de Saúde.	Inválido: O sistema mantido pelo SUS enseja um conceito falido para a saúde pública.	Inválido: O sistema mantido pelo SUS enseja um conceito falido para a saúde pública.	Razoável: a elevação de renda prescrita pelo Programa melhora a saúde do cidadão, inobstante o sistema SUS.
Sistema de Acesso a serviços básicos.	Inválido: Porque insuficiente e difusa a contrapartida pelo poder público local.	Inválido: Porque insuficiente e difusa a contrapartida pelo poder público local.	Razoável: Prescreve níveis aceitáveis favorecendo ao residente e visitante. Porém não se integra com os demais sistemas.
Sistema de Informação de mercado.	Inválido: O caráter difuso das prescrições do Programa soma à incapacidade dos integrantes dos Conselhos locais.	Inválido: Excesso de informação sem base técnica, inviabilizando uma interpretação consistente.	Válido: O Programa abre um leque de informações úteis para o mercado turístico.

Fonte: BAHIAATURSA (2000).

**QUADRO 11: Recomendações em GUN (1994) E INSKEEP (1991) x Planos de intervenção.**

Principais recomendações	Validação nos Planos Intervencionistas		
	PNMT	PRODETUR	PRODESU
Sistema de Informações.	Inválido: Inexiste habilidade técnica na gestão local para estruturar informação.	Razoável: Aparato administrativo sustentado por uma superestrutura estatal. Porém o sistema de controle difuso dificulta interpretação.	Válido: Programa suficiente em si mesmo.
Equipamentos e serviços turísticos.	Inválido: Inexiste habilidade técnica ou conceitual na gestão local para estruturar informação.	Válido: Foi configurado o <i>cluster</i> de entretenimento na Costa do Sauípe.	Válido: Programa aponta possibilidade, vantagens e desvantagens em todo LN.
Sistema de alimentação.	Inválido: Inexiste habilidade técnica para implantação de um sistema compatível nos municípios.	Razoável: É configurado um sistema para atendimento exclusivo para determinada classe social, excluindo o residente.	Válido: Programa aponta possibilidade, vantagens e desvantagens em todo LN, com ênfase nos atributos locais.
Sistema de Entretenimento.	Razoável: Sujeito à capacidade de cada município.	Razoável: Baseado no uso de balneários e espaços esportivos e de lazer fechado. Porém contempla interesses exclusivamente empresariais	Razoável: baseado nos balneários e natureza intocada para o ecoturismo. Porém não aponta fonte de recurso para financiamento aos residentes.
Outros a considerar.	Inválido: caráter difuso dificulta melhor informação.	Razoável: centralização de dados sustentando o funcionamento de sistema semelhante a condomínio. Ênfase nos resorts internacionais excluindo os atributos locais.	Válido: Visualização de mapas, relatórios de estudos e demais aparatos essenciais para informação do apoio ao turismo sustentável.

Fonte: BAHIAURSA (2000).

**QUADRO 12: Fases de Planejamento em SWARBROOKE (2000) x Planos de intervenção na Brasília.**

Fases de Planejamento em SWARBROOKE (2000)	Validação nos Planos Intervencionistas		
	PNMT	PRODETUR	PRODESU
1ª Fase: Inventário do Patrimônio Ecoturístico.	Válido: Considera as possibilidades e atributos locais.	Válido: Enfatiza a riqueza do patrimônio natural da Brasília.	Válido: Enfatiza a potencialidade ambiental para o uso sustentável.
2ª Fase: Delimitação de Zona Ecoturística.	Inválido: não é conhecido um zoneamento criado pelo PNMT, inobstante haver agregado 15 municípios com Plano Diretor.	Válido: Caracterizou zoneamento da Costa dos Coqueiros e da Baía de Todos os Santos (Brasília), Costa do Descobrimento, além de outras não citadas aqui.	Válido: Delimitou estudo sistematizado do Litoral Norte.
3ª Fase: Registro dos Atrativos Ecoturísticos.	Razoável: Enfatiza a ação local, porém não é conhecido qualquer ato referente a registros de atrativos pelo PNMT na Bahia.	Válido: Catalogou sistematicamente os atrativos ecoturísticos obedecendo à metodologia científica, mapeamento e simbologia técnica.	Válido: Estabeleceu sistematização da potencialidade dos atrativos naturais da flora, fauna e da geografia do LN.
4ª Fase: Seleção de Zona Ecoturística Prioritária.	Razoável: A BAHIAURSA, gestora do PNMT, apenas estabeleceu 15 municípios para ação prioritária inicial.	Válido: Deu prioridade à Costa dos Coqueiros e Costa do Descobrimento e depois estendeu para a BTS e outros espaços.	Válido: centrou-se no LN com todos os seus atributos, possibilidades e riscos.
5ª Fase: Análise do Meio Físico para o Ecoturismo.	Inválido: A falta de domínio dos gestores locais inviabiliza qualquer tipo de análise, muito menos do meio físico que é inexplorado ou explorado inadequadamente.	Razoável: Enfatiza para os balneários, porém exclui a maioria das vilas pueris, seus atributos e a sua população residente que depende do turismo local.	Válido: centrou-se nos atributos geográficos e ambientais para o ecoturismo sustentável.

Fonte: BAHIAURSA (2000).

**QUADRO 13: COMPARATIVO ENTRE TEORIA X PRÁTICA DO CLUSTER ECOTURÍSTICO DA BRASILÉIA.**

PERSPECTIVA TEÓRICA	PRÁTICA EMERGENTE
Acesso e fornecimento de dados do <i>cluster</i> ecoturístico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi identificado um cronograma de ação coordenada entre os envolvidos.</li> <li>• Não é evidenciado a praticidade nos planos concebidos no PRODETUR, PNMT, PRODESU e outros.</li> </ul>
Cooperativismo para inovação do <i>cluster</i> ecoturístico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi identificada parceria entre os envolvidos, salvo promessas (escritas) que resultam em expectativa dos residentes.</li> <li>• Embora seja clara a intenção de todos na direção do associativismo e cooperativismo, predomina-se a natureza difusa de propósitos.</li> </ul>
Rapidez da comunicação no <i>cluster</i> ecoturístico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi identificada rede de comunicação entre poder público orientador e supostos beneficiários da sustentabilidade.</li> <li>• O papel dos atores do cenário não ficou claro.</li> <li>• Emperrada a máquina estatal, restou difícil a identificação da própria estrutura organizacional da Secretaria de Turismo.</li> <li>• Existe a superposição de departamentos voltados para a “educação para o turismo”, que aparecem nas duas superintendências (SUINVEST e SUDETUR), ferindo princípio de competência.</li> </ul>
Links atualizados entre as empresas do cluster de entretenimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificada carência de capacitação para o cooperativismo e a inexistência de dados estruturados (e sem modelo), prejudica a concretização de <i>links</i>.</li> </ul>
Promoção do turismo sustentado na Brasiléia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predominância de rumo inverso na preservação ecológica, já em função das diversas reivindicações catalogadas neste trabalho.</li> <li>• O PRODESU aponta desobediência de critérios preservacionistas, criticando o avanço da cidade sobre as áreas naturais.</li> <li>• Não foi encontrado um plano de Educação Ambiental para as populações.</li> <li>• Residentes despreparados, divagam entre atender necessidades básicas, à custa de obras assistenciais e produzir o seu sustento sem degradar o espaço natural.</li> <li>• A geração de emprego projetada não atende à sustentabilidade, já que o desemprego é a principal causa da insatisfação anunciada pelos residentes entrevistados.</li> <li>• Inobstante o esforço das autoridades para implementar o desenvolvimento sociocultural, a exigibilidade para os setores de saúde, educação e segurança sobrepõe a prioridade governamental.</li> <li>• Os investimentos até então satisfazem uma minoria em detrimento das populações incomodadas pela expectativa e promessas não cumpridas. A riqueza circulada comprova a necessidade de reordenamento dos investimentos.</li> </ul>
Promoção do inter-relacionamento empresários x governo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A política pública encontra-se escrita para o turismo sustentado, porém distante da sua concretização.</li> <li>• Fatores supervenientes interferem negativamente; é o terrorismo internacional que afeta o mercado e a estagnação resultante do efeito substituição imposto pelo cliente que escolhe viajar para espaços melhor preparado para a hospitalidade.</li> <li>• Inobstante a busca pela qualidade desejada pelo governo, inexistente tradição de excelência entre os poucos treinados para a atividade turística em geral e em particular o ecoturismo. Fica assim instaurado o bloqueio no relacionamento ora focalizado.</li> <li>• o empresariado necessita de intervenção com resultados concretos por parte do governo; enquanto isso o poder público fica impossibilitado pela falta de adesão dos demais envolvidos.</li> <li>• Como consequência, registra-se a crescente desmotivação dos empreendedores, a decepção dos agentes governamentais e a demora na consolidação do importante projeto turístico.</li> </ul>
Adoção de estratégia, interação e monitoração do <i>cluster</i> para o ecoturismo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A ação estratégica resta sem proatividade.</li> <li>• A integração não parece consumada entre governo e empresários, embora esteja documentado o real interesse dos grupos econômicos em investir forte na Brasiléia.</li> <li>• É evidente a segregação dos residentes, enquanto tímidas ações práticas não possuem qualquer monitoração.</li> </ul>
Captação de novos equipamentos turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi identificada a tendência para novos negócios, haja vista a intenção dos grandes investidores nacionais e internacionais</li> </ul>

**QUADRO 14: COMPARATIVO DE MEDIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL X MEDIDAS ADOTADAS APÓS O PRODETUR.**

RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO <i>BRUNDTLAND</i>	AÇÕES DE CONTRAPARTIDA, APÓS PRODETUR.
Limitação do crescimento populacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem contrapartida. O estímulo ao êxodo rural dificulta a reversão para a recomendação <i>Brundtland</i>.</li> </ul>
Garantia de recursos básicos em longo prazo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrapartida em perspectiva. Obras de saneamento energia elétrica em andamento. Programa Agricultura Familiar em andamento.</li> </ul>
Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com contrapartida, no que se refere à implantação de áreas de preservação, APA e outros sítios ecológicos.</li> <li>• Sem contrapartida, no que se refere à de Programa de Educação Ambiental para residentes e visitantes.</li> <li>• Sem contrapartida, em face de denúncia de constantes danos ambientais.</li> <li>• Sem contrapartida, face à inexistência de legislação voltada para o ecoturismo.</li> </ul>
Diminuição do consumo de energia e implantação de Fontes renováveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrapartida em perspectiva, com recomendação e estímulo no PRODETUR.</li> </ul>
Tecnologia ecologicamente correta adaptável para a produção industrial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem contrapartida. Não foi identificado <i>know how</i> para o ecoturismo. Empresa que escreveu o PRODETUR não possui acervo de capacidade técnica no CRA/BA e não é registrada no órgão de classe/BA.</li> </ul>
Atendimento de necessidades básicas, com Saúde, Escola e Moradia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem contrapartida. Atendimento à Saúde precário, através do SUS; educação com elevado índice de analfabetismo; moradia insuficiente com proliferação de favelas.</li> </ul>
Controle da urbanização desordenada e integração entre o campo e cidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem contrapartida. A favelização tem sido constante não só da metrópole, como em vilarejos. Inchaço urbano predominante.</li> </ul>

## CONCLUSÃO

Os envolvidos no processo de intervenção ecoturístico-econômico na Brasília não vêm atuando sinergicamente, fato que motiva as lacunas e exigibilidades explicadas neste trabalho. A relação de sustentabilidade foi rompida quando o Ser Ambiental, sujeito passivo desta demanda, não é explorado na forma prescritiva, a considerar os confrontos que restaram diante do comparativo com a Teoria do Ecodesenvolvimento e demais conceitos tratados para o mister. Este confronto que reflete no ecoturismo tivera sua origem remota na própria gestão espacial desde a Capital Salvador, avançando de forma caótica sobre os atributos naturais dos demais Municípios na Região da Brasília.

O planejamento seguiu à revelia dos princípios prescritivos identificados neste estudo. A corrida da população sobre a natureza intocada somou-se à carência de preparo dos demais envolvidos para gerenciar a utilidade dos espaços. Se por um lado, o Poder Público vem tentando fazer prevalecer a conservação ambiental, o empresariado não vem se alinhando à conduta prescrita para a sustentabilidade, senão considere o *gap* entre os interesses destes e os dos residentes, legítimos donos da terra. Esta ruptura desfavorece ao próprio negócio ecoturístico que passa a ser julgado pelos visitantes com considerável reserva; daí a desqualificação apontada desde a análise da intervenção exposta nesta tarefa.

O presente estudo aponta como insatisfatória esta intervenção, já que é tímido o fluxo turístico conhecido, enquanto se evidencia uma tendência à perda de atratividade ecoturística. Enquanto isso, o empresariado tende a recuar com os investimentos, a considerar o número de empreendimentos empresariais prometidos e identificados nesta trabalho; restou apenas o manifesto da intenção dos interessados. Não poderia ser diferente o comportamento de praça, como se presume da insegurança daqueles que não arriscariam oferecer serviços em um mercado turístico sujeito à perda de atratividade.

Com relação aos produtos ecoturísticos, eis a sua utilização à revelia da sustentabilidade. Rompido o pacto conservantista, é conhecida a carência de treinamento não apenas do empresariado que vende estes produtos ou atrativos, como também do residente, ambos que aprovam através da aceitação, o assoreamento do seu patrimônio que é oferecido de forma igualitária, sem qualquer custo adicional.

Este estudo não encontrou referência a medidas que viessem a conter a desfiguração dos produtos relacionados à tradição, cultura e evento. Por exemplo, a sazonalidade sugerida pelo Poder Público para os calendários locais agride a liberdade de exercício das manifestações do povo, deformando a tradição dos eventos populares. Não foi possível identificar na tarefa qualquer base para satisfazer intervenção como esta, salvo a busca pela maquiagem que somente prejudica a cultura popular. Embora sejam conhecidas poucas propostas nesta circularidade, não existe sinergia de apoio estrutural para fazer da tradição e cultura um bem comum a ser oferecido ao visitante. Os caboclos mateiros ou praieros passam a acreditar que são inferiores e a se envergonhar de suas raízes, posto que são inconscientes dos valores da sua manifestação. Eles passam a abandonar os seus espaços e seguem para outros sítios em busca de oportunidade e termina por promover o inchaço das periferias na metrópole. Foram identificados sítios históricos abandonados, desprovidos de serviços essenciais; ali o desemprego mescla a potencialidade apontada nos vilarejos. Enquanto a perspectiva é intervir para o progresso, as sintomações são apontadas como negativas, quer na ordem social, econômica ou ambiental.

O estudo encontrou um analfabetismo entre 25% e 26% nos anos de 1999 a 2001 na Região da Brasília, períodos do ápice do PRODETUR na economia regional. Neste mesmo período, apenas a Capital Salvador conseguiu bloquear o avanço do desemprego; nos demais municípios da Região Metropolitana de Salvador foi entre 18,5% e 20,1% a variação do índice de desempregados; significa que, no mesmo período, algo em torno de 1/5 da população encontrava-se sem renda na Brasília, como se depreende na Tabela 28 constante deste trabalho. A falta de renda enseja a desnutrição com as doenças decorrentes, além de agravar a violência na região estudada, amedrontando o visitante. Um turista entrevistado afirmou que lhes recomendaram não se afastar do local onde se hospedava no Complexo de Saúípe, como forma de evitar um assalto ou constrangimento desta ordem.

A falta de uma política para a fixação do residente enseja outros impactos negativos. E a circularidade oriunda da desorganização populacional e a obstrução dos meios palpáveis para preparar estes excedentes sociais terminam por prejudicar decisivamente o ecoturismo. O Paradoxo da Brasília resulta no desestímulo das próprias autoridades em, reconhecendo os equívocos cometidos na intervenção, buscarem a recondução do processo retomando com padrões aceitáveis.

O paradoxo dos impactos econômicos também ficou demonstrado nesta tarefa. Encontra-se entre o meio termo da exploração dos espaços objetivando um turismo internacional de elite e a exclusão dos beneficiários residentes. A novidade neste aspecto é endereçada à perda de oportunidade. Por um lado, está a ausência de capilaridade dos envolvidos no processo e, por outro lado, a falta de estratégia dos responsáveis pelas ações efetivas para o turismo em geral e em particular o ecoturismo. Tanto que a expansão imobiliária residencial ou hoteleira restou bem mais atraente do que os próprios idealizadores para a indústria turística pretendida no PRODETUR para a Região. O descompasso redundou no inevitável comprometimento das áreas naturais, com uma intervenção forçada por circunstância duvidosa de fazer prevalecer o turismo contra a favelização na Região. Os planos chegaram primeiro, com todas as falhas estruturais. Esta realidade passa a ser uma circunstância ordinária, sem registros sistematizados, como se pretendesse o esquecimento na relação causa-efeito ao longo de um histórico.

Nas vias do levantamento baseado na radiografia social resultante do econômico, constata-se alguns agregados conhecidos, como as fazendas turísticas, que trazem vantagem para o produto interno bruto na Região. Mesmo assim, o aquecimento turístico não justificou a intervenção promovida, uma vez que o quadro do fluxo conhecido neste estudo continuou no mesmo nível. Portanto, o peso dos fatores econômicos positivos não sobrepõe o fardo de riscos eminentes de possível falência do Setor Ecoturístico na Bahia. Todos estes fatos ajudam a compreender a origem das construções de quinta categoria implantadas na orla da Brasiléia. Ademais, é comprovada a insipiência estratégica para a inovação almejada no PRODETUR. O descaso para com a pesquisa sócio-econômica junto a centros universitários da Região, sinaliza para um futuro incerto. Nesta sorte, os investidores passam a abandonar o *front* justo no momento em que se defenestra a realidade crítica de insucesso com a intervenção. Somente a total reformulação destes programas intervencionistas pareceu capaz de reverter o colapso no setor turístico em geral e, em particular, o ecoturismo na Brasiléia.

O Paradoxo da Brasiléia aponta possível êxito para a tímida captação de visitantes, como se eles estivessem interessados muito mais no testemunho de como poderia ser um ecoturismo de qualidade. Identificou-se fluxo na circulação de riqueza e acúmulo no volume de receita arrecadada pelos municípios da Região. Inobstante a intervenção tenha implementado significativas obras civis para a

melhoria turística, o avanço para o progresso continua bloqueado pela falta de estratégia, tendo o setor perdido oportunidades como aquela decorrente dos atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América, que poderia render transferência de rota para o Brasil e, em particular, para a Brasília. Também se resente o declínio do surgimento de novas empresas, o que é inadmissível após o investimento no porte do PRODETUR. Outrossim, não resta dúvida de que foi a carência de mão-de-obra em nível estratégico que fez convergir a ineficácia econômica após a intervenção estudada. Como os técnicos do ramo foram identificados como simples *treinees*, é provável que no futuro não muito distante e após os embates experimentados, venha a ocorrer um juízo valorativo entre os profissionais do ramo, que aproveitarão a turbulência para firmar uma indústria e consolidar um complexo turístico com modelo próprio.

Com relação aos impactos ambientais, o Paradoxo da Brasília ainda aponta espaço suficiente para um ecoturismo aceitável. As áreas de preservação inscritas correspondem ao dobro do espaço natural em Costa Rica, país de referência no ramo ecoturístico. Porém, ficou clara a carência de gestão espacial em todos os municípios focalizados. Salvador e alguns Municípios próximos estão em vantagem na relação ambiental; entretanto, a maioria nos Municípios da Região sofre com a questão de lixo, detrito e seus vetores, rearranjo desordenado da população e outros desajustes identificados nesta tarefa. O êxodo rural para Salvador motiva esvaziamento nas demais localidades pressionando a qualidade de vida que os residentes na Metrópole e os visitantes gostariam de usufruir na Velha Capital.

Conclui-se desta forma este trabalho, com os objetivos propostos atingidos suficientemente. Ficou claro que a intervenção através do PRODETUR e outros planos na Brasília, vem beneficiando apenas a uma minoria ligada a elite imobiliária e hoteleira. Quanto aos residentes, continuam no aguardo da sua parcela no negócio, o que gera insatisfação e conflito de interesses, além dos reflexos conhecidos nesta tarefa. Resta a expectativa de haver contribuído para a reflexão quanto à intervenção para o turismo em geral e em particular o ecoturismo em espaços que guardem similaridades de problemas com os da Brasília. As recomendações serão transferidas para as considerações decorrentes do espírito conservantista e preservacionista dos que aprovam o ecodesenvolvimento; isso após conhecerem a extensão deste trabalho e haverem comparado os pressupostos inicialmente lançados.

## REFERÊNCIAS.

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administración del turismo: concepción y organización**. Mexico: Trillas, 1991.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo - fundamentos e dimensões**. 8ª. Ed. São Paulo, editora Ática, 1998.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Controle ambiental e participação social**. Trabalhos para discussão nº 114/2001, Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. Agosto, 2001. Pesquisa Internet em 31/10/03, página <http://www.fundaj.gov.br/tpd/114.html>

BAHIA, Secretaria das Minas e Energia. **Implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari: Programa de Inversões na Infra-estrutura Urbana e Social**. Salvador: SME, 1975.

BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. **Roteiro Ecoturístico da Bahia**. Salvador: SCT, 2000.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: oportunidades de investimento**. Salvador: Governo do Estado, 2001.

BAHIATURSA. **A estratégia turística da Bahia: 1991 – 2005** / BAHIATURSA. Salvador: Omar G., 2000.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo: uma visão crítica dos lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.

BISOLLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistema de informação**. São Paulo, Atlas, 1998.

BOEIRA, Sérgio Luís. **Ecologia Política e Ecodesenvolvimento**. Artigo publicado em 18/11/00. Pesquisa Internet em 31/10/03, página <http://www.sj.univali.br/~slboeira/Ecologia%20Politica%20e%20Ecodesenvolvimento.htm>

BONOMA, Thomas V. - **Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process**. Journal of Marketing Research, Vol. XXII, May 1985.

BRESSAN, Flávio. **O método do estudo de caso**. In Administração on Line Prática - Pesquisa – Ensino. ISSN 1517-7912, Volume 1 - Número 1 , janeiro/fevereiro/março – 2000. Pesquisa Internet em 31/10/03, página [http://www.fecap.br/adm\\_online/art11/flavio.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm)

BROWN, Lester R. et al. **Estado do mundo: Relatório do Worldwatch Institute**. Salvador: UMA 2001.

CASTANHEIRA, José Afonso Alves. **Pólo Petroquímico de Camaçari: principais aspectos da implantação**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico: Paginação regular, 1977.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 3ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 3.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo, Atlas: 1999.

COOPER, C.; FLETCHER, J. GILBERT, D. and WANHILL, S. **Tourism principles and Practice**. London: Temam, 1993.

COOPER, Chris. **Turismo, princípios e prática** / Chis Cooper, John Fletcher, Stephen Wanhill, David Gilbert e Rebecca Chifro; tradução de Roberto Catalgo Costa – 2ª Edição – Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORAGGIO, J. Luis. **Desenvolvimento Humano e Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Turismo e Degradação Ambiental no Litoral do Ceará**. In Lemos, Amália I. G. Turismo: Impactos Socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menêzes Teixeira. **O desenvolvimento na escala humana**. Ciudad Virtual de Antropologia y Arqueologia. Equipo Naya, 2000. Pesquisa Internet em 31/10/03, página

[http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia\\_Neide\\_Menezes.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia_Neide_Menezes.htm)

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Edna Cardozo . **Manual de Crimes Ambientais: Lei número 9605, de 12 de fevereiro de 1998**. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000.

EGRI, Carolyn P. e PINFIELD, Laerence T. **Handbook de Estudos organizacionais: as organizações e a biosfera**. Coordenação de Tânia Fischer. São Paulo: Atlas, 1998.

EMBRATUR. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)**. Governo Federal. EMBRATUR, 1999.

EMBRATUR. **Turismo no Brasil – novos rumos**. Pesquisa Internet em 03/1/03, no site [www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br)

ENSSLIN, Leonardo et al. **Manual de metodologias multicritério em apoio à decisão**. 1999. Apostila.

ENSSLIN, Leonardo; DUTRA, Ademar; ENSSLIN, Sandra Rolim. **MCDAs: a constructivist approach to the management of human resources at a governmental agency**. Brazil: Federal University of Santa Catarina, 1999.

ERDMANN, Rolf Hermann. **Administração da produção: planejamento, programação e controle**. Florianópolis: Papa Livro, 2000.

GAUDENZI, Paulo. Pesquisa Internet em 03/11/03, na página [http://www.sct.ba.gov.br/turismo/evolucao\\_economia.asp](http://www.sct.ba.gov.br/turismo/evolucao_economia.asp)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELDNER, Charles R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias** / Charles R. Goeldner, Brent Ritchie e Robert W. McIntosh; tradução de Roberto Catalgo Costa - 8ª Edição - Porto Alegre; Bookman, 2002.

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. **Jogos de empresa**. São Paulo: Makron Books, 1993.

GUNN, C. A. **Tourism planning**. 3ª Ed. Washington: Taylor & Francis, 1994.

HALL, C. M. **Tourismo and politics: policy, power and place**. Chichester: John Wiley, 1994.

HOLZ, Elio. **Estratégias de equilíbrio entre a busca de benefícios privados e os custos sociais gerados pelas unidades agrícolas familiares**. 1999. 2v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IBAMA. **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental, APA/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Brasília: IBAMA, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico, Volume 1**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico, Volume 1**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo, pioneira, 1999.

INSKEEP, E. **Tourism planning: an integrated and sustainable development approach**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento Conceitual**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KERZNER, Harold. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KREG, Linberg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para Planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

LEENDERS, Michel R. e ERSKINE, James A. – **Case Research. The Case Writing Process** - Divisão de pesquisas e Publicações, Escola de Administração da Universidade de Western Ontário, 1973.

LE PRESTE, Philippe. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: SENAC, 2000.

LEMOS, Leandro de. **Turismo: que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo**. Campinas: Papyrus, 2000.

LEMOS, Amália Inês G. de. **Turismo, impactos socioambientais: meio ambiente, educação ambiental, ecoturismo, turismo, geografia humana**. São Paulo: Hicitec, 2001.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

LINDNER, Glauco Henrique. **Avaliação de uma cooperativa agropecuária orientada para o seu aperfeiçoamento utilizando a metodologia multicritério de apoio à decisão**. 1998. 193f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, p.726-727.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

MELGAR, Ernesto. **Fundamentos, planejamento e marketing em turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 14 e 99.

MENDES, Romeu. **Métodos de Investigação em Ciências Sociais: O estudo de caso** – Buenos Aires – Año 9 – nº 65 – Octubre, 2003. Pesquisa Internet em 31/10/03, página [Http://www.efdeportes.com/Revista](http://www.efdeportes.com/Revista)

MENEZES, Emílio Araújo. **O impacto dos gastos dos turistas num pólo receptor**. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

MIDDLETON, Vitor T. C. **Marketing de turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

MINTZBERG, Henry. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MONTEIRO, Hamilton. **Ato de São Laud d`Angers**. São Paulo: [s. n.], 1986, p. 43.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estructura del mercado turístico**. Madrid: Síntesis, 1999.

MONTIBELLER NETO, Gilberto. **Mapas cognitivos difusos para apoio à decisão**. 2000. 322 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. **Mapas cognitivos: uma ferramenta de apoio à estruturação de problemas**. 1996. 205f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MORAES, Anna Maris Pereira de. **Iniciação ao estudo da administração**. São Paulo: Makron Books, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Introdução à administração da produção e operações**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MOREIRA, Joaquim Manhães. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira: 1999, p. 175.

MORGANI, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo, Atlas, 1996.

MURPHY, P. **Tourism and sustainable development**. In W. Theobald (org.). Global tourism: the nex decade. Oxford: Butterworth-Heinemann, 274-90, 1995.

NEEF, Manfred Max. **Desarrollo a Escala Humana. Barcelona**. Icaria Editorial, 1994.

NUTTALL, Carolyn. **Agrofloresta para crianças: uma sala de aula ao ar livre**. Lauro de Freitas: Instituto de Permacultura da Bahia, 1999.

PEDRO FILHO, Flávio de São. MONTIBELLER NETO, Gilberto. ENSSLIN, Leonardo. **MCDA aplicado à integração da Vila Porto Sauipe, ao Complexo Turístico instalado na sua imediação**. Congreso Latino Iberoamericano de Investigación de Operaciones. Área Temática 3, Artigo 11. Concepción: CLAIU/UDEC, 2002.

PEREIRA, Maria Isabel. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Pioneira, 1999.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2000.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 1999.

PORTER, Michael E. **Planejamento Estratégico**. Pesquisa Internet em 03/11/03, pagina <http://www.crie.coppe.ufri.br/home/centrodeestudos/artigos.html#pe>

PRODESU – **Programa de Desenvolvimento Sustentável para a área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia**. Relatório Síntese. Salvador: Governo do Estado, 2001.

PRODETUR - **Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia**. Bahia: Secretaria da Cultura e Turismo, 1992.

PRODETUR - **Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – Oportunidades de Investimento**. Bahia: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.

PROVINCIALI, Vera L. N. **A importância da ética e da responsabilidade social e ecológica em áreas ambientalmente frágeis – o caso das Praias do Saco e Ambais/SE**. Annals Second International Congress & Exhibition on Ecotourism. Salvador: BIOSFERA, 2000.

REA, Louis M. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução/ Louis M. Rea e Richard A . Parker. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Revisão técnica de Otto Nogami. São Paulo: Pioneira, 2000.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**, 8<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e ambiente: reflexão e propostas**. São Paulo: Hiciter, 2000.

\_\_\_\_\_. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Huciter, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo: modernidade e globalização**. São Paulo: Huciter, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Turismo ecológico no Brasil: dificuldades para sua caracterização**. Turismo em análise, São Paulo, v. 6, n. 1 , 1995.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 46-89.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**. São Paulo: Studio NOBEL/FUNDAP, 1993.

SLACK, Nigel. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS JÚNIOR, Antônio Inácio dos. **O Ecoturismo**. Gazeta Mercantil. São Paulo, 17, out., 2001.

SANTOS, Luiz Márcio Haddad Pereira. **Planejamento do ecoturismo em áreas protegidas**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO ECOTURISMO, 2., Rio de Janeiro, 2000. Anais...Rio de Janeiro: Biosfera, 2000.

SEI. Superintendência de Estudos e Informações Econômicas e Sociais da Bahia. **Anuário Estatístico, Volume 1**. Salvador: 2001.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, Stuart Welldford. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2ª. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SEMAD. Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Salvador. **Plano Diretor da Orla Marítima de Salvador**, SEMAD / OCEPLAN: Salvador: 1973.

SEMAD. Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Salvador. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador**, SEMAD / OCEPLAN, Salvador: 1978.

SERRANO, Célia Maria Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (org). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação e tese**, 3ª Edição revisada e atualizada. Florianópolis: LED da UFSC, 2001.

SILVA, Tessa Maria Santana da. **O modelo de gestão na formação do produto turístico Praia do Forte**. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2002.

SLACK, Nigel et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1996.

SOARES, André Luis Jaeger. **Conceitos básicos sobre permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Permacultura e design**. Apostila.

SOUZA, Cezar. **Reinventando o cluster de entretenimento na Bahia**. Salvador: Brasilturis, 2001.

SWARBROOKE, John. **O turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. V. 1, São Paulo: Aleph, 2000.

\_\_\_\_\_. **O turismo sustentável: gestão e marketing**. V. 4, São Paulo: Aleph, 2000.

TAYRA, Flávio. **A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (72), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Pesquisa Internet em 31/10/03, página <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-72.htm>

TCM. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. **Relatório de Informações principais**. Volume 1. Salvador: 2000.

TEIXEIRA, Elder Lins. **Plano de Gestão do Ecoturismo no Arquipélago de Fernando de Noronha**. Estudo disponível na Internet, na página [www.world-tourism.org/sustainable/iye/regional-activites/brazil/cases/teixeira.htm](http://www.world-tourism.org/sustainable/iye/regional-activites/brazil/cases/teixeira.htm).

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e civilização**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**, 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1996.

TYLER, Duncan et al. **Gestão de turismo municipal**. São Paulo: Futura, 2001.

## **ANEXOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**QUESTIONÁRIO 1**

(Roteiro para entrevista entre visitantes selecionados aleatoriamente)

**1- GRAU DE INSTRUÇÃO DO ENTREVISTADO:**

- ( ) 3º Grau completo.    ( ) 3º Grau incompleto.    ( ) 2º Grau completo.  
 ( ) 2º Grau incompleto.    ( ) 1º Grau completo.    ( ) 1º Grau incompleto.  
 ( ) Alfabetizado.    ( ) Não alfabetizado (neste caso, com apoio do entrevistador para responder este questionário).

**2- SEXO:** ( ) Masculino.    ( ) Feminino.

**3- RESIDÊNCIA:** ( ) Salvador.    ( ) Região Metropolitana    ( ) Outros.

**4- LOCAL DE NASCIMENTO:**

- ( ) Salvador.    ( ) Interior da Bahia.    ( ) Outro Estado.    ( ) Exterior.

**5- OCUPAÇÃO PRINCIPAL:** -----

**6- QUESITAÇÃO:**

- a) Dos sítios desta localidade, quais o Senhor (a) mais aprecia?  
 b) O Senhor (a) considera que houve um planejamento para a melhoria nestes sítios?  
 c) O que pode dizer sobre a conservação destes espaços?  
 d) Quanto em média um visitante gasta diariamente na sua permanência neste sítio?  
 e) Quais os possíveis prejuízos que este sítio poderá sofrer com a atividade turística?  
 f) O Senhor (a) está satisfeito por estar neste lugar? Porque?  
 g) Tem alguma observação especial que gostaria de registrar nesta entrevista?  
 h) Informe as atividades ecoturísticas que conhece?  
 i) Informe se alguma destas atividades ecoturísticas são possíveis em uma Região como a metropolitana de Salvador?  
 j) O que pode dizer sobre o turismo em Salvador e no entorno desta Capital?  
 k) É possível algum negócio com o ecoturismo na RMS? Qual?  
 l) Cite sugestão para apoio ao micro ou pequeno negócio com o turismo: -----

-----



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**QUESTIONÁRIO 2**

(Roteiro para entrevista entre representantes comunitários)

**1 GRAU DE INSTRUÇÃO DO ENTREVISTADO:**

- ( ) 3º Grau completo.      ( ) 3º Grau incompleto.      ( ) 2º Grau completo.  
 ( ) 2º Grau incompleto.      ( ) 1º Grau completo.      ( ) 1º Grau incompleto.  
 ( ) Alfabetizado. ( ) Não alfabetizado (neste caso, com apoio do entrevistador para responder este questionário).

SEXO: ( ) Masculino.      ( ) Feminino.

**2 RESIDÊNCIA:** ( ) Salvador. ( ) Região Metropolitana ( ) Outros.

**3 LOCAL E NASCIMENTO:** ( ) Salvador. ( ) Interior da Bahia. ( ) Outro Estado.  
 ( ) Exterior.

OCUPAÇÃO PRINCIPAL: -----

**4 QUESITAÇÃO:**

- a) Poderia informar como vê a atividade turística nesta comunidade?
- b) Esta comunidade passou por alguma melhoria desde a sua presença aqui? Quais?
- c) O que sugere para a melhor satisfação dos residentes nesta comunidade?
- d) Como veio residir nesta comunidade? Quando?
- e) Quais as vantagens e as desvantagens da atividade turística nesta comunidade?
- f) Comente sobre os serviços públicos oferecidos para esta comunidade.
- g) O que seria bom e o que seria ruim para o turismo nesta comunidade?
- h) Explicar o que é ecoturismo. Depois perguntar o que o entrevistado espera encontrar em um espaço para o ecoturismo?
- i) Como você vê o espaço para ecoturismo na Capital Salvador e no seu entorno?
- j) Explicar o que é uma Área de Proteção Ambiental (APA). Depois perguntar ao entrevistado se conhece uma Área de Proteção Ambiental?
- k) Caso conheça uma Área de Proteção Ambiental, perguntar o que mais lhe encanta na APA que conhece?
- l) Está satisfeito com a qualidade de vida onde mora? Porque?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**QUESTIONÁRIO 3**

(Roteiro para entrevista entre representantes de órgãos públicos)

**1 GRAU DE INSTRUÇÃO DO ENTREVISTADO:**

- (  ) 3º Grau completo.      (  ) 3º Grau incompleto.      (  ) 2º Grau completo.  
 (  ) 2º Grau incompleto.      (  ) 1º Grau completo.      (  ) 1º Grau incompleto.

**2 SEXO:** (  ) Masculino.      (  ) Feminino.

**3 RESIDÊNCIA:** (  ) Salvador.      (  ) Região Metropolitana      (  ) Outros.

**4 LOCAL DE NASCIMENTO:**

- (  ) Salvador.      (  ) Interior da Bahia.      (  ) Outro Estado.      (  ) Exterior.

**5 CARGO/ORGANIZAÇÃO:** -----

**6 QUESITAÇÃO:**

- a) Como é a estrutura administrativa deste órgão?
- b) Qual o papel deste órgão para o turismo em geral e ecoturismo em particular?
- c) Houve uma intervenção planejada para o turismo?
- d) Cite aspectos positivos e negativos que ocorrem com a atividade turística.
- e) Enumere cinco produtos ou atrativos turísticos.
- f) Como foi realizado o planejamento para o turismo?
- g) O que é ecoturismo?
- h) Quais os benefícios de uma indústria ecoturística?
- i) Quais os benefícios do turismo para a Região Metropolitana de Salvador comportaria uma indústria ecoturística?
- j) Como os grandes grupos econômicos apóiam o setor turístico?
- k) Como o governo apóia o ecoturismo na Bahia?





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**QUESTIONÁRIO 5**

(Roteiro para entrevista entre dirigentes na BAHIATURSA)

**1 GRAU DE INSTRUÇÃO DO ENTREVISTADO:**

- (  ) 3º Grau completo.    (  ) 3º Grau incompleto.                    (  ) 2º Grau incompleto.  
 (  ) 2º Grau completo.    (  ) 1º Grau completo.                    (  ) 1º Grau incompleto.

**2 SEXO:** (  ) Masculino.                    (  ) Feminino.

**3 RESIDÊNCIA:** (  ) Salvador.                    (  ) Região Metropolitana    (  ) Outros.

**4 LOCAL DE NASCIMENTO:**

- (  ) Salvador.    (  ) Interior da Bahia.    (  ) Outro Estado.                    (  ) Exterior.

**5 CARGO/ORGANIZAÇÃO:** -----

**6 QUESITAÇÃO:**

- a) Como é a estrutura organizacional (explicar estrutura organizacional) deste órgão?
- b) Como se dá a orientação para as atividades turísticas?
- c) Qual a metodologia utilizada para a ação planejada?
- d) Explique a sustentabilidade com o turismo.
- e) Encontra dificuldades para a intervenção em turismo nos municípios? Quais?
- f) Cite os dez principais produtos ecoturísticos na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte?
- g) Os produtos que citou atraem investimentos na região? Como?
- h) Quais aspectos considera importantes para a indústria ecoturística na Bahia?
- i) Que diria sobre o ecoturismo náutico na Baía de Todos os Santos?
- j) Cite dez esportes-aventura possíveis na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte.
- k) O que poderia acrescentar sobre o ecoturismo na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**QUESTIONÁRIO 6**

**(Roteiro para entrevista entre dirigentes na EMTURSA)**

**1 GRAU DE INSTRUÇÃO DO ENTREVISTADO:**

- 3º Grau completo.     3º Grau incompleto.     2º Grau incompleto  
 2º Grau completo.     1º Grau completo.     1º Grau incompleto.

**2 SEXO:**  Masculino.     Feminino.

**3 RESIDÊNCIA:**  Salvador.     Região Metropolitana     Outros.

**4 LOCAL DE NASCIMENTO:**

- Salvador.     Interior da Bahia.     Outro Estado.     Exterior.

**5 CARGO/ORGANIZAÇÃO:** -----

**6 QUESITAÇÃO:**

- a) Qual a estrutura organizacional deste órgão?
- b) Comente sobre: produto turístico e sobre impacto do turismo.
- c) Como é a intervenção para o turismo ecológico?
- d) Como é a relação com os demais interessados com o turismo?
- e) Qual o seu conceito sobre ecoturismo moderno?
- f) Quais os pontos fundamentais que pode citar para o ecoturismo náutico na Baía de Todos os Santos?
- g) Como incentivar as competições náutica na Baía de Todos os Santos?
- h) Como a Via Náutica na Baía de Todos os Santos influencia o turismo sustentado?
- i) Como seria o apoio do governo a implementação da Via Náutica náutico na Baía de Todos os Santos?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**QUESTIONÁRIO 7**

(Roteiro para entrevista entre dirigentes na Secretaria de Cultura e Turismo)

**1 GRAU DE INSTRUÇÃO DO ENTREVISTADO:**

- ( ) 3º Grau completo. ( ) 3º Grau incompleto. ( ) 2º Grau incompleto.  
 ( ) 2º Grau completo. ( ) 1º Grau completo. ( ) 1º Grau incompleto.

**2 SEXO:** ( ) Masculino. ( ) Feminino.

**3 RESIDÊNCIA:** ( ) Salvador. ( ) Região Metropolitana ( ) Outros.

**4 LOCAL DE NASCIMENTO:**

- ( ) Salvador. ( ) Interior da Bahia. ( ) Outro Estado. ( ) Exterior.

**5 CARGO/ORGANISMO:**-----

**6 QUESITAÇÃO:**

- a) Como funciona o *Trade* Turístico na Bahia?
- b) Como funciona a estrutura organizacional da Secretaria de Cultura e Turismo?
- c) Como funciona o planejamento para a intervenção no turismo em geral e em particular o ecoturismo na Brasiléia?
- d) Qual o papel esperado dos empresários, dos representantes comunitários e dos dirigentes municipais na elaboração do plano para o turismo?
- e) Qual a metodologia para a municipalização do turismo?
- f) Quais os grupos que vêm procurando investir no turismo da Bahia em geral e em particular na Brasiléia?
- g) Qual a importância da informação para a gestão do ecoturismo?
- h) Como seria o ecoturismo ideal?
- i) Quais complexidades considera fundamentais, para o estudo do ecoturismo?
- j) Como o conhecimento dos atrativos ecoturísticos gera atitudes?
- k) O que é o ser ambiental?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**QUESTIONÁRIO 8**

(Roteiro para entrevista entre visitantes em balneários da Brasília)

**1 GRAU DE INSTRUÇÃO DO ENTREVISTADO:**

- ( ) 3º Grau completo.    ( ) 3º Grau incompleto.                    ( ) 2º Grau incompleto.  
 ( ) 2º Grau completo.    ( ) 1º Grau completo.                                    ( ) 1º Grau incompleto.

**2 SEXO:** ( ) Masculino.                                    ( ) Feminino.

**3 RESIDÊNCIA:** ( ) Salvador.                            ( ) Outro Estado    ( ) Exterior.

**4 LOCAL DE NASCIMENTO:**

- ( ) Salvador. ( ) Interior da Bahia. ( ) Outro Estado.                    ( ) Exterior.

**5 MOTIVO DA SUA ESTADA NA BAHIA:** -----

**6 QUESITAÇÃO:**

- a) Como ficou sabendo deste lugar?
- b) Ficará aqui por quanto tempo aproximadamente?
- c) Está satisfeito por estar aqui? Porque?
- d) Cite cinco atrações que lhe interessou mais.
- e) Cite pontos positivos e pontos negativos que observou aqui.
- f) Recomendaria a um amigo este lugar? Porque?
- g) Este sítio tem algo especial que lhe chama a atenção? O que é?
- h) Quais as responsabilidades de um ecoturista?
- i) Como devem ser as relações do ecoturista com os residentes?
- j) Conheceu outro espaço ecoturista além da Bahia? Qual?
- k) Comente com referência ao meio ambiente nesta Região.
- l) Qual a sua sugestão para o turismo na Bahia?



## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

Of. N° 1512/CRA/BA/Fisc.

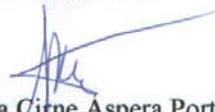
Salvador, 31 de outubro de 2003.

Prezado Senhor,

Em resposta ao seu e-mail datado de 30/10/2003, informamos que as empresas CTI – CONSULTORIA TURÍSTICA INTEGRADA E SOLUÇÃO – ASSESSORIA E PLANEJAMENTO não têm cadastro e nem atestados de capacidade técnica registrados neste Conselho.

Na oportunidade, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos pelos tels.(71) 341.2583/84/85/4453, fax.(71) 341.0703 das 09:00 às 17:30h e E-mail: [fiscal@cra-ba.org.br](mailto:fiscal@cra-ba.org.br)

Atenciosamente,

  
Adm. Sandra Cirne Aspera Portela  
Gerente Executiva  
CRA/BA – 1.504

Ao Senhor  
Prof. Adm. Flávio de São Pedro Filho  
do PPGE/UFSC, em nível de Mestrado e Doutorado.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA  
EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA - BAHIA TURSA

# PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA BAHIA

Zona Turística Costa dos Coqueiros

Zona Turística Costa do Descobrimento

Relatório Final

Dezembro/92

CTI - Consultoria Turística Integrada  
SOLUÇÃO - Assessoria e Planejamento

---